

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural

Dissertação



**Um estudo crítico e comparativo entre as ações de preservação do patrimônio
edificado em Laguna/SC e Pelotas/RS, no período de 1985 a 2017.**

Priscila Maria Dias Bertoncini

Pelotas, 2019.

Priscila Maria Dias Bertoncini

**Um estudo crítico e comparativo entre as ações de preservação do patrimônio
edificado em Laguna/SC e Pelotas/RS, no período de 1985 a 2017.**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Memória Social e
Patrimônio Cultural da Universidade
Federal de Pelotas, como requisito parcial
à obtenção do título de Mestre em
Memória Social e Patrimônio Cultural.

Orientador: Carlos Alberto Ávila Santos

Pelotas, 2019.

Priscila Maria Dias Bertoncini

**Um estudo crítico e comparativo entre as ações de preservação do patrimônio
edificado em Laguna/SC e Pelotas/RS, no período de 1985 a 2017.**

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em
Memória Social e Patrimônio Cultural, Programa de Pós-Graduação em Memória
Social e Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Pelotas.

Data da defesa: 29 de março de 2019.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Carlos Alberto Ávila Santos (Orientador)
Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia.

Prof. Dra. Renata Ovenhausen Albernaz
Doutora em Filosofia e Teoria do Direito pela Universidade Federal de Santa
Catarina.

Prof. Dr. Douglas Heidtmann Júnior
Doutor em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Santa Catarina.

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

B111e Bertoncini, Priscila Maria

Um estudo crítico e comparativo entre as ações de preservação do patrimônio edificado em Laguna/SC e Pelotas/RS, no período de 1985 a 2017. / Priscila Maria Bertoncini ; Carlos Alberto Ávila Santos, orientador. — Pelotas, 2019.

137 f.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2019.

1. Preservação. 2. Patrimônio edificado. 3. Descaracterização. 4. Conservação. 5. Linguagem arquitetônica. I. Santos, Carlos Alberto Ávila, orient. II. Título.

CDD : 363.69

Agradecimentos

Antes de iniciar, recorri aos agradecimentos do meu Trabalho de Conclusão de Curso de Arquitetura e Urbanismo para ter certeza de que eu não repetiria as palavras que usei para agradecer minha família. No entanto me saltou aos olhos a seguinte frase: “O caminho foi longo mas valeu cada minuto. A expectativa de mais é o que me move”. Um ano e meio depois dessas palavras entrei para o mestrado e passados os dois anos de aprendizado esse ciclo também se encerra.

São tantos os agradecimentos que seria impossível listar o nome de todos aqui, mas preciso destacar algumas pessoas. Minha família em primeiro lugar: Pai, Mãe, Roberta e João. Principalmente minha mãe, que veio comigo para a entrevista de seleção e sempre me incentivou a fazer o melhor trabalho possível. Estar longe é dolorido. Inclusive dos amigos da vida que me despedi, mas que me acompanham desde sempre. Ricardo, Carol, Monique, Iara, Fran, Ale e Bruna, estamos juntos nessa.

No entanto, aqui encontrei mais uma família. Tão diferente e tão especial. Quando saímos da nossa zona de conforto, encontramos o mundo e ele nos devolve experiências incríveis, empatia, autoconhecimento e aquela velha vontade de querer mais. Obrigada Vitor, Johnny, Diego, Marlon, Zulma, Thays, Karina, Rômulo, Patrícia, Marcus e Cauã por tudo que passamos juntos durante esse tempo. Levo cada um no meu coração geminiano.

E em tempos onde a educação, a Universidade Pública e os Professores são alvos da opressão e ignorância, enaltecer o papel do educador se tornou fundamental. Agradeço aos mestres que me incentivaram a ingressar ao mestrado e aos que aqui contribuíram para meu crescimento. Ao meu Orientador Beto Santos, só agradecimentos. Pela acolhida, pelo incentivo e, principalmente, pela parceria que estabelecemos desde o início com a viagem às Missões Jesuíticas com o grupo de pesquisa das ‘Casas Senhoriais’.

Muita coisa passa pela minha cabeça nesse momento, mas com certeza a expectativa de mais é o que ainda me move. Pelotas agora mora no meu coração. E quem disse que eu quero ir embora?

*“Antes do compromisso, há hesitação, a oportunidade de recuar, uma ineficácia permanente.
Em todo ato de iniciativa (e de criação), há uma verdade elementar
cujo desconhecimento destrói muitas ideias e planos esplêndidos.
No momento em que nos comprometemos de fato, a Providência também age.
Ocorre toda espécie de coisas para nos ajudar, coisas que de outro modo nunca ocorreriam.
Toda uma cadeia de eventos emana da decisão,
fazendo vir em nosso favor todo o tipo de encontros, de incidentes
e de apoio material imprevistos, que ninguém poderia sonhar que surgiriam em seu caminho.
Começa tudo o que possas fazer, ou que sonhas poder fazer.
A ousadia traz em si o gênio, o poder e a magia”.*

Goethe.

Resumo

BERTONCINI, Priscila Maria Dias Bertoncini. **Um estudo crítico e comparativo entre as ações de preservação do patrimônio edificado em Laguna/SC e Pelotas/RS, no período de 1985 a 2017.** 2019. 137f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.

A gestão da conservação acontece através da articulação entre a formulação, a implementação e o acompanhamento de medidas voltadas para a proteção dos bens edificados de valor patrimonial. Ao mesmo tempo, essas normas se adaptam às novas necessidades urbanas e sociais, resultando na elaboração de um plano ideal de Gestão. No entanto, mesmo com o reconhecimento de ‘cidades históricas’, Laguna e Pelotas não possuem um Plano de Gestão da Conservação. Dessa maneira, a dissertação tem como objetivo o estudo crítico e comparativo entre as ações de preservação do patrimônio edificado em Laguna, em Santa Catarina; e Pelotas, no Rio Grande do Sul, no período de 1985 a 2017. Inicialmente, aborda a constituição e o reconhecimento do patrimônio arquitetônico de ambas as urbes. Em seguida, analisa a gestão da conservação dos edifícios, com foco nas principais políticas e ações adotadas nas duas localidades. Por fim, pondera sobre as ações para a preservação dos bens patrimoniais edificados e característicos das linguagens: luso-brasileira, eclética e *art déco*. O inventário realizado, organizado em fichas com os dados relativos à cada edifício, apresentado como apêndice da dissertação, foi o instrumento que fundamentou o quarto capítulo desse trabalho. As análises das edificações foram embasadas na documentação encontrada nos órgãos que se destacaram no capítulo dois (Escritório Técnico do IPHAN em Laguna, e da Secretaria de Cultura em Pelotas), em livros de história e de arquitetura, em trabalhos acadêmicos e em periódicos. Com as análises, concluiu-se que ambos os sistemas normativos apresentam ferramentas capazes de proteger as edificações de valor patrimonial, mas que precisam ser atualizados.

Palavras-chave: Preservação; Patrimônio edificado; Descaracterização.

Abstract

BERTONCINI, Priscila Maria Dias Bertoncini. **A critical and comparative study between the preservation actions of the patrimony built in Laguna/SC and Pelotas/RS, from 1985 to 2017.** 2019. 133f. Dissertation (Master in Social Memory and Cultural Heritage) – Graduate Program in Social Memory and Cultural Heritage, Institute of Human Sciences, Federal University of Pelotas, Pelotas, 2019.

Conservation management takes place through the articulation between the formulation, implementation and follow-up of measures aimed at the protection of assets built of patrimonial value. At the same time, these norms adapt to the new urban and social needs, resulting in the elaboration of an ideal Plan of Management. However, even with the recognition of 'historic cities', Laguna and Pelotas do not have a Conservation Management Plan. In this way, the dissertation aims at the critical and comparative study of conservation management of historical buildings in two cities of southern Brazil: Laguna, in Santa Catarina; and Pelotas, in Rio Grande do Sul. Initially, it addresses the constitution and recognition of the architectural patrimony of both cities. Next, it analyzes the management of the conservation of the buildings, focusing on the main policies and actions adopted in the two localities. Finally, it ponders about the actions for the preservation of the patrimonial assets built and characteristic of the languages: Luso-Brazilian, eclectic and art deco. The inventory carried out, organized in records with data for each building, presented as an appendix of the dissertation, was the instrument that based the fourth chapter of this work. The analyzes of the buildings were based on the documentation found in the bodies that were highlighted in chapter two (IPHAN Technical Office in Laguna, and the Secretary of Culture in Pelotas), in history and architecture books, in academic works and in periodicals. With the analyzes, it was concluded that both normative systems present tools able to protect the buildings of patrimonial value, but that need to be updated.

Keywords: Conservation management; Built heritage; Preservation and de-characterization.

Lista de Figuras

Figura 1	O caminho da Praia, a rota de Domingos Figueira. 1703. Colônia/Laguna.	17
Figura 2	Situação geográfica de Laguna. Destaque para a área central da cidade.	20
Figura 3	Desenho de Laguna no início do século XIX.	23
Figura 4	Imagem da Rua da Praia, final do século XIX.	24
Figura 5	Edificações de linguagem eclética, primeira metade do século XX.	25
Figura 6	Imagem do Cine Teatro Mussi.	26
Figura 7	Imagem do Mercado Público	27
Figura 8	Imagem da inauguração do Museu Anita Garibaldi, em 1956.	27
Figura 9	Exemplar eclético substituído pela sede do Banco do Brasil.	28
Figura 10	Poligonal de Tombamento e as linguagens arquitetônicas.	30
Figura 11	Imagem da situação geográfica de Pelotas. Destaque para a área central da cidade.	31
Figura 12	Imagem da Charqueada Boa Vista – Obra de Debret, 1829.	32
Figura 13	Planta do primeiro loteamento de Pelotas.	33
Figura 14	Sede da Charqueada São João, construída entre 1807/1810.	33
Figura 15	“Casa um”. Propriedade de Antônio José Torres, construída no início do século XIX.	33
Figura 16	Evolução urbana a partir do 1º e 2º loteamentos.	34
Figura 17	Vista dos casarões ecléticos do entorno da Praça Coronel Pedro Osório, década de 1910.	36
Figura 18	Exemplares da linguagem <i>art déco</i> na cidade de Pelotas.	38
Figura 19	‘Museu Casa de Anita’ em obras.	46
Figura 20	‘Casa Candemil’ em obras.	46
Figura 21	Zonas de preservação do patrimônio cultural de Pelotas.	50
Figura 22	Linha do tempo comparativa das políticas de preservação de Laguna e Pelotas.	56
Figura 23	‘Casa da Esquina do ABC’, Laguna/SC	59
Figura 24	‘Casa Candemil’ – atual Acervo Público de Laguna/SC	59
Figura 25	‘Casarão dos Mendonça’ – atual Sicredi em Pelotas/RS.	59
Figura 26	Antigo ‘Jockey Club de Pelotas’ – atual Cartório Lorenzi e ‘Spazio Auguri’.	59

Figura 27	Sede do Escritório Técnico do IPHAN em Laguna/SC.	61
Figura 28	Espaço de Atividades do SESC de Laguna/SC.	61
Figura 29	‘Casas geminadas’, Pelotas/RS.	61
Figura 30	Antigo ‘Grande Hotel de Pelotas’.	61
Figura 31	‘CineTeatro Mussi’, Laguna/SC.	63
Figura 32	Edificação de uso comercial, Laguna/SC.	63
Figura 33	Sede dos Correios e Telégrafos, Pelotas/RS.	63
Figura 34	Edifício multifamiliar, Pelotas/RS.	63
Figura 35	Vista da Rua Raulino Horn em 1917. A ‘Casa da Esquina ABC’ é indicada pela seta.	65
Figura 36	A ‘Casa da esquina do ABC’ em 1981.	66
Figura 37	A ‘Casa da esquina do ABC’ em 2012.	67
Figura 38	A ‘Casa da esquina do ABC’ em 2019.	67
Figura 39	Vistas internas da ‘Casa da esquina do ABC’.	68
Figura 40	A ‘Casa Candemil’ antes da década de 1970.	69
Figura 41	A ‘Casa Candemil’ em 1988. Situação do telhado e das fachadas.	70
Figura 42	A ‘Casa Candemil’ em 1990. Situação do telhado e das fachadas.	70
Figura 43	A ‘Casa Candemil’ em 2012.	71
Figura 44	Vista interna da ‘Casa Candemil’.	71
Figura 45	Condições do acervo.	71
Figura 46	Edificação do ET-IPHAN na década de 1990.	73
Figura 47	Edificação do ET-IPHAN em obras em 2005.	74
Figura 48	Vistas do salão principal do ET-IPHAN em 2017.	74
Figura 49	Vista interna das aberturas em 2015.	75
Figura 50	Assoalho em 2015.	75
Figura 51	Ladrilho em 2015.	76
Figura 52	Forro em 2015.	76
Figura 53	Vidros trabalhados em ácido em 2015.	76
Figura 54	Vistas da edificação em 2018.	77
Figura 55	Edificação em 1998.	78
Figura 56	Edificação em 2012.	79
Figura 57	Acesso lateral.	79
Figura 58	Loja 01.	79
Figura 59	Loja 02.	79

Figura 60	A edificação na década de 1950. Vista da Av. Colombo Machado Sales.	81
Figura 61	Década de 1960.	81
Figura 62	Vista interna da edificação no início da década de 1950.	81
Figura 63	Vista da boca do palco em 1950.	82
Figura 64	Vista da boca do palco em 1955.	82
Figura 65	Planta do palco em 1950.	82
Figura 66	Planta do palco em 2010.	82
Figura 67	Deslocamento da borda da marquise.	85
Figura 68	Umidade ascendente.	85
Figura 69	Galeria Quilombo em 1984.	88
Figura 70	O 'Casarão dos Mendonça em 2008.	89
Figura 71	O 'Casarão dos Mendonça em 2010.	89
Figura 72	Aberturas revitalizadas.	89
Figura 73	A nova cobertura com estrutura metálica.	89
Figura 74	O 'Casarão dos Mendonça em obras em 2018.	90
Figura 75	Vista interna em 2019.	90
Figura 76	Edificação em 1922. Destaque para as modificações dos vãos no segmento da esquina, no qual algumas portas foram transformadas em janelas.	93
Figura 77	Edificação em 1950. Destaque para o anexo construído e para as aberturas do térreo.	94
Figura 78	Edificação em 1987. Destaque para a expansão do anexo. Novas mudanças nas aberturas do térreo.	94
Figura 79	Edificação no final da década de 1990.	95
Figura 80	Edificação em obras de restauro.	95
Figura 81	Convite.	95
Figura 82	Abertura com vedação em vidro.	95
Figura 83	Acesso central.	95
Figura 84	Edificação em 2019, vista do anexo.	96
Figura 85	Vista do salão do primeiro pavimento em 2012.	96
Figura 86	O 'Grande Hotel' em 1930.	97
Figura 87	Cobertura original do hall.	99
Figura 88	Modificação da cobertura e as novas passarelas metálicas.	99
Figura 89	Comparativo da modificação da cobertura de ferro e vidro.	99
Figura 90	Casas geminadas e seu entorno. Foto sem data. Acervo de Guilherme Pinto de Almeida.	101

Figura 91	Casas geminadas e seu entorno em 1987.	102
Figura 92	Vestíbulo da Casa 01.	103
Figura 93	Tecido de parede da Casa 01.	103
Figura 94	Forro da Casa 01.	103
Figura 95	Vista interna da abertura da Casa 01 em 2006.	104
Figura 96	Vista dos murais e abertura após intervenção da Casa 01.	104
Figura 97	Paisagem pintada no teto da sala. Paredes revestidas com tecidos, na Casa 01.	104
Figura 98	Ambiente após intervenção da Casa 01.	104
Figura 99	Vista do sistema construtivo da laje da Casa 01.	104
Figura 100	Acesso cobertura da Casa 01.	105
Figura 101	As aberturas zenitais da cobertura da Casa 01.	105
Figura 102	Forro do vestibulo da Casa 01.	105
Figura 103	Forro e escaiolas recuperados do vestibulo e dos corredores da Casa 01.	105
Figura 104	Escaiolas do vestibulo da Casa 03.	106
Figura 105	Vista do salão principal da Casa 03.	106
Figura 106	Sistema construtivo da laje da Casa 03.	106
Figura 107	A edificação em 1938.	107
Figura 108	A edificação em 1987. Destaque para o volume da caixa d'água.	108
Figura 109	Comparação das aberturas. 2002 – 2010.	108
Figura 110	A edificação em 1998.	110
Figura 111	Acesso à edificação.	110
Figura 112	Janelas de veneziana.	110

Lista de Tabelas

Tabela 1	Situação atual dos empreendimentos contemplados pelo PAC-CH em Laguna.	47
----------	--	----

Lista de Abreviaturas e Siglas

CONCULT	Conselho Municipal de Cultura
COMPHIC	Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural
ET-IPHAN	Escritório Técnico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IBPC	Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural
INBI-SU	Inventário Nacional de Bens Imóveis em Sítios Urbanos Tombados
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPHAÉ	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
FCC	Fundação Catarinense de Cultura
FUNDAPEL	Fundação de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo de Pelotas
LIC	Leis de Incentivo a Cultura
PAC-CH	Programa de Aceleração do Crescimento – Cidades Históricas
PNPSHUL	Proposta de Normas de Preservação para o Sítio Histórico Urbano de Laguna
SECULT	Secretaria Municipal de Cultura
SESC	Serviço Social do Comércio
SMC	Sistema Municipal de Cultura de Pelotas
SOL	Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte de Santa Catarina
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina
UNESCO/WHC	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - World Heritage Centre
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
ZCC	Zona de Comércio Central
ZPPCZ	Zonas de Preservação do Patrimônio Cultural
ZPPE	Zonas de Preservação Permanente Ecológica
ZPPL	Zonas de Preservação Permanente Legal
ZPPN	Zonas de Preservação Paisagística Natural

Sumário

1	Introdução	15
1.1	Problema	16
1.2	Objetivos	18
2	A cidade histórica e o reconhecimento do patrimônio edificado.....	19
2.1	A cidade de Laguna	19
2.2	A cidade de Pelotas.....	30
3	Reflexões acerca da gestão de conservação das cidades históricas.....	40
3.1	Uma breve visão da gestão da conservação no Brasil.....	40
3.2	As ações contemporâneas de preservação das esferas públicas.....	42
3.3	Análise das ações de preservação.....	
4	As linguagens arquitetônicas	56
4.1	A integridade da linguagem arquitetônica	56
5	A análise das edificações.....	63
5.1	Edificações de Laguna.....	64
5.2	Edificações de Pelotas.....	86
6	Considerações finais	110
	Referências	115
	Apêndices	122
	Anexos.....	135

1 Introdução

A dissertação tem como objetivo o estudo crítico e comparativo da gestão da conservação de prédios históricos de duas cidades do sul do Brasil: Laguna, em Santa Catarina; e Pelotas, no Rio Grande do Sul. Para isso, o trabalho focou em duas grandes etapas: o processo evolutivo das duas cidades e da preservação dos seus bens imóveis de interesse histórico; e a análise das edificações escolhidas em relação às ações de proteção que se destacaram na primeira etapa.

Assim, concomitantemente, utilizou-se de bibliografia especializada nas áreas de história e da arquitetura para apurar a constituição e o reconhecimento do patrimônio arquitetônico de ambas as urbes. E fundamentou-se nas ações e diretrizes legais estabelecidas pelos órgãos competentes de proteção (Municipal, Estadual e Federal), para averiguar a gestão da conservação. Além das visitas técnicas realizadas às áreas urbanas elencadas, para a seleção dos prédios de interesse para a investigação e levantamento fotográfico.

Após a escolha das edificações, a pesquisa passou para o recolhimento das informações, encontradas em diferentes registros, para a obtenção de informações referentes aos processos de intervenção, níveis de proteção das edificações e eventuais dúvidas quanto ao conjunto normativo, assim como para a análise da relação entre as esferas públicas envolvidas. Tomando como base principal os documentos encontrados nos órgãos que se destacaram na preservação do acervo histórico das duas cidades, os dados foram compilados e resultaram na elaboração de um inventário desses prédios, auxiliando na análise das descaracterizações e, conseqüentemente, na gestão da conservação das duas cidades.

Para a viabilidade da pesquisa, foi necessário estabelecer recortes, partindo da espacialidade das zonas urbanas já definidas pelas políticas de conservação desenvolvidas nos dois locais investigados e que apresentam as linguagens arquitetônicas: luso-brasileira, eclética e *art déco*.

O recorte espacial no caso de Laguna é delimitado ao bairro nomeado “Centro Histórico”, que coincide com a Poligonal de Tombamento Federal instituída pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 1985. Na cidade de Pelotas, é restrita ao também designado “Centro Histórico”, delimitado pelas Zonas de Preservação do Patrimônio Cultural – ZPPCZ 1 e 2 – determinadas pela Prefeitura Municipal através da Lei nº 4568, do ano 2000.

Quanto ao recorte temporal, a análise enfoca o período compreendido entre os anos de 1985 e 2017. A primeira data corresponde ao Tombamento Federal do sítio histórico de Laguna. A segunda remete ao ano da execução da presente pesquisa. Durante este intervalo de tempo tiveram início e se ampliaram as ações das gestões de conservação desenvolvidas pelo escritório do IPHAN, instalado em Laguna em 1985, e pela Secretaria Municipal de Cultura (SECULT), criada pelo Governo Municipal pelotense em 2001.

1.1 O problema

O Tratado de Tordesilhas, que apontava Laguna como o último ponto ao sul do domínio português, não foi suficiente para barrar as iniciativas da Coroa lusitana em expandir suas fronteiras. “Entre a Colônia do Sacramento e Laguna, ficava uma terra ainda não explorada pelas potências ibéricas” (GUTIERREZ, 1993, p. 28). Dessa maneira, em 1703, Domingos da Filgueira partiu de Colônia do Sacramento em direção à Laguna, para estabelecer uma rota por terra com o restante do país: o Caminho da Praia (Figura 1).

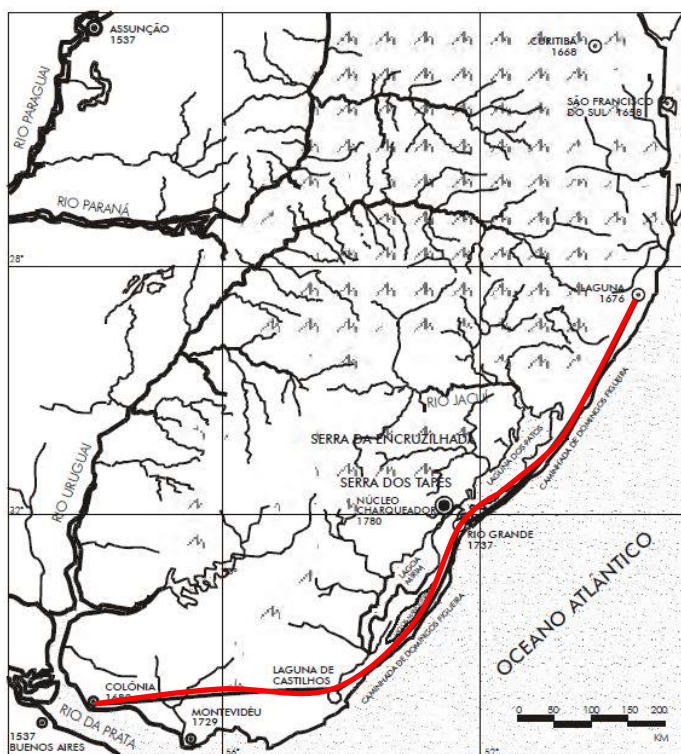


Figura 1 – O caminho da Praia, a rota de Domingos Figueira. 1703. Colônia/Laguna.
Fonte: GUTIERREZ, 1993, p. 28.

O povoamento dos sítios que originaram as atuais cidades de Laguna e Pelotas ocorreu, respectivamente, nos anos de 1696 e 1758 (IPHAN, 2009; MAGALHÃES, 1993). O crescimento das duas localidades, além de se relacionar com o contexto de expansão territorial e de desenvolvimento do sul do Brasil, teve momentos de apogeu econômico, que concorreram para a edificação dos exemplares arquitetônicos de interesse histórico.

Com a exploração e a exportação do charque e seus derivados, Pelotas tornou-se “a cidade que seria, durante todo o século XIX, a mais rica e adiantada da Província, ao lado de Porto Alegre” (RIBEIRO, 2013, p. 39), cujo crescimento predial da linguagem eclética ocorreu a partir da década de 1870 (SANTOS, 2007). Também no século XIX, Laguna teve um período áureo econômico e urbano, principalmente após o ano de 1883, com a inauguração da Ferrovia Dona Tereza Cristina, construída para o transporte de carvão escoado através do porto local (IPHAN, 2009).

Apesar desses cenários de prosperidade, que acabaram por substituir muitos exemplares históricos por prédios novos, muitas vezes de menor qualidade formal e artística daqueles demolidos (IPHAN, 2009; RIBEIRO, 2013), ambos os lugares passaram por momentos de estagnação ao longo do tempo, que refletiram na pouca especulação imobiliária e na permanência de muitos prédios de valor histórico e estético nos dois centros urbanos.

Quando em recessão, uma parte desses bens se deteriorou pela falta de uso ou manutenção, e tornaram-se ruínas. As que permaneceram resultaram num conjunto de edificações de interesse patrimonial, levando à identificação de áreas mais fortemente historicizadas e, por conseguinte, ao reconhecimento dos dois aglomerados urbanos como “cidades históricas”.

Logo, problematiza-se o objeto da dissertação em diferentes questões: Quais foram as principais políticas e ações que fundamentaram a conservação do patrimônio edificado das duas cidades? Há estratégias comuns? O conjunto normativo de proteção tem papel preponderante nesta preservação/conservação e, por consequência, da manutenção das linguagens arquitetônicas existentes?

O estudo preliminar de ambos os casos leva à hipótese de que a conservação tem se caracterizado pela criação e implantação de instrumentos normativos de proteção, sem maior articulação entre as distintas instâncias de poderes gestores e sem correspondência e integração com as demais políticas e ações urbanísticas,

resultando na descaracterização das particularidades das linguagens arquitetônicas presentes nas caixas murais dos prédios, tanto em Laguna como em Pelotas, nos recortes anteriormente citados.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

Empreender uma análise das ações de preservação do patrimônio edificado de cidades do sul do Brasil, no período de 1985 a 2017, através do estudo crítico e comparativo entre Laguna/SC e Pelotas/RS.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) Analisar a constituição e o reconhecimento dos patrimônios de Laguna e Pelotas, os quais levaram à identificação destas cidades como ‘cidades históricas’;
- b) Averiguar as políticas e as ações de conservação realizadas em Laguna e Pelotas, a partir de suas respectivas identidades de ‘cidades históricas’;
- c) Examinar as intervenções realizadas nas edificações escolhidas, de acordo com as medidas protetivas incidentes;

2 A cidade histórica e o reconhecimento do patrimônio edificado

2.1 A cidade de Laguna

A fundação da segunda povoação mais antiga de Santa Catarina, Santo Antônio dos Anjos de Laguna, foi favorecida por condições geográficas e políticas, além de ser o último ponto ao sul do Tratado de Tordesilhas (1494). A lagoa apresentava um porto natural e as terras ali banhadas eram planas o suficiente para a implantação de um povoamento.

Além de ser uma área protegida por morros, a localidade é de difícil acesso pelo mar – com o encontro da água doce com a salgada e os bancos de areia. Sem deixar de mencionar a disponibilidade de água doce para o povoado (WEIMER, 2004) (Figura 2).

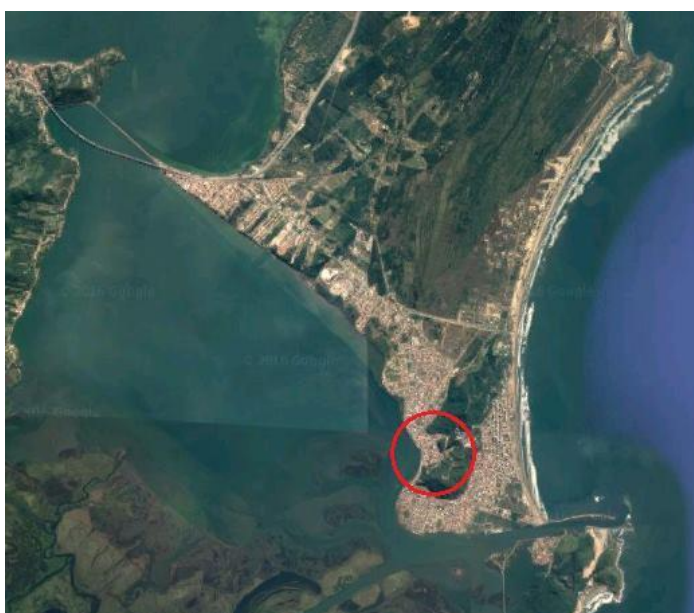


Figura 2 – Situação geográfica de Laguna. Destaque para a área central da cidade.
Fonte: GOOGLE EARTH, 2018. Editado pela autora.

Antes mesmo da fundação da povoação por Domingos de Brito Peixoto, em 1696, o porto já abastecia as comitivas enviadas pela Coroa portuguesa e que tinham como destino a Colônia de Sacramento, o assentamento mais meridional criado pelos lusos em 1680, com o objetivo de estender as suas fronteiras no sul da América, hoje em território do Uruguai.

Assim, no início do século XVIII, o porto de Laguna era a principal forma de escoamento de toda a produção do sul da Colônia portuguesa. A localidade era também ponto de passagem do gado em pé conduzido por bandos de tropeiros através do Caminho da Praia, que ligava Colônia do Sacramento à Laguna (GUTIERREZ, 1993). Dalí os rebanhos eram enviados à Sorocaba, em São Paulo, onde as reses eram vendidas e encaminhadas às Minas Gerais.

Fundamental para o processo de colonização, a povoação ascendeu à categoria de Vila em 1714 (LUCENA, 1998). Segundo WEIMER (2004), a categoria de Vila dependia de uma designação do Governo Imperial. Com esse desígnio eram demarcadas as áreas de abrangência da Vila (município) e as terras do núcleo urbano propriamente dito. Era desenhada a planta da localidade e eram nomeados os Conselheiros da Câmara.

Para a implantação da Vila erguia-se a Casa de Câmara e Cadeia, normalmente um edifício com dois pavimentos – o térreo destinado à cadeia e o andar superior à Câmara. Em frente ao sobrado era elevado o pelourinho, onde os escravos criminosos eram amarrados por alguns dias para o conhecimento da população, depois desse período eram encaminhados aos cárceres. Para concluir a formação da Vila também eram eleitos os juízes e os funcionários administrativos que auxiliavam nos serviços burocráticos.

Mesmo contando apenas com poucas casas de chão batido, com paredes de pau-a-pique e coberturas de palha – além de receber o título de Vila – outra demonstração da importância de Laguna naquele momento foi a chegada do Ouvidor Rafael Pires Pardini, em 1720, com o objetivo de regularizar e organizar os avanços urbanos oriundos do crescimento espacial e econômico, através do Código de Posturas lagunense.

Era importante que a paisagem urbana buscasse a aproximação com as cidades portuguesas. Por isso, segundo Dall’Alba (1979), as principais medidas foram as seguintes:

1. Proibia-se construir sem obtenção de licença da Câmara;
2. As casas deveriam todas seguir a mesma carreira ou alinhamento frontal;
3. Que nenhuma tivesse menos de 40 palmos de largura;
4. Que na beira do mar ficasse uma rua, cujas portas e janelas olhassem para o mar – assim não era destruída a fortificação da Vila, pois era preciso defender-se do inimigo que porventura viesse pelo mar;

5. Definiam-se os espaços para a implantação dos Paços do Conselho, da cadeia, de uma praça larga onde no centro seria elevado o pelourinho;
6. As casas de palha e pau-a-pique que existiam com costas para o mar seriam destruídas.

Estas definições foram fundamentais para o desenvolvimento urbano da vila, com o crescimento demográfico ocorrido entre 1749 e 1756. Através da vinda dos imigrantes açorianos para a região sul da Colônia – distribuídos principalmente entre Desterro (Florianópolis), Laguna e Rio Grande¹ – houve a introdução de novos produtos agrícolas e novas técnicas de manejo, como os engenhos movidos à tração animal, que impulsionaram a economia local (CITTADIN, 2010).

Uma característica particular do Código de Posturas lagunense foi a designação da implantação da Igreja e da ‘Casa de Câmara e Cadeia’ em praças distintas, definindo a Praça Religiosa e a Praça Civil, respectivamente. Com a conclusão da edificação da Casa de Câmara e Cadeia, em 1747, houve uma convergência da malha urbana para esse local, principalmente, por conta da movimentação para os pagamentos dos encargos portuários.

Percebe-se que o crescimento urbano se estendeu entre os dois polos, sempre o mais próximo da Lagoa. Na Rua Direita e, principalmente, na Rua da Praia, surgiram os primeiros prédios com dois pavimentos, erguidos pelas famílias mais abastadas – com o comércio no térreo e a área residencial no andar superior – materializando as diferenciações de classe e poder, através dos sobrados e das casas com um só pavimento.

Em sua passagem pela Vila de Laguna em 1820, Saint-Hilaire (1936) registrou haver na época cerca de 9000 habitantes, em sua maioria brancos. Poucos mulatos, bem como mestiços de índios com brancos e índios com negros. Naquele momento a maioria das casas era térrea, feitas de pedra e cobertas de telhas. A cidade em si era pacata, no entanto a movimentação do porto era evidente.

O relato do viajante sobre a configuração do traçado da Vila - quadrilátero cujo lado maior fica paralelo à lagoa – corrobora com o desenho de Laguna no início

¹ A cidade de Rio Grande se originou de aglomerado de habitações que se formou no entorno do Forte de Jesus, Maria e José, fundado em 1737 para dar retaguarda à Colônia do Sacramento. É o único porto marítimo do Rio Grande do Sul, de extrema importância na época, quando as comunicações se faziam por meio de navios a vela.

do século XIX apresentado por Weimer (2004) (Figura 3). Para o autor, a semelhança do traçado com as cidades dos Açores é mais que evidente.



Figura 3 – Desenho de Laguna no início do século XIX.
Fonte: WEIMER, 2004, p. 84. Editado pela autora, 2017.

Interessados pelo porto, as tropas farroupilhas² invadiram a vila de Laguna, em 1839, proclamando a República Catarinense, também conhecida como República Juliana. No entanto, o novo regime republicano durou pouco e, no mesmo ano, a localidade voltou ao domínio imperial, deixando sequelas na economia local, aumentando a diferenciação econômica dos moradores.

Quando elevada à categoria de Cidade – pela Lei Provincial nº 239, de 15 de abril de 1847 – a população local assistiu à ascensão de novas classes sociais: formadas por comerciantes e por profissionais liberais. Com eles houve um crescimento pelo interesse nas atividades sociais, públicas e políticas do núcleo urbano.

A denominação de cidade era atribuída por Lei à Vila mais importante de uma determinada região, ou da Colônia, que nos dias de hoje corresponde ao termo de “capital”. Salvador, primeira capital do Brasil, foi fundada como cidade. Olinda recebeu esse título depois da expulsão dos holandeses. A cidade do Rio de Janeiro obteve essa denominação quando foi transformada na nova capital brasileira (WEIMER, 2004).

² Entre os anos de 1835 e 1845 deu-se na Província do Rio Grande de São Pedro a Revolução Farroupilha, pelo descontentamento das classes dominantes pelo esquecimento do território pelo Governo Imperial.

Assim tiveram início as transformações espaciais e socioculturais almeçadas pelas classes emergentes, com a construção do teatro Sete de Setembro (1858), da Fonte da Carioca (1863), do Hospital (1870), da Biblioteca Popular (1876), do edifício do primeiro jornal **A Verdade** (1879), do primeiro Mercado Municipal (1880), entre outros. Além da instalação da iluminação pública à gás, em 1876 – utilizada por pouco tempo –, e do início da construção da Ferrovia Dona Tereza Cristina, em 1880 (LUCENA, 1998).

No final do século XIX, o porto de Laguna assumiu a quarta posição no Estado de Santa Catarina – quanto à movimentação de mercadorias – incentivada com a finalização da construção da Ferrovia Dona Tereza Cristina, em 1884, que escoava até o local a produção agrícola das colônias italianas e alemãs, bem como as cargas da extração de carvão do sul do Estado (Figura 4).



Figura 4 – Imagem da Rua da Praia, final do século XIX.
Fonte: IPHAN. ACERVO DIGITAL, 2017.

Neste momento, a cidade de Laguna tinha 600 casas com um único pavimento e 30 sobrados que, para Ruben Ulysséa (2004), não apresentavam um estilo definido em suas linhas arquitetônicas, algumas fachadas revelavam certo mau gosto. Ressaltou o autor a existência de casas térreas de porta e janela, ou assobradadas, com beirais voltados para as calçadas, remanescentes dos velhos tempos coloniais, mas que estavam condenadas por conta das posturas municipais quanto à construção obrigatória de platibandas.

Neste período as características luso-brasileiras vão se perdendo com o aformoseamento das fachadas, advindo do ecletismo. O uso da platibanda passou a

ser obrigatório e utilizado para demonstrar o *status* do proprietário da edificação (BENÍCIO et al., 2012).

A influência eclética na cidade foi tardia - marcada pelo neogótico, neoclássico e *art-nouveau* – mas teve grande aceitação na tipologia das novas edificações (VILLEGAS J., 2016). Essas novas construções apresentavam uma nova concepção de implantação através dos recuos – lateral e frontal – com relação aos limites dos lotes de terreno, organizados em jardins e escadarias que levavam às varandas, ornamentadas com lambrequins e decorações em relevos estucados (CITTADIN, 2010) (Figura 5 e 6).



Figura 5 – Edificações de linguagem eclética, primeira metade do século XX.
Fonte: IPHAN. ACERVO DIGITAL, 2017.

Além das modificações do novo modelo de implantação, melhorias no contexto urbano foram sendo executadas. Em 1903 deu-se a construção do quebra-mar da barra – que possibilitava a entrada de navios de maior calado. Em 1916, o fornecimento de energia passou a ser elétrico, privilegiando os espaços públicos, como a Praça Vidal Ramos, localizada em frente à Igreja Matriz.

No entanto, a perspectiva da localidade em se tornar um porto-carvoeiro e a prosperidade econômica do final do século XIX perderam força ao fim da década de 1930, quando o porto do distrito lagunense de Imbituba³ passou a receber navios de maior cabotagem. Outro fator determinante foi o transporte rodoviário, com a construção da rodovia BR 101 e da ponte rodoviária da Cabeçuda, que deslocou os interesses de investimentos para outros municípios da região (LUCENA, 1998).

³ Em 1957, o distrito de Imbituba se emancipou de Laguna.

Em Laguna, o escoamento do carvão foi transferido para um novo ponto de atracamento estruturado no Bairro Magalhães, em 1940. No porto do Centro se concentraram o escoamento de cargas gerais e de passageiros, até 1943, quando as atividades foram encerradas (VILLEGAS J., 2016; LUCENA, 1998).

A transferência da estação férrea para o Campo de Fora diminuiu a movimentação do embarque e desembarque na Rua da Praia. Assim, os antigos trilhos deram espaço para a atual Avenida Colombo Machado Salles, e a orla recebeu novos quarteirões, com construções de prédios comerciais e públicos. Dos quais destacamos o “Cine e Teatro Mussi” (1954 - Figura 6) e o atual Mercado Público (1956 - Figura 7), ambos peculiares à linguagem *art déco* (LUCENA, 1998).

Essa linguagem arquitetônica adequou-se ao momento econômico da cidade, prevalecendo a simplificação da ornamentação em prol da economia dos meios. Entre as décadas de 1930 e 1950, o *art déco* apareceu tanto nas edificações comerciais e nas novas construções, como em reformas nos edifícios existentes – principalmente nas fachadas, como ocorreu no auge do ecletismo na cidade (BENÍCIO et al., 2012).



Figura 6 – Imagem do Cine Teatro Mussi.
Fonte: Acervo da autora, 2017.



Figura 7 – Imagem do Mercado Público.
Fonte: Acervo da autora, 2012.

Na década de 1950, destacou-se a primeira ação do Governo Federal em relação à proteção do patrimônio edificado de Laguna. A partir da criação do SPHAN, em 1937, até a década de 1970, o órgão privilegiou a preservação dos remanescentes da arte colonial brasileira ou da cultura luso-brasileira – em detrimento dos demais períodos e linguagens arquitetônicas – capazes de gerar a identidade nacional (FONSECA, 2009). Como reflexo dessa política, a primeira edificação tombada pelo então SPHAN em Laguna foi a Casa de Câmara e Cadeia, em 1954 – exemplar do período colonial luso-brasileiro (Figura 8).



Figura 8 – Imagem da inauguração do Museu Anita Garibaldi, em 1956.
Fonte: IPHAN. ACERVO DIGITAL, 2017.

Entre 1950 e 1960, as dificuldades do pós-guerra e a diminuição das atividades portuárias levaram à retração e à estagnação da economia lagunense. Quanto ao espaço da área central na década de 1960, Villegas J. (2016) afirma que não houveram modificações de grande destaque na malha urbana, restringindo-se ao nível arquitetônico e dos seus respectivos usos – o ciclo das transformações físicas no espaço urbano central se encerrava.

Apesar disso, o Centro continuava a subsistir como principal bairro da cidade, fortalecido como ambiente comercial, político, religioso, cultural e lúdico. Por esses motivos, era o alvo principal para a instalação das novas atividades na cidade, enfrentando um processo de “renovação urbana” (LUCENA, 1998). Houve o rompimento da volumetria e morfologia de sítios já consolidados com edificações de dois e três pavimentos – dos séculos XIX e XX – como a Rua Gustavo Richard, antiga Rua da Praia (CITTADIN, 2010).

Nesse processo, os velhos prédios foram sendo substituídos por edificações modernistas, mas também novas construções que, em sua maioria, não apresentavam a qualidade estética dos antigos prédios. Dessa maneira, a década de 1970 foi marcada pela perda de exemplares do estilo eclético, do *art nouveau* e do *art déco*.

Um dos exemplos mais marcantes foi a nova sede do Banco do Brasil, construída no final da década de 1970, no terreno onde se encontrava uma edificação de uso residencial da linguagem eclética (Figura 9). Esse caso alavancou a preocupação dos profissionais de arquitetura e mobilizou os interessados em resguardar a história e a arquitetura local.



Figura 9 – Exemplar eclético substituído pela sede do Banco do Brasil.
Fonte: CITTADIN, 2010, p. 93.

Mesmo com o Plano Diretor, de 1979, que permitiu a construção de edificações de até quatro pavimentos e incentivou a substituição dos exemplares de interesse histórico, algumas ações da municipalidade contribuíram para a preservação de bens isolados (IPHAN, 2009). Destacam-se os Decretos de Tombamento Municipal e a Lei nº34, promulgada em 03 de novembro de 1977, que dispôs sobre a proteção do patrimônio histórico e artístico do município.

- Decreto nº. 27/76 de 22 de outubro de 1976. Tombamento da antiga Casa de Câmara e Cadeia; da Casa Pinto de Ulysséa; da Casa de Anita Garibaldi (heroína da República Juliana), na Praça Vidal Ramos;
- Decreto nº. 17/78 de 04 de outubro de 1978. Tombamento das fachadas da Praça da República Juliana; das fachadas do Largo do Rosário; do Palacete Polidoro Santiago; da Casa nº10, da Rua Rio Branco; da Casa Candemil; do Hotel Rio Branco; da Casa nº420, na Rua Voluntário Benevides; da Casa de Anita Garibaldi, na Rua Fernando Machado;
- Decreto nº. 26/82 de 20 de agosto de 1982. Tombamento das casas nº13, nº133 e nº185, da Rua Raulino Horn; da SR União Operária, na Rua Santo Antônio;
- Decreto nº. 28/82 de 27 de dezembro de 1982. Tombamento da Casa nº208, na Rua Raulino Horn, esquina com a Rua Barão do Rio Branco; das Ruínas do Forte José Garibaldi, localizado na Ponta da Barra;
- Decreto nº34/88, de 11 de agosto de 1988. Tombamento da Ponte de Ferro da Cabeçuda.

No entanto, segundo a pesquisa de Villegas J. (2016), aparentemente os bens a serem protegidos foram escolhidos sob a vontade do prefeito da época, não havendo um estudo técnico adequado dos mesmos. “Esta forma de proteção se mostra bastante frágil como instrumento, pois possibilita que outro Prefeito Municipal revogue o decreto, deixando o bem desprotegido” (VILLEGAS J., 2016, p. 86).

Em 1982, Laguna recebeu a instalação de um Escritório Técnico do IPHAN (ET-IPHAN), vinculado a 10ª Diretoria Regional do IPHAN, em Florianópolis. Neste momento o escritório contava com apenas um responsável, sem equipe de técnicos. Mesmo assim, através de uma parceria com a Fundação Catarinense de Cultura, juntamente com acadêmicos do curso de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade

Federal de Santa Catarina (UFSC), foi elaborado um inventário chamado “Valorização do Sítio Histórico de Laguna”, para o reconhecimento do patrimônio da cidade – tarefa incentivada pelo programa Cidades Históricas do Governo Federal (BENÍCIO et al., 2012; VILLEGAS J., 2016).

A partir do inventário e no Decreto-Lei nº25, de 1937, que no seu Art. 1º, inciso 1º, permite a inserção agrupada de bens móveis nos livros do tombo, o IPHAN efetivou a proteção do sítio urbano, histórico e paisagístico da área central lagunense⁴, através da instituição de uma Poligonal de Tombamento e de sua inscrição no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico (inscrição n. 89, fl. 39) e no Livro do Tombo Histórico (inscrição n. 500, fl. 89).

A área delimitada abrange o meio natural que envolve o sítio urbano inicial, o cais junto à laguna, o tecido em seu traçado e dimensão, além de aproximadamente 600 imóveis, com diversas linguagens arquitetônicas: luso-brasileira, eclética, *art nouveau*, *art déco* e moderna (BENÍCIO et al., 2012) (Figura 10).

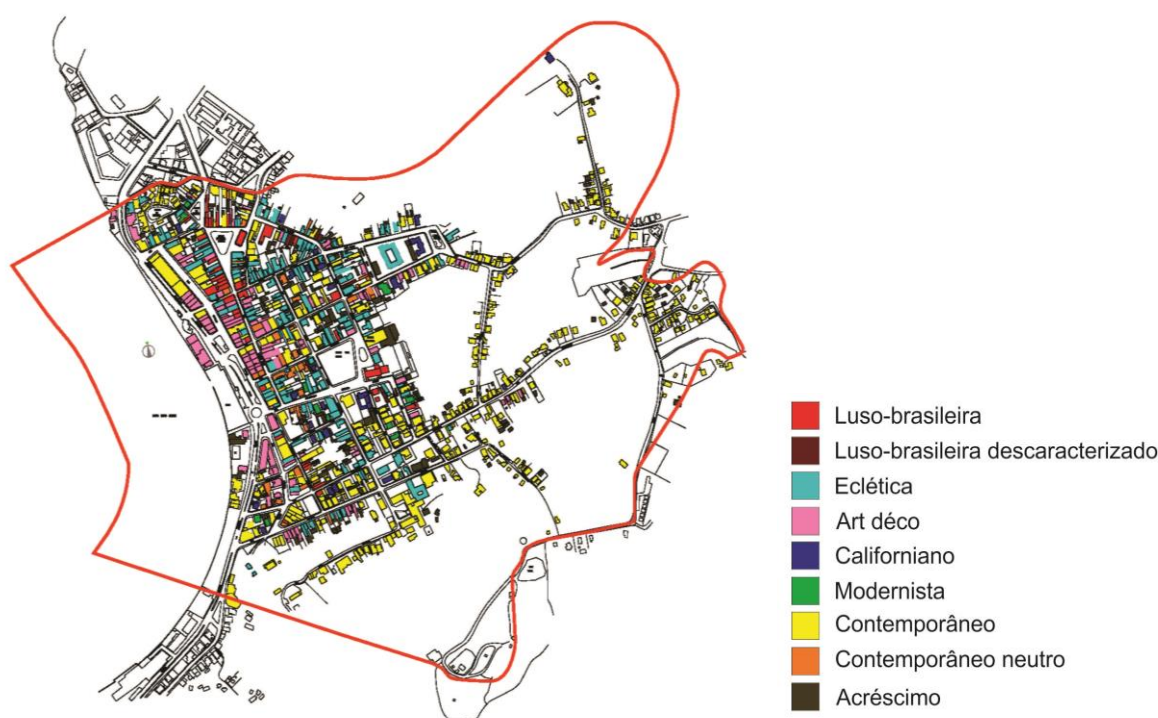


Figura 10 – Poligonal de Tombamento e as linguagens arquitetônicas.
Fonte: IPHAN, 2019.

Apesar de ser notória a importância do Tombamento Federal realizado pelo IPHAN, objetivando a proteção do conjunto histórico edificado na cidade, as opiniões locais foram divididas. Para muitos moradores e empresários locais, esta medida

⁴ Processo de Tombamento IPHAN n. 1122-T-84/1.

preservacionista foi um freio à renovação urbana vivida naquele momento, repercutindo na valorização dos imóveis e na própria área central – muitas residências foram abandonadas e postas à venda (LUCENA, 1998; VILLEGAS J., 2016).

Em 1988 a Fundação PróMemória, vinculada ao Ministério da Cultura – SPHAN, comprou a edificação que atualmente sedia o ET-IPHAN de Laguna. Em 1990, quando o Governo Federal determinou a extinção do IPHAN – o ET-IPHAN de Laguna foi fechado – e com a criação do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural⁵ (IBPC), as críticas vieram por parte dos que viam na supressão do Conselho Consultivo a diminuição da ação executiva da instituição, um atraso para a história da preservação do patrimônio cultural do país. Aos que defendiam a mudança, a justificativa era a adequação da instituição com a abrangência que o conceito de patrimônio cultural recebeu na Constituição de 1988 (REZENDE, et. al., 2015).

2.2 A cidade de Pelotas

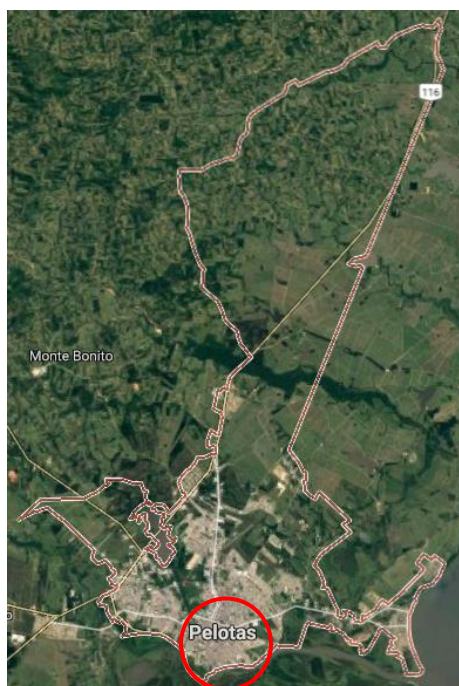


Figura 11 – Imagem da situação geográfica de Pelotas. Destaque para a área central da cidade.
Fonte: GOOGLE EARTH, 2017. Editado pela autora.

Enquanto a Vila de Laguna estava em expansão por conta do seu porto, em 1779 foi fundada a primeira charqueada, no canal São Gonçalo – próxima ao canal

⁵ O IBPC foi criado pela Lei nº. 8.029, de 1990. Suas competências pelo Decreto nº 99.602, de 1990. A Instituição retomou o nome IPHAN, com da Medida Provisória nº 610, de 1994.

do porto de Rio Grande, entre os arroios Santa Bárbara e Pelotas – dando início ao núcleo saladeiril e o período de prosperidade econômica, de 1779 até 1835 (1ª fase), definido pelo historiador Mario Osório Magalhães (1993).

Nessas terras buscaram refúgio muitos dos habitantes da então Vila de Rio Grande, fugidos da invasão espanhola, em 1763. Posteriormente, em 1777, retirantes da Colônia do Sacramento – que foi entregue aos espanhóis como cumprimento ao Tratado de Santo Ildefonso – chegaram à região (PELOTAS, 2017).

Segundo Cruz (1992), a atividade charqueadora (Figura 12) alavancou a economia pelotense, para a qual contribuíram: a disponibilidade do gado originado das estâncias da zona da campanha; o acesso aos mercados do centro e do norte do país e o escoamento da produção do charque e de seus derivados através dos cursos d'água e do porto de Rio Grande; a mão-de-obra escrava abundante.



Figura 12 – Imagem da Charqueada Boa Vista – Obra de Debret, 1829.
Fonte: CHARQUEADA BOA VISTA, 2018.

No ano de 1812, o povoado ascendeu a condição de freguesia de São Francisco de Paula, e continuou dependente da Casa de Câmara da Vila de Rio Grande. Em 1813 foi construída a igreja do Santo padroeiro da paróquia, em terreno pertencente ao capitão-mor Antônio Francisco dos Anjos, distante dos maus odores da produção e do caminho das tropas de gado.

Nas terras de Francisco dos Anjos, que circundavam a igreja de São Francisco de Paula, foi traçado em 1815 o primeiro loteamento da freguesia, pelo piloto de rumos Maurício Inácio da Silveira – em esquema reticulado, com sete ruas no sentido leste-oeste, e doze no sentido norte-sul (GUTIERREZ, 1993) (Figura 13).

Um segundo loteamento, englobando o primeiro, foi desenhado por Eduardo Kreschemar, “arquiteto civil” da então vila de São Francisco de Paula, nas terras da sesmeira Mariana Eufrásia da Silveira, cuja planta foi executada entre 1833 e 1835 (GUTIERREZ, 2004).

O plano reticulado inicial foi prolongado em direção ao sul e ao Canal São Gonçalo, onde foi instalado o porto local, no ano de 1834. No entorno do ponto de atracamento surgiu o aglomerado que originou o atual bairro do porto. Com a inauguração da via férrea que ligou Bagé, Pelotas e Rio Grande em 1884, se conformou o bairro Simões Lopes, nas imediações da estação (Figura 17).

Eram 544 edificações distribuídas nesta planta, identificadas com os códigos formais do Período Colonial. A uniformidade dos partidos arquitetônicos correspondia à rígida padronização dos lotes, à carência de materiais e à primitividade das técnicas construtivas, fazendo com que tanto os edifícios públicos quanto os privados apresentassem aspecto bastante semelhante. Salvo alguns que, devido a sua importância para a cidade, eram mais elaborados do ponto de vista formal, com inovações, como: platibandas cegas e pilastras encimadas por pequenos capitéis toscanos ou dóricos (SCHLEE, 1993).

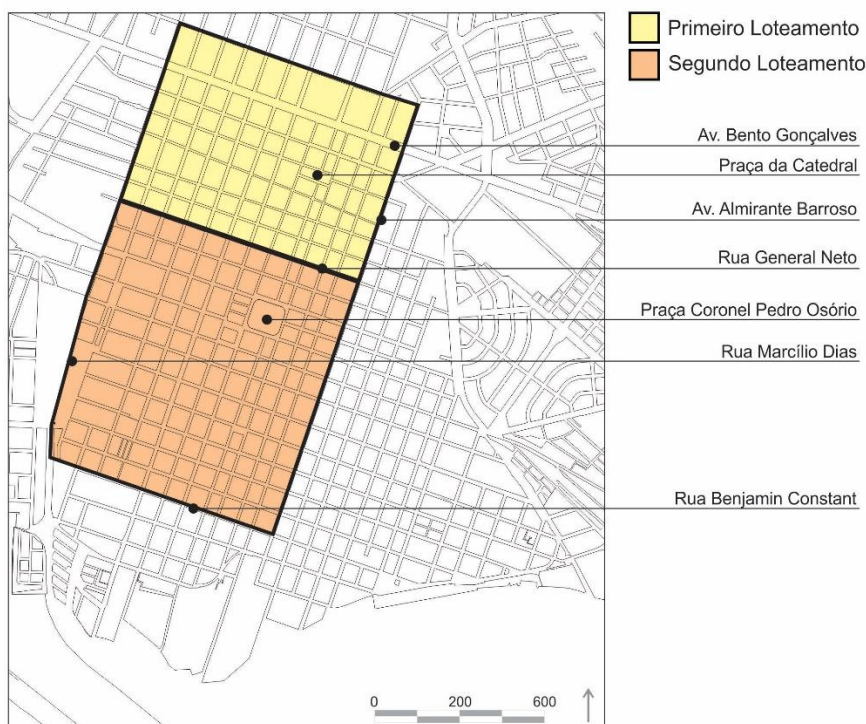


Figura 16 – Evolução urbana a partir do 1º e 2º loteamentos.

Fonte: PREFEITURA DE PELOTAS, 2019. Editado pela autora, 2019.

Ficaram registradas nos relatos de viajantes e pesquisadores a existência, entre 1817 e 1890, de 18 a 30 charqueadas na região de Pelotas – distantes 12 a 13 km do núcleo urbano (CRUZ, 1992; GUTIERREZ, 1993; MAGALHÃES, 1993). Como consequência do avanço da produção do charque, a então Freguesia foi elevada à categoria de Vila de São Francisco de Paula, em 1830, mas instalada em 1832. Apenas cinco anos depois, a Vila alcançou a denominação de cidade. O que registra a importância da localidade na região da campanha gaúcha.

No entanto, cabe ressaltar que já no início da década de 1830, as contradições de interesses entre charqueadores e estanceiros aumentavam, por conta da instabilidade da situação no Rio da Prata, pelos levantes armados de independência e pelas regras de mercado instituídas pelo Governo Imperial – crise que eclodiu na Revolução Farroupilha, em 1835, refletindo na produção do charque (CRUZ, 1993). O período entre 1835-1845 (2ª fase) foi de estagnação econômica (MAGALHÃES, 1993).

A partir de 1845 até 1860 (3ª fase) houve um esforço pela recuperação econômica e a retomada do crescimento econômico (MAGALHÃES, 1993). Entretanto, a partir da proibição do tráfico de escravos, em 1850, começaram a se tornar evidentes os limites da empresa charqueadora, baseada na mão-de-obra escrava (CRUZ, 1993).

Nesse período, registrou-se em Pelotas a instalação das colônias de imigrantes nas terras periféricas do município, resultantes da iniciativa oficial e privada, principalmente. Iniciou-se a diversificação da produção, a partir da mentalidade do imigrante (CRUZ, 1993). Além da produção primária, houve reforços no setor do comércio, atuantes nos transportes dos produtos coloniais, nas operações financeiras, atividades que propiciaram lucros que foram aplicados na indústria, navegação, bancos, companhias de seguros, loteamentos, hotéis (PESAVENTO, 1980).

Na década de 1870, um novo modo de vida e de morar desembarcou no porto pelotense. O porto também facilitou a imigração de construtores estrangeiros, sobretudo de italianos, que introduziram o historicismo eclético na arquitetura da cidade (SANTOS, 2007). Os construtores imigrantes empregaram novos materiais e técnicas construtivas nos prédios erguidos, como o ferro fundido. Artesãos locais ou forasteiros desenvolveram diferentes técnicas decorativas nas superfícies das

paredes e dos tetos dos edifícios, como os elementos de estuque e as pinturas parietais.

(...) Durante o período estudado, no porto pelotense atracavam navios trazendo variadas máquinas, materiais construtivos e equipamentos urbanos, como, os chafarizes franceses e o reservatório escocês, fabricados em ferro fundido e destinados à distribuição de água potável; os postes de iluminação pública, moldados com o mesmo material; as fiações do telégrafo ou do telefone e seus diferentes aparelhos; os trilhos e os bondes elétricos; os automóveis e os caminhões; as “britadoras” e as “locomotoras” utilizadas nas pavimentações com o macadame; as bombas e os tubos de ferro para as canalizações de esgoto (SANTOS, 2014, p. 21-22).

Entre 1860 até 1890 (4ª fase) ficou caracterizado pelo apogeu material e cultural, definido por Magalhães (1993). A riqueza alavancada pela exploração e exportação do charque e seus derivados, somada aos lucros obtidos com o comércio e com o setor de serviços, permitiu que a elite local financiasse esse novo modelo de viver, copiado do mundo europeu. A partir de 1870 até 1931, as novas residências assumiram características da linguagem eclética (SANTOS, 2014) (Figura 18).

Nelas era evidente o abandono dos modelos formais e plásticos da arquitetura colonial portuguesa e a sua substituição por outros, baseados na arquitetura de tradição clássica, com forte influência da renascença italiana; a manutenção dos esquemas tipológicos tradicionais de moradia – residências de porta e janela e de meia morada – e a difusão das residências tipo morada inteira de porão alto; a relação do prédio com o lote urbano – em recuos laterais aos limites do terreno, mantendo o tradicional alinhamento sobre a via pública (SCHLEE, 1993).



Figura 17 – Vista dos casarões ecléticos do entorno da Praça Coronel Pedro Osório, década de 1910. Fonte: RUBIRA, 2012, p. 49.

Cabe ressaltar que, com os recuos apareceram os jardins laterais e/ou entradas de veículos, o que acabou permitindo ou obrigando a uma “radical” transferência de acesso principal das habitações para a fachada lateral. Os recuos frontais, de no mínimo quatro metros, eram exigidos apenas para habitações de baixa renda – garantia-se que não aparecessem na configuração das ruas, permanecendo “devidamente resguardadas” da vista do cidadão (SCHLEE, 1993).

O fato é que no período influenciado pelo ecletismo houve muitos avanços na qualidade de vida dos pelotenses. Até o fim da 4ª fase (1890) foram realizadas as canalizações de água (1875), iluminação pública e privada a gás (1875) e a arborização das praças (1877); vieram os meios de comunicação, como o telégrafo (1868) e o telefone (1888), e os transportes coletivos ou individuais, como os bondes de tração animal (1873).

Mesmo com a entrada na 5ª e última fase (1890-1930), caracterizada pela perda da liderança econômica (MAGALHÃES, 1993), as transformações na urbe continuaram: instalação das redes de esgoto (1914) e elétrica (1915); a pavimentação das avenidas com o “systema Macadam” (1902) e com paralelepípedos de granito (1922); o uso dos automóveis (1905) e transportes elétricos (1915), transformações que implicaram na reformulação das áreas coletivas e dos edifícios públicos ou privados (SANTOS, 2014).

No início do século XX, o enriquecimento do proletariado urbano contribuiu para transformações econômicas e sociais – uma nova cidade se desenvolvia. No entanto, a partir da década de 1930, com o declínio econômico da região sul do Rio Grande do Sul em relação ao norte do Estado, que se industrializava, Pelotas e outras localidades da campanha gaúcha passaram a crescer de forma lenta.

Em Pelotas, a crise implicou na quebra da Companhia Grande Hotel de Pelotas, em 1928, e no fechamento do Banco Pelotense, em 1931, que levou à falência muitos cidadãos pelotenses. A má condição da economia também se refletiu na manutenção e crescimento dos equipamentos urbanos, fundamentais para o desenvolvimento das cidades. Schlee (2003) registra a paralisação de obras públicas em Pelotas, entre os anos de 1930 a 1938. Essas interferências passaram a depender de investimentos externos, governamentais ou privados.

Em setembro de 1930 foi promulgado o Código de Construções de Pelotas, trazendo principalmente limitações e obrigações referentes ao interior dos edifícios privados; aos materiais de construção; a altura máxima dos edifícios; a divisão da

fachada em duas zonas de composição; a proibição da utilização da cor branca para pintura das fachadas; entre outras disposições.

Houve uma mudança no rumo da arquitetura e da cidade: a fisionomia começou a se modernizar, mesmo que ainda afastado da arquitetura europeia e Corbusiana. Para Schlee (1993) e Silveira (2012), essa nova arquitetura foi a possível de ser aplicada naquele momento, pois era preciso se adaptar frente à intensa crise financeira, uma série de modificações estruturais da sociedade, além das novas opções técnicas e estéticas que se apresentavam a partir da década de 30.

(...) É desta forma que passaram a conviver, lado a lado sem nenhum conflito aparente, obras que podem, e devem, ser chamados de ecléticas, na medida em que ainda buscam a recuperação de elementos da arquitetura do passado; e outras, que podem ser chamadas de modernas, na medida em que buscavam abandonar qualquer referência ao passado e construir uma arquitetura apenas ditada pela praticidade, pela economia e na qual não havia mais lugar para a decoração (SCHLEE, 1993, p. 152-153).

A estética *déco* surgiu como uma nova concepção na adoção dos volumes – simplicidade e limpeza de ornamentação. Inclusive nas edificações públicas, reflexo do contexto nacional, em que a linguagem foi predominante na Era Vargas (até por volta de 1950), “aparentando quase que uma derivação estilística consequente de uma época em que se pregava o progresso, as inovações e a modernidade brasileira” (AZEVEDO, 2018, p. 53) (Figura 18).



Figura 18 – Exemplos da linguagem *art déco* na cidade de Pelotas.
Fonte: Acervo da autora, 2018.

O período compreendido entre os anos 1930 e 1949 foi de profunda crise na construção civil pelotense, com uma média de apenas 148 projetos/ano. Enquanto

que nos últimos anos da década de 1920 era de 356 projetos/ano. Foi um período lento de evolução e de depuração da arquitetura (SCHLEE, 1993).

Quando promulgado o novo Código de Posturas em 1951, através da Lei nº 298, foram definidos novos limites da zona urbana, além das condutas mais adequadas ao interior do sítio urbano: recomendações, limitações e obrigações ao direito de viver na cidade. As novidades desse Código também foram relativas aos aspectos paisagísticos da cidade, tanto pela arborização das áreas públicas, como na manutenção da harmonia dos volumes através de regras – a mudança na paisagem gerada pela colocação de toldos, por exemplo.

Já o I Plano Diretor, elaborado em 1968, apresentou-se fundamentado nos princípios do Movimento Moderno – desenvolvimento organizado e planejado; racionalização e ordenação do espaço urbano, através da circulação, zoneamento e funcionalidade. Foram modificados: o perímetro urbano; a liberação do gabarito e a inserção de parâmetros construtivos (índice de aproveitamento e taxa de ocupação); estímulo à verticalidade; aumento da testada mínima; obrigatoriedade no uso de marquises; entre outras implicações.

Em contrapartida ao desapareço com o legado eclético, medidas nacionais de preservação chegaram a Pelotas na década de 1970. O Tombamento, a nível Federal, de uma série de edificações historicistas, transformou a trajetória do patrimônio edificado da cidade: o Teatro Sete de Abril, em 1972, e os casarões de nº 2 (Casarão Barão de Butuí), nº 6 (Casarão Barão de São Luís) e nº 8 (Casarão Conselheiro Francisco Antunes Maciel), em 1977.

A Carta de Pelotas, de 21 de abril de 1978, foi elaborada nesse contexto, e buscava conscientizar a importância das estâncias públicas nas políticas de preservação do patrimônio cultural. Juntamente aos pedidos de tombamentos e manifestações coletivas, o Poder Público Municipal iniciou uma série de políticas públicas referentes ao patrimônio material de Pelotas, refletindo no II Plano Diretor de 1980 (RIBEIRO, 2013).

Nele foram apresentadas as zonas definidas como de Preservação Ambiental foram elencadas no artigo 12, e são elas: Zonas de Preservação Paisagística Cultural (ZPPC); Zonas de Preservação Paisagística Natural (ZPPN); Zonas de Preservação Permanente Legal (ZPPL); Zonas de Preservação Permanente Ecológica (ZPPE). Ao que se referem, especificamente as ZPPC's, o artigo 14 as descremina como:

Aquelas destinadas a preservar a memória histórica e cultural ou arquitetônica, no Município, para o que:

- a) serão cadastrados as zonas e prédios de interesse histórico, cultural ou arquitetônico;
- b) serão tombadas as edificações de reconhecido valor histórico, cultural ou arquitetônico.

§ 1º - Os bens tombados e aqueles que, mesmo sem tombamento, constituírem elemento característico da Zona, deverão ser conservados, não podendo ser demolidos, destruídos, mutilados ou alterados em seus elementos característicos.

§ 2º - As obras de restauração e conservação dos bens referidos no parágrafo 1º só se farão após a autorização do Município.

§ 3º - É proibida a execução de obra nas vizinhanças dos bens referidos no parágrafo 1º, quando impeça ou reduza sua visibilidade ou quando não se harmonize com as características dos mesmos (PELOTAS, 1980).

Schlee (2008) destaca que, embora indicando a delimitação de ZPPC's e admitindo a existência de um acervo digno de ser protegido legalmente, o II Plano Diretor permitiu coincidir as áreas de maior exploração urbanística, presente na Zona Urbana, com as de maior concentração de monumentos arquitetônicos – primeiro e segundo loteamentos – estimulando a demolição dos antigos prédios e a sua substituição por edificações novas.

Nesse sentido, Almeida e Bastos (2006, p. 100) corroboram ao afirmar que os índices de aproveitamento e gabaritos estipulados para a Zona de Comércio Central (ZCC), na verdade “geram um acelerado processo de destruição do acervo histórico-cultural registrado através da arquitetura, provocando a substituição de construções residenciais de um ou dois pavimentos por edifícios em altura”.

Numa tentativa de frear os avanços gerados pela especulação imobiliária, refletido no acervo de edificações históricas, foi instituído o Tombamento em nível Municipal e a criação do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural (COMPHIC), com a aprovação da Lei nº2.708 de 1982. “Tal documento legal correspondia a um antigo anseio de parte da comunidade pelotense que defendia a necessidade da implementação de uma política local de preservação, integrada à política nacional, definida em 1970” (SCHLEE, 2008, p. 8).

Assim, períodos de crescimento econômico foram se alternando com períodos de estagnação, ambos danosos para a preservação por motivos diferentes. Nos momentos de crescimento, o setor da construção civil promoveu a perda de muitos exemplares em função das demolições objetivadas para liberar espaço para novos edifícios. Nos momentos de recesso econômico, a falta de investimento na manutenção dos bens acelerou os processos de deterioração que levaram alguns prédios ao arruinamento parcial ou integral.

3 Reflexões acerca da gestão de conservação das cidades históricas

3.1 Uma breve visão da gestão da conservação no Brasil

No que se refere à gestão de sítios históricos, além dos processos comuns de gestão, enfrenta-se o desafio de adaptação às necessidades contemporâneas, sem que se comprometa a autenticidade e a integridade do conjunto (PONTUAL, 2012). Além disso, o procedimento “envolve tanto aspectos que dizem respeito à construção da identidade nacional e da memória coletiva, quanto aspectos relativos ao planejamento urbano e à qualidade de vida das cidades” (VIEIRA, 2006, p. 60).

Para De La Mora (2012, p. 115), a gestão da conservação do patrimônio é uma “especialidade da gestão pública voltada especificamente para a formulação, implementação e gestão de políticas, programas e projetos de conservação do patrimônio integradas às demais dimensões do desenvolvimento urbano”.

No caso brasileiro, o órgão criado em 1937, especificamente para a preservação do patrimônio nacional e com o objetivo de conduzir essa narrativa coletiva ficou a cargo do então SPHAN. Para Sant’Anna (2014), até a década de 1960, na concepção do organismo preservacionista, as cidades históricas brasileiras tinham apenas problemas de descaracterizações formais. Mas, passaram a ter também problemas urbanos.

Com a vinda do técnico da UNESCO Michel Parent ao Brasil, em 1966, a pedido do DPHAN, o modo de gestão do patrimônio histórico no país passou a considerar a preservação através do planejamento urbano e do aproveitamento turístico (RIBEIRO, 2018). Um dos reflexos dessa percepção de gestão foi a implantação do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (1973-1983), que foi pioneiro no campo das políticas públicas de centros históricos do Brasil. Porém, infelizmente, de tímida efetividade (VIEIRA, 2008).

No entanto, foi com a promulgação da Constituição de 1988, que as três esferas passaram a ter competência concorrente ou comum no que tange ao patrimônio nacional. No documento gerado na data citada, o artigo 24 definiu que a Federação e os Estados são responsáveis pela proteção do patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico. O artigo 30 determinou que, cabe aos municípios – além de suplementar a legislação Federal e Estadual – promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, sempre ressaltando a legislação e a

ação fiscalizadora das outras instâncias. Assim, a concepção de gestão da conservação integrada ao desenvolvimento urbano recebeu respaldo com a transformação do papel do Estado, através da distinção dos poderes em três níveis: Federal, Estadual e Municipal.

Foi do arquiteto modernista Lúcio Costa, no final de sua gerência como Diretor da Divisão de Tombamentos do IPHAN, a proposta da criação dos órgãos estaduais e municipais implantados a partir da década de 1970. Com o passar do tempo, as instituições estaduais foram nomeadas como Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual (IPHAÉ). Nos municípios, as Secretarias de Cultura assumiram as políticas para a preservação dos bens culturais das cidades – houve um aumento no número de teóricos e especialistas da área patrimonial, resultando em um trabalho mais eficiente, descentralizado e democrático (SANTOS, 2013).

No final da década de 1990 e início do ano 2000, avançou essa nova concepção da “cidade atração”, com a participação conjunta entre as esferas. Em 1995 foi lançado o Programa Monumenta, acordo do governo brasileiro com o BID, que teve início em 1999. Diferentemente de outras políticas nacionais, o Monumenta propunha uma forma de intervir mais participativa, com relação às municipalidades, resultando no desenvolvimento dos municípios, com a geração de emprego e renda e o estímulo à inclusão social (SANT’ANNA, 2004).

Em 2007 foi lançado o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), como uma iniciativa do Governo Federal coordenada pelo Ministério do Planejamento, e que promoveu a retomada do planejamento e a execução de grandes obras de infraestrutura – social, urbana, logística e energética. Destinado exclusivamente aos sítios históricos, em 2013, o PAC – Cidades Históricas veio como mais uma ferramenta para a conservação, com parâmetros parecidos com o Programa Monumenta.

Em 2013, de forma até então inédita na história das políticas de preservação, o Ministério do Planejamento autorizou a criação de uma linha destinada exclusivamente aos sítios históricos urbanos protegidos pelo Iphan, dando origem ao PAC Cidades Históricas. Para atender às cidades que possuem bens tombados pelo Iphan, há o PAC Cidades Históricas com R\$ 1,6 bilhão destinado a 425 obras de restauração de edifícios e espaços públicos, em 44 cidades de 20 estados brasileiros. Coube ao Instituto a concepção dessa linha do PAC, que está sendo executada com a cooperação com diversos co-executores, em especial os municípios, universidades e outras instituições federais, com apoio técnico da Caixa Econômica Federal (CAIXA) e de governos estaduais. (IPHAN, 2014).

Tanto em Laguna como em Pelotas, a gestão da conservação das instâncias públicas tem suas ações efetivadas através de instrumentos de proteção – tombamentos e inventários – resguardados pelos seus sistemas normativos. Mas que, também contaram com os Programas nacionais citados.

3.2 As ações contemporâneas de preservação das esferas públicas

Laguna

Após a instituição da Poligonal de Tombamento pelo IPHAN, em 1985, uma das principais medidas para incentivar a salvaguarda das edificações e focada nos proprietários, foi a criação da Lei Complementar Municipal nº 33, de 11 de dezembro de 1997. A partir da avaliação do estado de conservação, realizada pelo ET-IPHAN de Laguna, houve redução do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), de acordo com as seguintes categorias:

- a) Edificações com arquitetura excepcional de grande importância para a caracterização do sítio histórico: até 100%;
- b) Edificações importantes para a configuração da paisagem urbana: até 100%,
- c) Edificações de acompanhamento: até 50%,
- d) Edificações passíveis de renovação: até 10%.

Com a Lei Complementar nº105, de 19 de dezembro de 2003 – que instituiu o código tributário do município de Laguna –, “a isenção, salvo se concedida por prazo certo e em função de determinadas condições, pode ser revogada ou modificada por lei, a qualquer tempo, observado o disposto no inciso III do art. 9º”. Ou seja, a qualquer momento o benefício pode ser revogado.

Em 2014 foi reduzido o percentual de desconto atribuído, através da Lei Complementar nº294, de 28 de outubro, de até 50% (cinquenta por cento) aos imóveis localizados no Centro Histórico, inseridos na Poligonal (perímetro) de Tombamento, também de acordo com o estado de conservação avaliada pelo ET-IPHAN e pela Fiscalização de Tributos do Município. No entanto, desde 2014, os proprietários não contam com o benefício. “Nos dois últimos anos se tem intensificado a deterioração dos imóveis, principalmente porque a Prefeitura

Municipal não está dando a isenção do imposto predial” (VILLEGAS J., 2016, p. 94). Mas, em 2017, o incentivo retornou e está em vigor nesse momento.

Estas categorias são empregadas até hoje para a análise dos processos de intervenção, e para realizar os pareceres das solicitações encaminhadas ao Escritório Técnico. Outra ferramenta utilizada é o Inventário Nacional de Bens Imóveis em Sítios Urbanos Tombados (INBI-SU), realizado em Laguna, nos anos de 2004 e 2005.

Com o INBI-SU, cada edificação tem uma pasta que deve conter a ficha de levantamento com: planta de situação, implantação no lote, planta dos pavimentos com identificação dos cômodos e as alturas internas, identificação tipológica, características internas e alguns materiais construtivos e de acabamento.

No ano de 2007 foi elaborada a Proposta de Normas de Preservação para o Sítio Histórico Urbano de Laguna (PNPSHUL), realizado por uma empresa de consultoria. Como resultado, foram criadas apenas Diretrizes Gerais de Preservação, que reforçam a participação do IPHAN através da aprovação em qualquer projeto de intervenção – inclusive as internas – e que, de certa maneira, corrobora para a subjetividade presente na aprovação dos processos por conta do ET-IPHAN.

Já em 2010, o IPHAN lançou a Portaria nº 420, como ferramenta para os procedimentos a serem considerados na concessão de autorização para a realização de intervenções em bens edificados tombados e nas áreas de entorno. Essas importantes definições passaram a orientar a elaboração dos processos.

I – Intervenção: toda alteração do aspecto físico, das condições de visibilidade, ou da ambiência de bem edificado tombado ou da sua área de entorno, tais como serviços de manutenção e conservação, reforma, demolição, construção, restauração, recuperação, ampliação, instalação, montagem e desmontagem, adaptação, escavação, arruamento, parcelamento e colocação de publicidade;

II – Conservação: conjunto de ações preventivas destinadas a prolongar o tempo de vida de determinado bem;

III – Manutenção: conjunto de operações destinadas a manter, principalmente, a edificação em bom funcionamento e uso;

IV – Reforma Simplificada: obras de conservação ou manutenção que não acarretem supressão ou acréscimo de área, tais como: pintura e reparos em revestimentos que não impliquem na demolição ou construção de novos elementos; substituição de materiais de revestimento de piso, parede ou forro, desde que não implique em modificação da forma do bem em planta, corte ou elevação; substituição do tipo de telha ou manutenção da cobertura do bem, desde que não implique na substituição significativa da estrutura nem modificação na inclinação; manutenção de instalações elétricas, hidrosanitárias, de telefone, alarme, etc.; substituição de esquadrias por

outras de mesmo modelo, com ou sem mudança de material; inserção de pinturas artísticas em muros e fachadas;

V – Reforma ou Reparação: toda e qualquer intervenção que implique na demolição ou construção de novos elementos tais como ampliação ou supressão de área construída; modificação da forma do bem em planta, corte ou elevação; modificação de vãos; aumento de gabarito, e substituição significativa da estrutura ou alteração na inclinação da cobertura;

VI - Construção Nova: construção de edifício em terreno vazio ou em lote com edificação existente, desde que separado fisicamente desta;

VII – Restauração: serviços que tenham por objetivo restabelecer a unidade do bem cultural, respeitando sua concepção original, os valores de tombamento e seu processo histórico de intervenções (IPHAN, 2010, p. 02).

Apesar dessa Portaria, a dissertação de Villegas J. (2016) revela que, até aquele momento, “os critérios de intervenção empregados no Centro Histórico de Laguna foram de caráter subjetivo e sem uma normativa específica para a análise dos processos de intervenção (...)” (VILLEGAS J., p. 116). Fato confirmado com o arquiteto Vladimir Fernando Stello, Chefe Interino do ET-IPHAN⁶, assim como não existe uma tabela com o nivelamento de proteção das edificações. A classificação depende de cada caso, decorrendo de critérios como a disponibilidade de exemplares da mesma linguagem arquitetônica e do estado atual da edificação.

Em pesquisa desenvolvida pelo grupo Teoria e Projeto de Arquitetura e Urbanismo, na linha Teoria, História e Patrimônio do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)⁷, que analisou o acervo de processos arquivados do ET-IPHAN desde 1985 até 2010, verificou que “a trajetória das ações do ET-IPHAN em Laguna foi guiada por diferentes matrizes teóricas e, assim, por distintos procedimentos metodológicos, que influenciaram e interferiram na constituição da paisagem atual da área tombada da cidade” (BENÍCIO et al., 2012, p. 11).

Outra transformação do contexto do Centro Histórico é alertada por Lucena (1998, p. 52), que após 13 anos do Tombamento Federal, houve uma “reanimação das atividades, principalmente comerciais. Vários imóveis até então fechados ou sendo utilizados em situações físicas precárias, estão sendo vendidos, reformados e pintados, para abrigarem novas instalações comerciais”.

Esta tendência de uso comercial também foi percebida por Villegas J., depois de 31 anos da implantação da “Poligonal de Tombamento”. O que, na visão da autora, tornou-se o novo problema em relação à conservação do Centro Histórico.

⁶ Entrevista informal, 23 de janeiro de 2019.

⁷ Centro de Educação Superior da Região Sul (CERES), Laguna/SC, no qual a autora desta dissertação participou. A pesquisa verificou os instrumentos de preservação da área tombada; os documentos exigidos; e a existência de fundamentação teórica na condução desses processos.

Neste momento muitas edificações estão sendo desocupadas por seus antigos moradores, formada por pessoas de idade avançada, e não estão sendo reocupadas por novas famílias. As atividades lúdicas também vêm perdendo espaço já que os clubes existentes estão fechando por falta de público e a má manutenção das suas sedes. Todos estes fatos estão provocando o esvaziamento do Centro em períodos não comerciais (VILLEGAS J., 2016, p. 57).

Já no campo da execução de obras, as ações concretas mais significativas nos últimos dez anos foram a restauração do 'Cineteatro Mussi', concluída em 2014; a revitalização da Rua Raulino Horn, concluída em 2017; as obras em andamento do Mercado Público; da Casa Candemil, atual Acervo Público. Todas financiadas pelo Governo Federal.

Destaca-se a parceria com a Prefeitura Municipal (Secretaria de Planejamento Urbano), Fundação Lagunense de Cultura e o ET-IPHAN, na elaboração das propostas e dos projetos para a participação da cidade no Programa de Aceleração do Crescimento – Cidades Históricas (PAC-CH). Foi criada uma equipe técnica entre arquitetos e estagiários do curso de arquitetura e urbanismo (UDESC/Laguna e UNISUL/Tubarão) para realizar todo o levantamento necessário e o projeto de intervenção.

No total, foram nove empreendimentos contemplados, que atualmente encontram-se em estágios diferenciados. Alguns projetos terão que ser refeitos para a atualização do orçamento. Pois, como no caso do Clube Blondin, a edificação continua em processo de deterioração e a licitação foi aberta apenas agora em 2019. Outros projetos como o da Casa Candemil (Figura 19) e do Museu Casa de Anita (Figura 20) estão em andamento.



Figura 19 – 'Museu Casa de Anita' em obras.
Fonte: Acervo da autora, 2018.



Figura 20 – 'Casa Candemil' em obras.
Fonte: Acervo da autora, 2018.

Empreendimento	Órgão responsável	Executor	Investimento previsto	Estágio
Requalificação do Centro Histórico – 1ª Etapa (R. Raulino Horn e Largo do Rosário)	Ministério da Cultura	Município	R\$8.016.881,71	Em obras
Etapa final da restauração do Casarão do 'Clube União Operária' e anexo	Ministério da Cultura	IPHAN	R\$300.000,00	Em execução
Restauração do Museu Casa de Anita Garibaldi	Ministério da Cultura	IPHAN	R\$650.000,00	Em execução
Restauração do Sobrado da Sociedade Musical Carlos Gomes	Ministério da Cultura	Município	Valor não divulgado	Ação preparatória
Restauração da Casa Candemil – Arquivo Público Municipal	Ministério da Cultura	IPHAN	R\$1.000.000,00	Em obras
Restauração da Antiga Subestação de energia	Ministério da Cultura	Município	Valor não divulgado	Ação Preparatória
Restauração do Casarão da Sociedade Recreativa Clube Congresso	Ministério da Cultura	Município	Valor não divulgado	Ação Preparatória
Restauração da Antiga Estação Ferroviária e agenciamento do entorno	Ministério da Cultura	IPHAN	R\$2.885.718,05	Em execução
Restauração do Casarão do Clube Blondin	Ministério da Cultura	Município	Valor não divulgado	Ação Preparatória

Tabela 1 – Situação atual dos empreendimentos contemplados pelo PAC-CH.
 Fonte: BRASIL. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 2018.

Já no contexto Estadual, a principal instituição responsável pelo patrimônio artístico e cultural é a Fundação Catarinense de Cultura (FCC), criada em 24 de abril de 1979, através do Decreto Estadual nº7439 – vinculada à Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte (SOL). A Lei nº5.846, de 22 de dezembro de 1980, conhecida como a Lei do Tombamento, é a principal referência sobre proteção do patrimônio catarinense – em 14 de dezembro de 1993 houve uma atualização de seu texto, através da Lei nº9.342 (SANTA CATARINA, 2008). Apesar deste procedimento legal, nenhuma edificação de Laguna tem o título de Patrimônio Estadual ou algum tipo de proteção dessa instância.

E, finalmente, no que tange à municipalidade, além da isenção do imposto predial, as ações direcionadas à preservação do conjunto histórico edificado são aplicadas através de ferramentas voltadas para o planejamento urbano – Código de Obras, Estatuto da Cidade, Plano Diretor – aliados às atividades da Fundação Lagunense de Cultura, como a gestão dos museus municipais e educação patrimonial. Acabando por deixar a parte de financiamento e execução das obras ao IPHAN.

Pelotas

Conforme já exposto, as ações da municipalidade no início da década de 1980 frearam o avanço da especulação imobiliária no Centro Histórico. Através da Lei nº2.708, de 1982, que criou o COMPHIC, e que especificou em seu artigo quarto as suas competências.

Art. 4º O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural é o órgão colegiado de assessoramento, vinculado ao Prefeito por linha de coordenação, ao qual compete:

- a) cadastrar os bens cujas características ensejam tombamento;
- b) apreciar, e ofício ou o requerimento, a conveniência de tombamento, emitindo parecer fundamentado;
- c) proceder ao tombamento provisório;
- d) encaminhar ao Prefeito, para homologação, requerimento ou proposta de tombamento definitivo;
- e) manter os livros de tombo;
- f) articular-se com os demais órgãos de administração municipal, para o atendimento de suas finalidades e, especialmente, para fiscalização do cumprimento desta lei.

Em 1983 foi aprovado o regimento interno do COMPHIC, para a realização do primeiro Inventário do Patrimônio Arquitetônico e Urbano de Pelotas. Numa parceria da Prefeitura Municipal; da Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente; da Universidade Federal de Pelotas – do Curso de Arquitetura e Urbanismo; e da Fundação Nacional Pró-Memória. Neste levantamento foram catalogados vários prédios de considerável valor histórico e artístico ao conjunto arquitetônico do município.

No entanto, durante os primeiros cinco anos de atuação do Conselho, “foram adotados os conceitos internacionais de preservação e continuaram sendo privilegiados os monumentos isolados excepcionais” (SCHLEE, 2008, p. 8) – o Mercado Público; a Prefeitura Municipal; o Clube Comercial; o Grande Hotel; o Conservatório de Música; o Instituto de Ciências Humanas (Escola Eliseu Maciel); o Instituto de Letras e Artes (antiga Escola de Belas Artes); a Residência da Família Mendonça; a Residência do Barão da Conceição; o Solar da Baronesa e o Jockey Club – todos tombados pela municipalidade.

Já o segundo inventário – ‘Inventário da Área Central de Pelotas’ ou ‘Estudo de Preservação da Área Central de Pelotas’ – foi desenvolvido de outubro de 1986 a fevereiro de 1987, com o apoio da equipe da Assessoria de Projetos Urbanísticos da Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente e o COMPHIC.

Conforme Schlee (2008), foram cinco meses de trabalho que resultaram em cerca de 10 mil imóveis estudados e 1189 cadastrados – dentre eles, 637 foram classificados como possuidores de valor de representação elevada, e 333 foram indicados para tombamento. Destes, 77 foram tombados provisoriamente em fevereiro, e 256 em julho de 1987. Além disso, o levantamento permitiu uma maior organização das informações de cada edificação – foram criadas fichas com fotografias e informações históricas, juntamente com a certidão de propriedade de cada imóvel – compondo um dossiê patrimonial. Para o autor, o objetivo era a criação da ZPPCC, conforme previsto no Plano Diretor de 1980, ou até mesmo, o tombamento do conjunto urbanístico, conforme sugestão do SPHAN.

Fazendo um paralelo com o levantamento de 1983, o mapeamento de 1987 abrange um entorno maior da cidade, incluindo a região do porto, que possui conjuntos que representam a época de desenvolvimento industrial na cidade (RIBEIRO, 2013).

Tal estudo gerou grande polêmica em toda a cidade, o que é louvável, pois pela primeira vez estava se discutindo, efetivamente, o papel da preservação em Pelotas; de um lado o COMPHIC, a SMUMA, as Universidades, alguns arquitetos, e grande parte da população pelotense que se manifestou por meio dos jornais, de abaixo assinados e de atos públicos; de outro lado, parte dos proprietários de imóveis tombados, seus advogados e suas associações de classe, como a Associação Comercial, o Centro das Indústrias e a Associação dos Proprietários de Imóveis (SCHLEE, 2008, p. 10).

Como consequência da pressão do grupo avesso à preservação, foi aprovada a Lei nº3128, de 1988, conhecida como a “Lei do Destombamento”. Além de diminuir os poderes dados ao COMPHIC através da criação do Conselho de Revisão, recomendava o tombamento de bens públicos. Porém, eram os edifícios de propriedade privada que necessitavam de maior proteção (RIBEIRO, 2013). Tal questão implicou na efetivação do tombamento de apenas 16 edificações, dentre os 236 prédios tombados provisoriamente em 1987 (ALMEIDA e BASTOS, 2006).

Neste contexto, foi criada a Fundação de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo de Pelotas (FUNDAPEL), através da Lei Municipal nº3.484, de 1992. E, posteriormente, a Lei nº4.093, de 25 de julho de 1996, que criou o Conselho Municipal de Cultura (CONCULT).

Também em 1999 foi elaborado um trabalho em Pelotas, coordenado pelos arquitetos Carmen Vera Roig e Maurício Couto Polidori, denominado Patrimônio Cultural, Cidade e Inventário: Um Caminho Possível para a Preservação. Nele, os

autores apresentaram o inventário como instrumento ativo na preservação, e definiram o zoneamento patrimonial como já havia sido tratado em 1987.

Entretanto, somente através da Lei Municipal nº 4.568, do ano 2000, foram instituídas as ZPPC's – delimitadas seguindo o processo de formação e desenvolvimento urbano de Pelotas (Figura 21) – e a realização do Inventário do Patrimônio Cultural de Pelotas – resultando em cerca de 1.7000 edificações cadastradas.

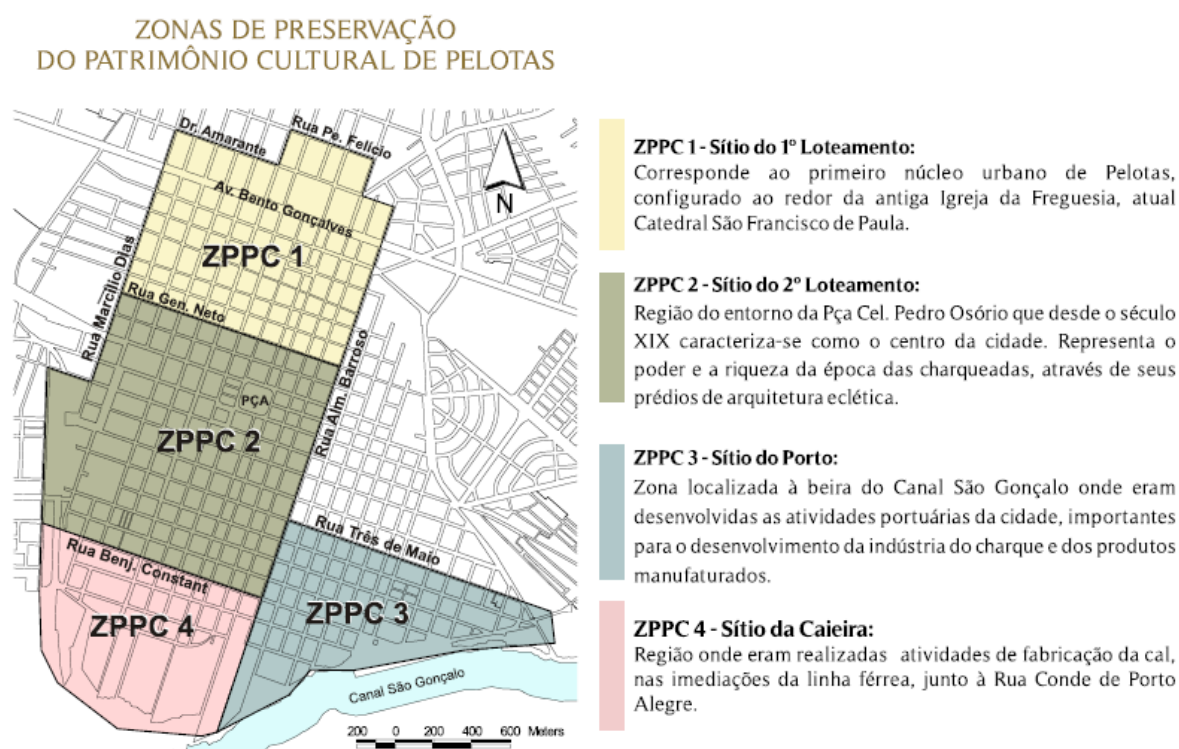


Figura 21 – Zonas de preservação do patrimônio cultural de Pelotas.
Fonte: MANUAL DO USUÁRIO, 2008.

Outra consideração importante veio com o foco desta lei – a preservação das características das fachadas públicas e da volumetria dos bens inventariados (PELOTAS, 2000). Em seu artigo quinto, a legislação define os tipos de intervenção possíveis nos bens constantes no Inventário do Patrimônio Histórico e Cultural de Pelotas. Já os artigos sexto, sétimo e oitavo trazem as implicações pecuniárias, no caso de descaracterização:

- I - conservação: a intervenção, de natureza preventiva que consiste na manutenção do estado preservado do bem cultural;
- II - reparação: a intervenção, de natureza corretiva, que consiste na substituição, modificação ou eliminação dos elementos integrantes visando à permanência de sua integridade, ou estabelecer a sua conformidade com o conjunto;

III - restauração: a intervenção, de natureza corretiva, que consiste na reconstituição de sua feição original, mediante a recuperação da estrutura afetada e dos elementos destruídos, danificados ou descaracterizados, ou do expurgo de elementos estranhos;

IV - consolidação: a intervenção de natureza corretiva que consiste na obtenção de estabilidade estrutural de bem cultural;

V - reciclagem: a intervenção que consiste no reaproveitamento do bem cultural, adaptando-o para usos compatíveis com sua tipologia formal e características ambientais, sem prejuízo de sua linguagem ou natureza, mediante atitudes de conservação, reparação e restauração acrescentando ou não novos elementos necessários à nova utilização.

Art. 6º - Aos responsáveis por descaracterização, mutilação ou desequilíbrio de bens constantes do Inventário do Patrimônio Histórico e Cultural de Pelotas, total ou parcialmente sem autorização do Município, sejam pessoas físicas ou jurídicas, será aplicada multa de 500 a 2000 Unidades de Referência do Município - URM⁸, conforme a gravidade da infração a ser apurada em processo administrativo.

Parágrafo único - Havendo mais de um responsável pelas agressões referidas no caput, será solidária a responsabilidade pelo pagamento da multa.

Art. 7º - A realização de obra, sem autorização do Município em Zona de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Pelotas, implicará em aplicação de multa de 100 a 1000 Unidade de Referência do Município - URM, conforme a gravidade da infração, a ser apurada em processo administrativo.

§ 1º - A cada reincidência a multa corresponderá ao dobro do valor da multa imediatamente anterior.

§ 2º - Havendo mais de um responsável pela infração, a responsabilidade pelo pagamento da multa será solidária.

Art. 8º - Ocorrendo descaracterização, mutilação, demolição ou desequilíbrio de bens constantes do Inventário do Patrimônio Histórico e Cultural de Pelotas, total ou parcialmente, com ou sem autorização do Município, estes ficam sujeitos às seguintes restrições:

I - o uso do solo original deverá ser mantido, mesmo que na ausência das estruturas físicas e ambientais que lhe deram origem.

II - parcelamento do solo original deverá ser preservado, não sendo permitidos loteamentos, desmembramentos, remembramentos e quaisquer outras formas de parcelamento.

III - a área construída e a volumetria originais deverão ser mantidas, não sendo permitidos nem aumentos, nem diminuições (PELOTAS, 2000, p. 3 - 4).

Assim, quase 10 anos depois da implantação da Lei, destaca-se certa efetividade na salvaguarda dos bens inventariados. “A Lei Municipal nº4.568/00 é atualmente, o principal instrumento legal utilizado pelo Poder Público Municipal para a Preservação do Patrimônio Histórico Arquitetônico de Pelotas” (MANUAL DO USUÁRIO, 2008, p. 32).

⁸ O valor atualizado do IRM em Pelotas é de novembro de 2017, no valor de R\$107,45 – disponível no site: <<http://server.pelotas.com.br/servicos/servicos/URM/>>.

Em 2001, foi criada a Secretaria Municipal de Cultura (SECULT) através da Lei nº4.630, tendo suas atribuições atualizadas pela Lei nº6.389, de 28 de novembro de 2016, que instituiu o Sistema Municipal de Cultura de Pelotas (SMC).

Art. 9º São atribuições da SECULT no âmbito do SMC Pelotas para a gestão e coordenação:

- I – exercer a coordenação geral do SMC Pelotas;
- II – formular e implementar, com a participação da sociedade civil, o Plano Municipal de Cultura – PMC – Pelotas, executando as políticas e as ações culturais definidas;
- III – implementar o SMC Pelotas, integrado aos Sistemas Nacionais e Estadual de Cultura, articulando os atores públicos e privados no âmbito do Município, estruturando e integrando a rede de equipamentos culturais, descentralizando e democratizando a sua estrutura e atuação;
- IV – operacionalizar as atividades do CONCULT – Conselho Municipal de Cultura e Sistemas Municipais de Cultura;
- V – assegurar o funcionamento do Programa Municipal de Cultura – PROCULTURA, instituído pela Lei 5.662/09, e promover ações de fomento ao desenvolvimento da produção cultural no âmbito do Município;
- VI – garantir o funcionamento e o gerenciamento do Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural da cidade de Pelotas, criado pela Lei 4.792/2002;
- VII – realizar a Conferência Municipal de Cultura, colaborar na realização e participar das Conferências Estadual e Nacional de Cultura (PELOTAS, 2016).

Outra importante ferramenta aplicada pela municipalidade, para a preservação do patrimônio pelotense, está na Lei nº4.878, de 2002, atual Lei nº5.196, de 2005, que isenta do pagamento de IPTU os proprietários de imóveis tombados, inventariados ou incluídos em declaração como integrantes do patrimônio cultural, constantes na lista oficial, se devidamente conservados ou restaurados.

O atual Plano Diretor de Pelotas, promulgado pela Lei nº5.502, de 11 de setembro de 2008, traz também a definição das Áreas Especiais de Interesse Ambiental Cultural. Além disso, inclui alguns instrumentos de planejamento necessários para assegurar a sua efetiva implementação, como os programas de preservação e de conservação do patrimônio cultural.

Assim como em Laguna, foram criados níveis de proteção para as edificações inventariadas, descritos no Art. 69 deste Plano:

- I - Nível 1: Inclui os imóveis componentes do Patrimônio Cultural que ensejam a preservação das características arquitetônicas, artísticas e decorativas internas e externas. Os bens enquadrados neste nível não poderão, em hipótese alguma, serem destruídos, descaracterizados ou inutilizados, podendo vir a ser tombados. Sua preservação é de extrema importância para o resgate da memória da cidade.
- II - Nível 2: Inclui os imóveis componentes do Patrimônio Cultural que ensejam a preservação de suas características arquitetônicas, artísticas e decorativas externas, ou seja, a preservação integral de sua(s) fachada(s)

pública(s) e volumetria, as quais possibilitam a leitura tipológica do prédio. Poderão sofrer intervenções internas, desde que mantidas e respeitadas suas características externas. Sua preservação é de extrema importância para o resgate da memória da cidade.

III - Nível 3: Inclui os imóveis componentes do Patrimônio Cultural que ensejam sua preservação devido às características de acompanhamento e complementaridade de imóveis classificados como de nível 1 (um) ou 2 (dois). Poderão sofrer intervenções internas e externas para qualificar e melhorar sua composição arquitetônica e urbana, acrescentando ou não novos elementos, desde que não descaracterizando sua volumetria e ambiência, já configuradas e de extrema importância para o contexto urbano da cidade.

IV - Nível 4: Inclui os imóveis componentes do Patrimônio Cultural cujas características arquitetônicas, artísticas e decorativas não apresentam caráter de excepcionalidade, acompanhamento e complementaridade arquitetônica ou, tendo este caráter, encontram-se em tal grau de descaracterização que podem vir a ser substituídas sem acarretar maiores perdas ao patrimônio histórico e cultural da cidade. Assim, os bens enquadrados neste nível poderão sofrer alterações internas e externas, acrescentando ou não novos elementos e demolições parciais ou totais (PELOTAS, 2008, p. 21).

Quanto à esfera Estadual, principalmente no início dos anos 2000, houve a promulgação de Leis voltadas para a preservação do patrimônio de Pelotas – a Lei nº11.377, de 1999, declarou integrante do patrimônio cultural do Estado a casa que pertenceu ao escritor João Simões Lopes Neto; assim como a Lei nº11.499, do ano 2000, que salientou as áreas históricas da cidade; a Lei nº11.895, de 2003, voltada ao Arroio Pelotas e às suas áreas ribeirinhas; a Lei nº11.919, de 2003, que focou os doces artesanais pelotenses; e, finalmente, a Lei nº12.673, de 2006, que declarou a União Gaúcha João Simões Lopes Neto, integrante do patrimônio cultural do Estado.

Atualmente em Pelotas, são oito edificações tombadas pelo IPHAE⁹:

- Casa da Banha – quartel-general das tropas imperiais durante a Guerra dos Farrapos, em 1836 (1999);
- Catedral São Francisco de Paula (2011);
- Casa João Simões Lopes Neto (2012);
- Castelo Simões Lopes (2012);
- Antiga Residência do Senador Augusto Assumpção (2013);
- Antiga Escola de Agronomia Eliseu Maciel (2013);
- Clube Cultural Fica Ahi Pra Ir Dizendo (2013);
- Palacete Payssandu – antiga casa do escritor João Simões Lopes Neto (2013).

⁹ O site do IPHAE dispõe de informações sobre o histórico e o processo de tombamento de cada bem, disponíveis em www.iphae.rs.gov.br.

Em relação ao cenário nacional, Pelotas foi contemplada com investimentos do Programa Monumenta, em 2002. Com o programa, edificações como: o Grande Hotel, o sobrado do Barão de Butuí, a Prefeitura Municipal, a Fonte das Nereidas e o Mercado Público receberam algum tipo de melhoria. Mas, assim como em Laguna – com o PAC-CH – muitos outros projetos ficaram no papel, como o Teatro Sete de Abril.

Foram proporcionados também projetos que diversificaram os resultados do programa, como Cursos de Qualificação Profissional para os Ofícios do Restauro e da Conservação, Interações urbanas; Livros didáticos para educação patrimonial e o Inventário de Referências Culturais Produção de Doces Tradicionais de Pelotas. Além da elaboração do “Manual do Usuário de Imóveis Inventariados”, que traz a conservação preventiva como uma das principais formas de preservar uma edificação histórica (MANUAL DO USUÁRIO, 2008).

A primeira parte do Manual – Conceitos e Definições – traz significações importantes para o entendimento do tema, por parte dos proprietários e agentes públicos, como: o que é Patrimônio Cultural; as características históricas, urbanas e arquitetônicas de Pelotas; as principais determinações da Lei Municipal nº4568, do ano 2000; a legislação pertinente e os incentivos fiscais municipais; dados sobre o Monumenta; diferença entre tombamento e inventário; o que é e o que não é permitido ao intervir num prédio histórico; as especificações para o uso de elementos instalados nas fachadas.

Segundo o Manual do Usuário (2008, p. 37), “para fazer intervenções em um prédio histórico deve-se procurar a orientação da equipe técnica da SECULT, seja para reformar, ampliar ou intervir na fachada”.

O que é permitido fazer em um prédio inventariado?

- Alterações internas, inclusive demolições de paredes;
- Troca de madeiramento do telhado, desde que mantida a cobertura de telhas cerâmicas;
- Construção no fundo do lote, desde que não visível do passeio público;
- Utilizar material publicitário na fachada, sem encobrir seus elementos compositivos;
- Alterações na fachada, desde que previamente aprovadas;
- Transações imobiliárias e/ou comerciais.

O que não é permitido fazer em um prédio inventariado?

- Alterações na fachada que descaracterizem o imóvel;

- Alterações na volumetria do imóvel, ou seja, intervenções que alterem a inclinação e forma de distribuição do telhado (MANUAL DO USUÁRIO, 2008, p. 37).

Na segunda parte do Manual do Usuário – Procedimentos práticos – são fornecidas orientações para a conservação preventiva e a manutenção do imóvel. A ideia é que os proprietários saibam identificar e diferenciar os problemas mais simples, solucionando-os, daqueles que necessitam de ajuda técnica especializada (MANUAL DO USUÁRIO, 2008).

Além disso, o texto indica que a preservação das fachadas compreende também a recuperação dos vãos no seu desenho original. “Para cada caso, deve-se encontrar a solução mais adequada, considerando: a possibilidade de recuperação de acordo com a atividade desenvolvida e a localização do imóvel” (MANUAL DO USUÁRIO, 2008, p. 74).

3.3 Análise das ações de preservação

A partir do levantamento realizado, foi possível gerar uma linha do tempo comparativa entre as políticas de conservação de Laguna e Pelotas (Figura 22). A imagem mostra que as três esferas, no período analisado, interferiram na proteção do patrimônio edificado das duas cidades. No entanto a efetividade foi diferente em cada cidade, resultado em medidas preservacionistas diferenciadas.

Em Laguna, mesmo que as atividades municipais se destaquem na linha do tempo, principalmente por conta dos tombamentos isolados, os resultados mais efetivos foram com a aplicação da Poligonal de Tombamento Federal. Percebe-se através do conjunto normativo municipal que está diretamente relacionado à Poligonal e às categorias de avaliação criadas a partir de sua instituição, resultando numa centralização por parte do ET-IPHAN.

Já em Pelotas, as ações federais foram em edifícios isolados – todos de linguagem eclética. Assim, o que se destaca é o papel da municipalidade, através da SECULT, com os inventários e os resultados obtidos quanto à preservação do conjunto histórico.

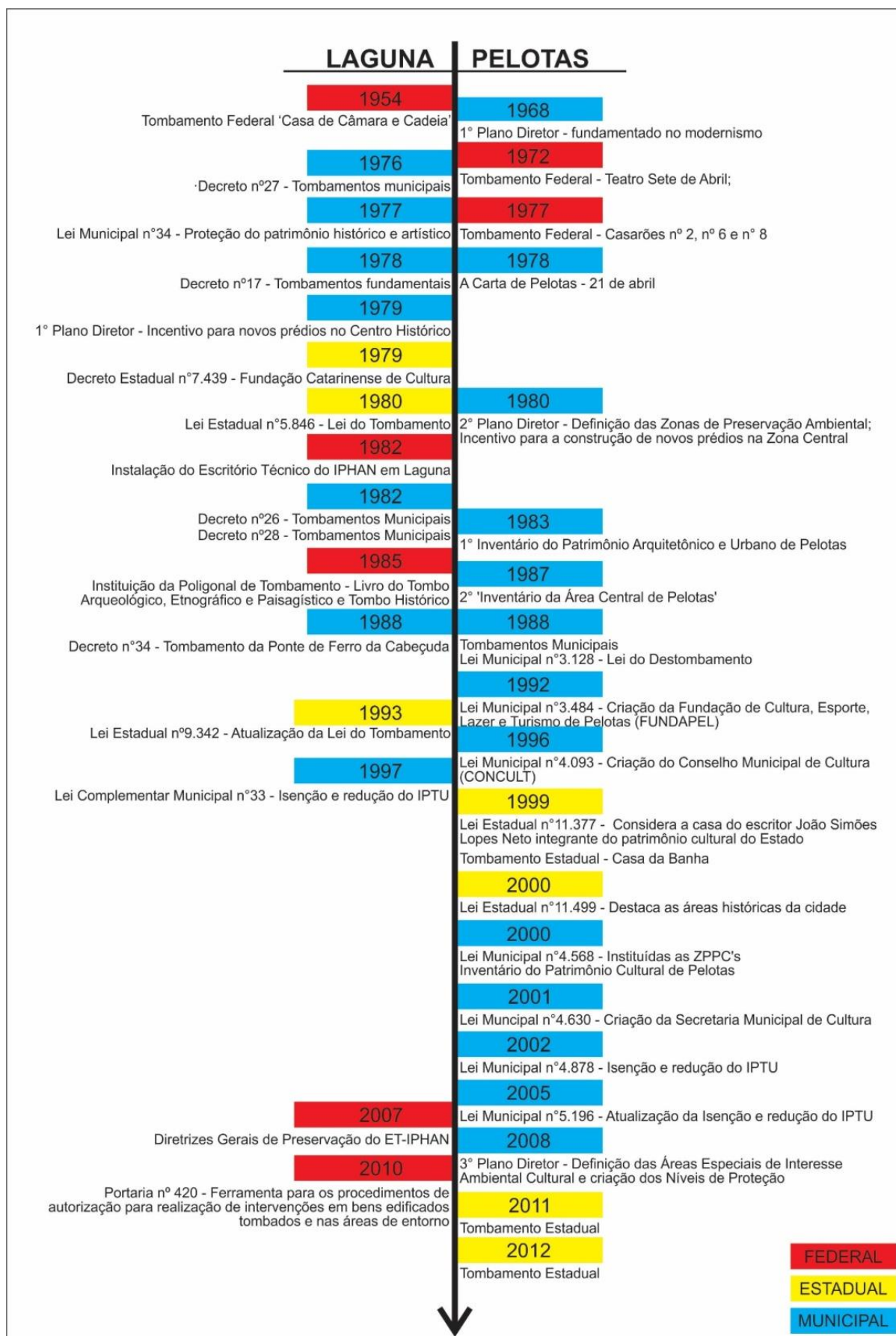


Figura 22 – Linha do tempo comparativa das políticas de conservação de Laguna e Pelotas.
Fonte: Elaborada pela autora, 2019.

4 As linguagens arquitetônicas

4.1 A integridade da linguagem arquitetônica

No que se refere aos elementos necessários para que a edificação possa exprimir o seu valor excepcional, serão analisadas aqui as composições e peculiaridades características de cada linguagem arquitetônica – luso-brasileira, eclética e *art déco* – relacionadas à fachada (cheios e vazios, vãos e aberturas, simetria), planta baixa e implantação da edificação no lote.

O referencial teórico foi formulado segundo diferentes autores da área, com referências comuns àquelas expostas no “Manual do Usuário de Imóveis Inventariados” (2008) e no “Dicionário Ilustrado de Arquitetura”, de Albernaz e Lima (1998).

Linguagem luso-brasileira

Durante o período em que o Brasil foi colônia de Portugal (1500 – 1822) a arquitetura residencial urbana – a casa térrea e o sobrado – repetiu as antigas tradições portuguesas. As cidades tinham ruas de aspecto uniforme, definidas pelo alinhamento predial. As técnicas construtivas eram primitivas – nos casos mais simples as paredes eram de pau-a-pique, adobe ou taipa de pilão; e nas residências mais importantes empregava-se a pedra em tamanho irregular e o barro (REIS FILHO, 1987). Esses métodos são vistos em Laguna, e em Pelotas aparece também a alvenaria de tijolos cozidos.

Além disso, essa linguagem arquitetônica ficou marcada pela horizontalidade dos prédios, utilização de coberturas com telhas cerâmicas “em capa e bica”, telhados abaulados e amplos beirais (ALBERNAZ e LIMA, 1998). A singeleza das fachadas com paredes lisas e largas, “socos”, “cunhais”; portas cegas; aberturas emolduradas por marcos de pedra ou de madeira; janelas com vergas em arcos abatidos, com postigo ou de guilhotina e caixilharia, de parapeito ou de púlpito (rasgadas) (SCHLEE, 1993).

A composição das casas era de ‘meia morada’ ou ‘morada inteira’, sempre respeitando a simetria entre as aberturas. As janelas eram do tipo guilhotina, de gelosias ou de rótulas – às vezes vedadas por treliças de madeira, que

posteriormente foram substituídas pelas venezianas. Já as portas eram de abrir, com duas folhas de madeira, podendo apresentar almofadas na parte inferior e panos de vidro na superior, que poderiam abrir parcialmente. As molduras das janelas e portas eram as principais ornamentações do mural, juntamente com os beirais sustentados por cachorros, ou finalizados em “beira sob beira”, ou ainda arrematados por cornijas (MANUAL DO USUÁRIO, 2008).

As casas térreas eram construídas nos limites laterais dos terrenos, na expectativa de que as construções vizinhas contribuiriam para a relativa estabilidade dos edifícios. Na maioria das vezes, as coberturas conformavam duas águas, com beiral frontal e posterior, sendo que a cumeeira era alinhada paralelamente à rua. Alguns sobrados, localizados nas esquinas dos quarteirões ou erguidos com afastamentos em relação às demarcações dos lotes, apresentaram telhados em três ou quatro águas, que finalizavam nos beirais que protegiam as paredes das águas das chuvas (REIS FILHO, 1987).

Em seu artigo ‘Documentação Necessária’ para a Revista do SPHAN em 1937, Lucio Costa ressalta que a relação de cheios e vazios foi se transformando ao longo do tempo, por conta das vantagens da vida mais policiada das cidades. Ao fim do século XVI e durante todo século XVII, predominaram os cheios sobre os vazios. Já no século XVIII houve um equilíbrio, enquanto que no XIX os vazios preponderaram através do aumento do número de vãos e de aberturas.

LINGUAGEM LUSO-BRASILEIRA



Figura 23 – ‘Casa da Esquina do ABC’,
Laguna/SC
Fonte: Acervo da autora, 2019.



Figura 24 – ‘Casa Candemil’ – atual Acervo
Público de Laguna/SC
Fonte: IPHAN, 2018.



Figura 25 – ‘Casarão dos Mendonça’ – atual
Sicredi em Pelotas/RS.
Fonte: Acervo da autora, 2019.



Figura 26 – Antigo ‘Jockey Club de Pelotas’ –
atual Cartório Lorenzi e ‘Spazio Auguri’.
Fonte: Acervo da autora, 2018.

Linguagem eclética

O significado de ecletismo refere “à seleção do que parece melhor em diferentes fontes e a conciliação e justaposição dos elementos escolhidos”, que através da postura consciente e libertária de construtores e arquitetos, definiu o estilo arquitetônico praticado na Europa no final do século XIX e princípios do XX. (SANTOS, 2007, p. 16).

O estilo chegou ao Brasil através do intercâmbio de influências europeias, com a penetração de produtos industrializados originados dos países do Velho Mundo em escala crescente, e à introdução de novos métodos e processos

construtivos, na segunda metade do século XIX às primeiras décadas do século XX (ALBERNAZ e LIMA, 1998).

Dessa maneira, a uniformidade esquemática do casario colonial desapareceu, com a libertação da arquitetura em relação aos limites dos terrenos, primeiramente com o recuo lateral e o aparecimento dos jardins. Muitas portas principais das residências foram deslocadas para as fachadas laterais, modificando a implantação das construções nos lotes. Os edifícios passaram a apresentar altos porões, protegendo a intimidade dos ambientes interiores e aproveitados, simultaneamente, para a aeração dos assoalhos por meio de óculos e para o alojamento de empregados e locais de serviço (REIS FILHO, 1987).

Quanto à sua composição, Santos (2014) ressalta:

- Tendência à horizontalidade;
- Composições simétricas;
- Fachadas ricamente ornamentadas com elementos de estuque, encimadas por platibandas e coroadas com pinhas, compoteiras e esculturas;
- Três partes verticalmente: o porão alto, a fachada propriamente dita e o coroamento feito pelas platibandas;
 - Porão alto: para a ventilação dos assoalhos através dos diferentes óculos, que implicou na imponência dos prédios;
 - Platibandas: com a função de esconder as calhas de escoamento das águas pluviais e eliminar os antigos beirais dos telhados, e que ao mesmo tempo arrematavam/coroavam as fachadas dos edifícios;
- A verticalidade da edificação era marcada por pilastras que ritmavam a composição, intercaladas pelas molduras e as vergas em arco pleno das aberturas;
- Três módulos horizontalmente: o central, saliente ou reentrante em relação aos laterais; salientado pelas pilastras que determinam a divisão tripartida e pelos frontões que arrematam a seção central.
- Enriquecimento do volume principal com pórticos e escadarias de mármore e corrimãos trabalhados em ferro fundido;

Quando edificadas nas esquinas, os prédios apresentam dois segmentos de fachada. Nesse caso, na maioria das vezes, um deles era escolhido como principal – geralmente aquele voltado para a via mais movimentada – e recebia maior número de ornamentos. Outros projetos levavam em conta as duas fachadas, organizadas de maneira a compor uma visão em

perspectiva do prédio, cujo eixo de simetria coincidia com a esquina (SANTOS, 2004, p. 26-27).

LINGUAGEM ECLÉTICA



Figura 27 – Sede do Escritório Técnico do IPHAN em Laguna/SC.
Fonte: Acervo da autora, 2018.



Figura 28 – Biblioteca do SESC de Laguna/SC.
Fonte: Acervo da autora, 2018.



Figura 29 – 'Casas geminadas', Pelotas/RS.
Fonte: Acervo da autora, 2018.



Figura 30 – Antigo 'Grande Hotel de Pelotas'.
Fonte: Acervo da autora, 2018.

Linguagem art déco

Surgiu oficialmente na Europa em 1925, com a Exposição de Artes Decorativas realizada em Paris. A estética foi incorporada pela arquitetura e buscou compatibilizar técnicas e formalismos do passado com a industrialização crescente do momento, nos volumes escalonados ou piramidais das fachadas dos prédios, no emprego de novos materiais como o concreto. Expressou-se através de volumes geométricos rígidos que conjugavam superfícies planas e curvas, em cornijas e frisos longitudinais retilíneos que destacavam as platibandas e as aberturas (ALBERNAZ e LIMA, 1998).

Para Silveira Junior (2012, p. 65) “os valores fundamentais dessa arquitetura seriam: simplicidade, nobreza, pureza, serenidade, proporção, bom gosto e, sobretudo, força de expressão”. Além disso, o autor elenca como características da linguagem:

- Sobreposição, justaposição e enquadramento de volumes geométricos;
- Simplificação de formas à base da geometria;
- Predomínio da horizontalidade, aliados a formas curvas que produzem sensação de movimento;
- Permanência do gabarito de altura das edificações do período precedente ou eclético (com exceção dos edifícios em altura);
- Planos de paredes salientes;
- Simetrias;
- Predomínio dos cheios sobre os vazios;
- Presença de balcões nos edifícios de mais de um pavimento;
- Platibanda sempre trabalhada, desde um simples escalonamento até a aplicação de frisos ou de figuras geometrizadas.

As decorações das fachadas – que também apresentavam a base, o corpo e o coroamento – eram realizadas *in loco*, e não mais com apliques moldados fora da obra, como os do ecletismo. “Era feita uma texturização com a alteração da espessura do reboco, modificação na posição dos tijolos ou inserção de pequenas lajes de concreto” (Silveira Junior, 2012, p. 94).

LINGUAGEM ART DÉCO



Figura 31 – ‘Cine Teatro Mussi’, Laguna/SC.
Fonte: Acervo da autora, 2018.



Figura 32 – Edificação de uso comercial,
Laguna/SC.
Fonte: Acervo da autora, 2019.



Figura 33 – Sede dos Correios e Telégrafos,
Pelotas/RS.
Fonte: Acervo da autora, 2018.



Figura 34 – Edifício multifamiliar, Pelotas/RS.
Fonte: Acervo da autora, 2018.

5 A análise das edificações

Após o levantamento histórico e normativo de proteção, a averiguação da participação dos órgãos de proteção e as particularidades de cada linguagem arquitetônica, a próxima etapa foi a escolha das edificações. Apesar de não haver uma metodologia específica para a seleção, optou-se por edificações tanto públicas como privadas, sendo duas a partir de cada tipologia (luso-brasileira, eclética e *art déco*), pertencentes aos recortes apresentados em cada cidade, totalizando doze análises.

Após a escolha das edificações, a pesquisa passou para o recolhimento das informações, concomitantemente, com o objetivo de criar um inventário dos edifícios selecionados em cada uma das cidades estudadas. A informações – que fundamentaram o texto elaborado – foram garimpadas em diferentes registros:

- Nos órgãos de proteção – ET-IPHAN de Laguna e SECULT de Pelotas;
- Em trabalhos acadêmicos, reportagens, sites especializados¹⁰;
- Na visitação *in loco*, para averiguar as situações atuais de cada edificação (levantamento fotográfico);
- No preenchimento das fichas elaboradas para a inventariação¹¹.

Com as informações disponíveis no inventário realizado e disponibilizado no Apêndice da Dissertação, o próximo passo foi analisar cada prédio individualmente, para finalmente, compará-los com o sistema normativo pertinente. No material de Laguna foi verificado se as intervenções estão de acordo com a classificação da Portaria do IPHAN nº420, a partir de 2010. E, principalmente, o Decreto-Lei nº25, que trata do Tombamento Federal, caso incidente na cidade. Os casos de Pelotas, principalmente, em comparação com o a Lei Municipal nº 2.708 de 1982 (Tombamento Municipal), e a Lei Municipal nº4.568 de 2000 (Inventário municipal) – todas incidentes em nível municipal e que destacam a participação da SECULT em sua implementação.

¹⁰ Vale ressaltar que essas referências serviram para complementar os dados, como dados históricos e como eram os projetos originais. O objetivo da pesquisa no ET-IPHAN e SECULT era justamente avaliar o material disponível de cada edificação, inclusive a pouca documentação disponibilizada em alguns casos.

¹¹ As fichas do Inventário apresentadas no Apêndice foram baseadas no modelo do IPHAE/RS.

5.1 Edificações de Laguna

Luso-brasileira 1: 'Casa da Esquina do ABC'

A primeira edificação luso-brasileira analisada está implantada na esquina da Rua Raulino Horn com a Rua Rio Branco, próxima à Praça República Juliana. A edificação ficou conhecida como 'Casa da Esquina do ABC', por se tratar das iniciais dos moradores das quatro esquinas em que estava inserida (Acácio, Américo, Bem-bem e Candemil).

Segundo dados do IPHAN sua construção foi em meados do século XIX, de tipologia térrea (com sótão e um pátio aos fundos), foi construída em alvenaria de pedra, com vedações em pau-a-pique (taipa de mão), assoalho de tábuas largas, forro de madeira tipo saia e camisa, telhas de capa e canal. O uso inicial foi o comércio do português Acácio Soares Moreira. Em janeiro de 1867 foi instalada ali a 1ª Estação Telegráfica de Laguna, a única da comarca naquele momento.

As aberturas de verga reta e bandeira fixa de vidro e madeira configuravam portas até o final do século XIX, provavelmente de uma folha de madeira de abrir. No registro fotográfico de 1917, são vistas modificações na elevação voltada à Rua Raulino Horn, com um acesso principal central, duas janelas guilhotinas ao lado esquerdo, e duas portas-janelas ao lado direito (Figura 35). Na fachada junto à Rua Barão do Rio Branco, a partir da esquina, ficaram uma porta, duas portas-janelas e duas janelas guilhotina, e depois a porta de acesso ao pátio.



Figura 35 – Vista da Rua Raulino Horn em 1917. A 'Casa da Esquina ABC' é indicada pela seta.
Fonte: IPHAN, 2018. Editada pela autora, 2019.

Nos registros do IPHAN constam dois comércios em 1981: uma lavanderia e alfaiataria. Para isso, foram realizadas modificações nas aberturas novamente. Cada fachada ficou com apenas uma porta e os vãos restantes em janelas (Figura 36). Na fachada lateral voltada para o terreno baldio, pela Raulino Horn, foram feitas três janelas.

Em 1981 foi elaborado um projeto de restauração pela FCC, envolvendo o SPHAN, a Fundação Nacional Pró-Memória e a Prefeitura Municipal (executora). No memorial descritivo são relatadas as especificidades da edificação e a situação em que foi encontrada: fissuras e desprendimento do reboco em algumas paredes de pau-a-pique; problemas de instalações hidráulicas, umidade e insalubridade nas áreas molhadas; e a necessidade de recuperação ou substituição de algumas esquadrias, forro, reboco e estrutura do telhado.



Figura 36 – A 'Casa da esquina do ABC' em 1981.
Fonte: IPHAN, 1981.

Em 1985, o proprietário Francisco Carlos Cabral Nunes foi notificado pelo SPHAN como resposta à possível intenção do dono em deixar a edificação chegar ao arruinamento, para liberar o terreno e construir uma edificação de quatro pavimentos. No documento, o órgão esclareceu que se caso o proprietário não dispusesse de condições para obras de conservação e reparação, seria necessário comunicar o SPHAN, com o risco de multa no valor do dobro do dano. E que mesmo tendo o terreno liberado, só poderia construir no mesmo gabarito da edificação pré-existente. Não há registro de retorno por parte do proprietário.

Em comunicado interno sobre as obras de restauração, o técnico da 10ª Diretoria Regional do IPHAN em Santa Catarina, Dalmo Vieira Filho relata que a edificação estava em estado de semi-arruinamento, quando comprada pela Fundação Catarinense do Trabalho (FUCAT). O objetivo era abrigar um centro de treinamento de artesanato local.

No mesmo documento, de julho de 1986, o técnico relatou as etapas realizadas na obra e justificou o pedido de mais recursos financeiros da Fundação Nacional Pró-Memória, para a finalização das obras. Em julho de 1986, todo o telhado estava restaurado, tendo 100% das peças em madeiras trocadas, além do acintamento em concreto armado e a substituição de parte das paredes em tijolos, que originalmente eram de taipa. Naquele momento estavam sendo finalizadas as recuperações dos pisos, forros, esquadrias e rebocos.

Não há registro, mas pelo menos nos últimos dez anos a edificação abrigou o Posto de Atendimento ao Trabalhador do SINE-SC. Conforme a fotografia de 2012 (Figura 37), a construção teve problemas devido à falta de manutenção, sendo perceptível a vegetação saindo do telhado e a umidade nas paredes. Em comparação com a foto atual houve pouca melhora (Figura 38).



Figura 37 – A ‘Casa da esquina do ABC’ em 2012.

Fonte: Acervo da autora, 2012.



Figura 38 – A ‘Casa da esquina do ABC’ em 2019.

Fonte: Acervo da autora, 2019.

Internamente, apresenta a planta quase que original, tirando os banheiros que foram modificados quando no prédio funcionou uma lavanderia. É visível o problema de umidade, o desnível do assoalho de madeira e a falta de segurança na escada de acesso ao sótão. As aberturas e o forro estão em bom estado, aparentemente (Figura 39).

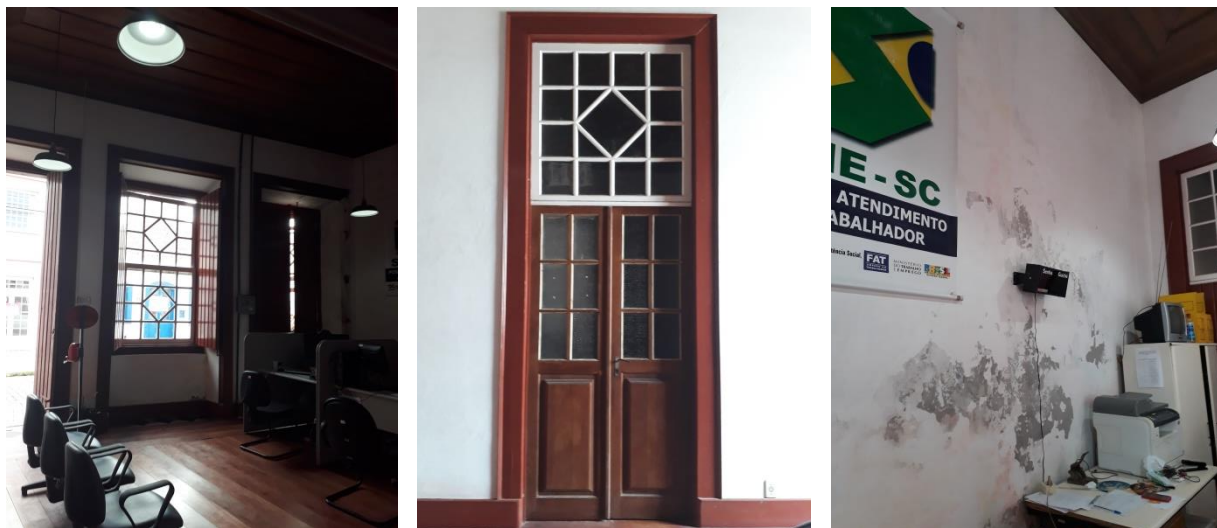


Figura 39 – Vistas internas da ‘Casa da esquina do ABC’.
Fonte: Acervo da autora, 2019.

A proteção incidente é o Tombamento Federal de 1985, baseado no Decreto Lei nº25, de 1937. No artigo 17 diz que os bens tombados não poderão ser destruídos, demolidos ou mutilados. Ações como reparações, pinturas e restaurações, precisam de prévia autorização do IPHAN.

Na documentação encontrada no IPHAN não há o nível de proteção da edificação. Segundo Vladimir Fernando Stello, não existe uma tabela com o nivelamento das edificações. A classificação depende de cada caso, decorrendo da disponibilidade de exemplares da mesma linguagem arquitetônica e do estado atual da edificação, entre outros critérios.

Apesar disso, a edificação apresenta conservadas suas características arquitetônicas luso-brasileiras – internas e externas – mas que denota a falta de manutenção mesmo tendo uso constante nas últimas décadas. Esse tipo de postura dos proprietários ou locatários acaba por ampliar as obras de reparação. Pois há o aumento da degradação no decorrer do tempo.

Não foram encontradas notificações do IPHAN sobre a situação da edificação. Mas, percebe-se que o tombamento foi fundamental para preservação da edificação e da conservação das características linguísticas.

Luso-brasileira 2: ‘Casa Candemil’

Está implantada na esquina da Rua Fernando Machado com a Travessa Manoel Pinho, a segunda casa luso-brasileira analisada. Os primeiros proprietários e

residentes da casa térrea de telhado de três águas, foram o casal Manoel José Dias de Pinho e Caetana Pinho.

Construída em meados do século XIX, em alvenaria de pedras com argamassa de barro e cal (paredes externas). Na composição inicial, a fachada voltada para a Rua Fernando Machado tinha duas janelas de arco abatido e marcos de madeira, dois cunhais encimados por cimalha. Já a outra tinha nove aberturas, sendo quatro portas com o mesmo tipo de verga (GUEDES, 2017). Como várias outras edificações da cidade, o beiral do telhado foi alterado para a colocação da platibanda vazada (Figura 40).

Na planta retangular todos os ambientes tinham iluminação direta, pelas aberturas voltadas para a rua ou para o pequeno pátio lateral junto à face leste. Não tinha a comum alcova da época (GUEDES, 2017).



Figura 40 – A 'Casa Candemil' antes da década de 1970.
Fonte: IPHAN. ACERVO DIGITAL, 1970.

Foi adquirida pela família Candemil na década de 1940. A sala da frente da residência era o Escritório da Empresa Lagunense de Navegação, que operava no ramo de cereais, farinha, madeira, camarão seco, entre outros produtos. Ali também funcionou o escritório da empresa Boff & Candemil (GUEDES, 2017). Em 1976, foi tombada pelo Decreto Municipal nº17.

A partir de 1985 ficou fechada e já apresentava sinais de degradação pela falta de manutenção. Em junho de 1986, o proprietário Mauro Vargas Candemil recebeu uma notificação do SPHAN, sobre a iminência de desabamento e as

penalidades – quando não comprovadas a incapacidade financeira para os reparos. O proprietário retornou em julho, afirmando não ter condições para as obras. E em outubro, houve nova notificação ao proprietário, sobre o mesmo problema (Figura 41).

No mesmo mês o ET-IPHAN fez um pedido de recursos à Diretoria Regional, para as intervenções necessárias reivindicados pelos moradores próximos e de pessoas da comunidade envolvidas com a proteção do patrimônio. Foi solicitado o escoramento total da casa, fechamentos dos vãos, retirada do telhado e estrutura ruídos, além dos entulhos (Figura 42).



Figura 41 – A 'Casa Candemil' em 1988. Situação do telhado e das fachadas.
Fonte: IPHAN. AVERVO DIGITAL, 1988.



Figura 42 – A 'Casa Candemil' em 1990. Situação do telhado e das fachadas.
Fonte: IPHAN. ACERVO DIGITAL, 1990.

Documentos mostram que o proprietário tentou impugnar o tombamento da casa. Mas, seu pedido foi indeferido. A edificação foi doada ao IPHAN em 1997 e restaurada no mesmo ano. Não existem maiores informações sobre essa intervenção. Depois, no ano 2000, o prédio foi cedido à Prefeitura Municipal para abrigar o Acervo Público da cidade. Através da Lei Municipal nº 1.047, de 30 de agosto de 2004 tornou-se oficialmente o Arquivo Público Municipal.

Em 2008, em parecer interno do IPHAN, a técnica relata os problemas de infiltração causados pela perda de algumas telhas tipo capa e canal, e da umidade que causou o apodrecimento de alguns barrotes do assoalho, fazendo com que o assoalho cedesse em alguns pontos. Essas condições tornaram-se inadequadas para a conservação do acervo.

A técnica também lista uma série de ações necessárias para a preservação da edificação e do acervo. Solicita a notificação da Prefeitura pela falta de manutenção da edificação; a restauração do assoalho e algumas benfeitorias no telhado.

Em 2013, Valmir Guedes alerta em seu blog a deterioração do acervo por conta das condições da edificação (umidade, goteiras, iluminação inadequada) e de armazenamento (Figura 44 e 45). E a partir de 2017, por orientação do ET-IPHAN a edificação foi fechada para a primeira etapa de recuperação do acervo.



Figura 43 – A 'Casa Candemil' em 2012.
Fonte: Acervo da autora, 2012.



Figura 44 – Vista interna da 'Casa Candemil'.
Fonte: GUEDES, 2013.



Figura 45 – Condições do acervo.
Fonte: GUEDES, 2013.

Os documentos do ET-IPHAN relatam que a obra incluída no PAC-CH tinha o orçamento de R\$389.748,82 em julho de 2011 e em outubro de 2015 passou para R\$407.793,68. No site do programa, o valor atualizado do investimento em junho de

2018 era de R\$1.000.000,00¹². O projeto prevê a adequação para acessibilidade universal, instalação de equipamentos de climatização e higienização e mobiliário apropriado para o acervo e usuário.

Na documentação encontrada, o projeto de restauração da 'Casa Candemil' iniciou em 2009 com os levantamentos iniciais e ficou pronto em 2011. Em 2014 foram atualizados os mapeamentos dos danos. Mas, apenas em 2018 as obras iniciaram. As arquitetas responsáveis foram Tatiana Filomeno e Virginia Gomes de Luca, do Escritório Atelier de Arquitetura, com sede em Florianópolis. E a Magapave Construtora e Incorporadora Ltda., empresa responsável pela obra.

Além do Tombamento Federal, a edificação também é protegida pelo Tombamento Municipal das fachadas através do Decreto nº17, de 04 de outubro de 1978. Mesmo com essa base normativa protetora, não foram mantidas as características internas. Foram constantes as reivindicações de intervenções no bem pela comunidade. Reclama-se ainda na cidade, que o descaso com o imóvel foi resultante das posturas administrativas, que utilizaram o Acervo Público para alocar cargos comissionados.

Eclética 1: Escritório Técnico do IPHAN

A construção da Praça Vidal Ramos, de 1917, foi a primeira sede do Clube Blondin, até 1943. Na década de 1980, as proprietárias eram Odília Brasiliense Westphal e Custódia Brasiliense. Em 1988, o edifício foi adquirido pelo IBPC (Fundação Nacional Pró-Memória), para instalação do Escritório Técnico do IPHAN, concretizada em 1990 (Figura 46). O prédio necessitava de obras emergenciais na cobertura. Os reparos foram realizados pela empresa Chão e Teto Construtora e Empreendimentos Imobiliários Ltda, segundo dados do ET-IPHAN.

Ainda nesses documentos conta que em 1991 foi realizada uma vistoria que identificou: a necessidade da substituição dos revestimentos (chapisco, emboço e reboco) da edificação; o reparo das infiltrações nas esquadrias; a correção das deformações ou "embarrigamentos" no piso tabuado; a eliminação das fissuras no piso cimentado do térreo; trabalhos no esgotamento sanitário.

¹² Dado disponível no site do Programa:< <http://www.pac.gov.br/obra/65311>>.

As obras foram iniciadas em 1995. Mas, logo no início foram identificados outros danos não orçados. Foi necessário contratar serviço de drenagem, estabilizar a platibanda da fachada posterior e melhorar a distribuição do peso da caixa d'água, que se apoiava na estrutura do telhado.



Figura 46 – Edificação do ET-IPHAN na década de 1990.
Fonte: IPHAN, 2003.

Quando em maio de 1996 a conservadora e restauradora do IPHAN Ângela Paiva realizou um novo relatório sobre as condições da edificação, relatou vários problemas ainda presentes após o fim das obras – alguns trabalhos nas instalações elétricas e telefônicas, na escada, balaústres, pilares e esquadrias não seguiram o solicitado ou não foram realizados. A restauradora reclamou de problemas pontuais, como a umidade ascendente. Após esse documento não há informações sobre o que foi feito com relação ao relato da técnica.

Já em 2005, segundo dados do ET-IPHAN, foram realizadas mais obras para a colocação do deck lateral no acesso principal e mais obras na cobertura, rebocos, instalações elétricas e hidráulicas, esquadrias, forros, assoalhos e pintura (Figura 47).

Consta também que em 2012 foi realizado o projeto de reforma do prédio pela empresa Central Engenharia Ltda. ME., Marcelo Nunes Mariano foi o profissional responsável pela intervenção. Eram necessárias melhorias nas instalações elétricas; a implantação de rede lógica, sonorização e televisão; proposta estrutural para escada em concreto armado; preventivo de incêndio; sistema de proteção contra descargas atmosféricas.

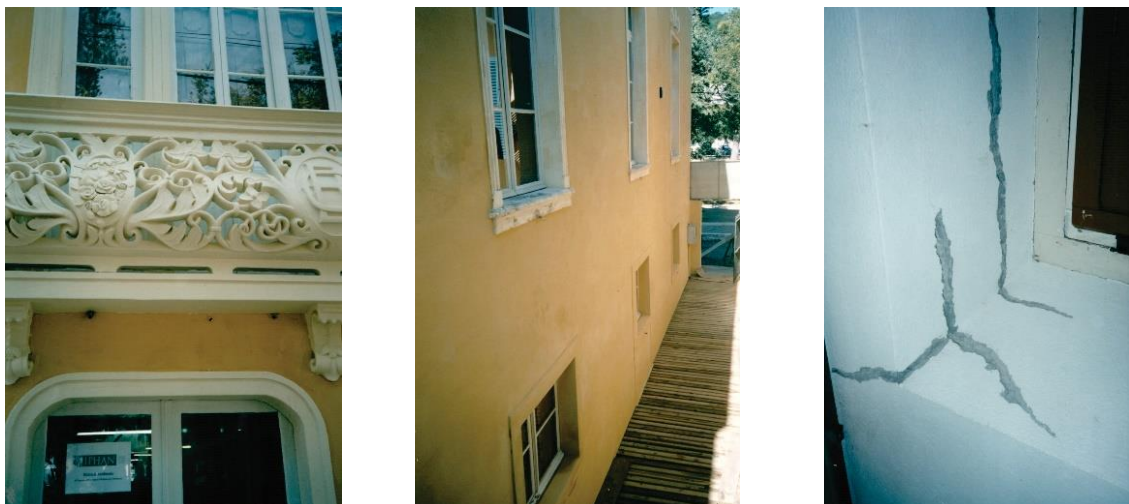


Figura 47 – Edificação do ET-IPHAN em obras em 2005.
Fonte: IPHAN, 2005.

A proteção do Tombamento Federal é a única incidente na edificação, que apresenta suas peculiaridades ecléticas externas preservadas (Figura 27). Internamente, o salão principal, utilizado para palestras e eventos, mantém suas características principais preservadas, como o assoalho, o forro e as aberturas (Figura 48). Já onde ficava o porão habitável e no qual estão atualmente situados os escritórios dos técnicos do IPHAN, parte das qualidades originais se perderam com as novas instalações.



Figura 48 – Vistas do salão principal do ET-IPHAN em 2017.
Fonte: IPHAN, 2017.

Eclética 2: Espaço de Atividades do SESC

Este casarão eclético foi construído em 1890, no contexto da Praça Religiosa, na rua da Igreja Matriz Santo Antônio dos Anjos. A edificação principal, com um pavimento e porão habitável, é isolada no lote. O anexo fica nos fundos do terreno.

Em 1992 a Sra. Elisa Cabral da Fonseca deixou o edifício como herança para os filhos, que o venderam para o advogado Sidney Cravo, em 1994. Desde 2014 a construção pertence ao Serviço Social do Comércio (SESC) (RIBEIRO, 2015).

A fachada frontal e a planta baixa são marcadas pela simetria. Os ornamentos de ferro do guarda corpo, as estátuas, os vidros coloridos e as sacadas compõem a fachada, arrematada pela platibanda com frontão. As aberturas com vergas em arco pleno são encimadas por bandeiras fixas preenchidas com vidros coloridos (Figura 49). As telhas francesas eram provenientes de Marselha. Nos muros de alvenaria, os gradis e os portões fundidos em ferro são de origem inglesa (RIBEIRO, 2015).

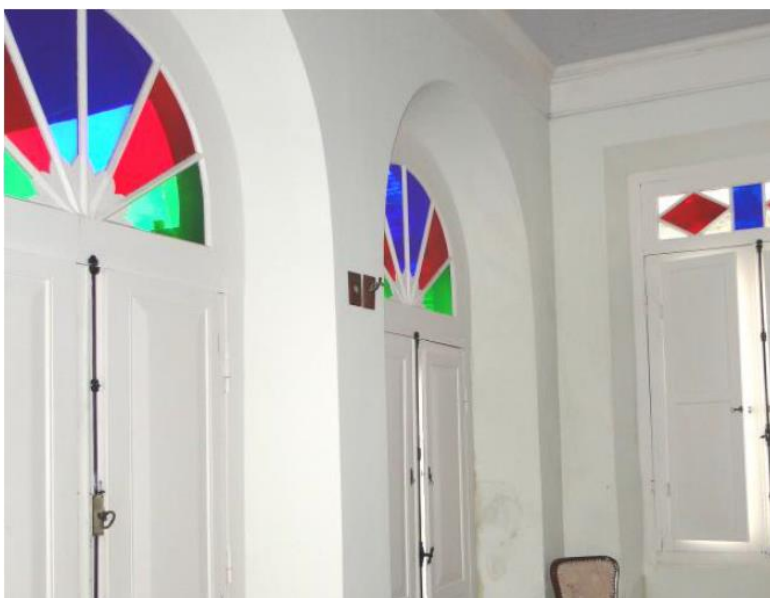


Figura 49 – Vista interna das aberturas em 2015.
Fonte: RIBEIRO, 2015.



Figura 50 – Assoalho em 2015.
Fonte: RIBEIRO, 2015.

Internamente os revestimentos são diversos: o assoalho de madeira mescla tábuas em tons claros e escuros em encaixe macho-fêmea, com rodapé (Figura 50); alguns pisos revestidos com ladrilhos hidráulicos são emoldurados com madeira; ladrilhos hidráulicos também revestem o chão das varandas e dos acessos; um piso cerâmico português cobre as áreas frias (Figura 51). Os forros são de madeira em encaixe macho-fêmea, na cor natural ou pintados de branco (Figura 52). Algumas aberturas ainda apresentam vidros trabalhados com ácido em frisos e elementos florais, importados da República Tcheca (Figura 53). Outras, apresentam vidros coloridos adquiridos no Chile e na Argentina. Os lustres e luminárias são provenientes da Inglaterra (RIBEIRO, 2015).

No início da década de 1990 o prédio – de propriedade do advogado Sidney Cravo – recebeu melhorias, como a recomposição de boa parte da alvenaria e a reposição de algumas telhas francesas. Foi edificado um anexo sobre as fundações de uma construção pré-existente no terreno. O novo ambiente foi feito para abrigar as dependências do caseiro, uma oficina e uma garagem (RIBEIRO, 2015).



Figura 51 – Ladrilho em 2015.
Fonte: RIBEIRO, 2015.



Figura 52 – Forro em 2015.
Fonte: RIBEIRO, 2015.



Figura 53 – Vidros trabalhados em ácido em 2015.
Fonte: RIBEIRO, 2015.

Segundo dados do ET-IPHAN, em 2014, após ser adquirido pelo Serviço Social do Comércio, foi desenvolvido projeto de reforma para a implantação de um Espaço de Atividades administrado pelo SESC, com biblioteca, sala de leitura, sala de pesquisa, café, entre outros espaços. O projeto de autoria do arquiteto Marcelo Farias e coautoria da arquiteta Luana Batalha apresentava a adaptação do mobiliário para os novos usos. Foi previsto um trabalho paisagístico para o entorno da construção. As obras tiveram início em 2015.

Na justificativa da aprovação do projeto, o técnico Fabiano Teixeira dos Santos afirma que a obra foi classificada na categoria de reforma ou reparação, conforme a Portaria nº420 de 2010, artigo 3º. A conclusão do parecer técnico¹³ registra:

As intervenções solicitadas irão promover uma melhoria substancial no imóvel em questão, uma vez que reforçam e valorizam elementos importantes na configuração do bem, além de oferecer um novo espaço cultural de alta significância para população Lagunense. O IPHAN não só valoriza como também incentiva a implantação de espaços com estas

¹³ Parecer técnico completo no Anexo A.

características em imóveis tombados no Centro Histórico de Laguna (IPHAN, 2014).

Em 2015 as obras de paisagismo foram embargadas por conta da colocação de revestimento cerâmico no muro junto à edificação vizinha. O IPHAN considerou o revestimento incompatível com as características do bem tombado. Além disso solicitou que o piso cerâmico colocado na área externa próxima ao anexo fosse substituído por deck de madeira, diminuindo o impacto visual e permitindo a permeabilidade do terreno. As solicitações foram atendidas e a edificação está aberta para a comunidade usufruir do Centro de Atividades do SESC.

Vê-se este caso como um ponto positivo na preservação dos bens tombados em Laguna. A edificação apresenta, basicamente, todas as características linguísticas originais. Pois, o novo uso foi adequado à edificação, e não o contrário (Figura 54).

Outro destaque está na organização e padronização dos pareceres técnicos utilizados pelo IPHAN com a Portaria nº420 de 2000. Percebe-se um maior entendimento do que é solicitado e a justificativa do parecer por parte do técnico.



Figura 54 – Vistas da edificação em 2018.
Fonte: Acervo da autora, 2018.

Art Déco 1: Edifício de uso comercial

Conforme os dados do ET-IPHAN, acredita-se que esta edificação foi construída na década de 1950. Localizada na Rua Raulino Horn, nº148, é propriedade de Norton Chede Pereira desde 1980. Teve uso misto: comércio no térreo e residência no primeiro pavimento, com acesso lateral independente. Em

1995, o levantamento realizado pelo órgão federal mostrou que as salas do andar superior também foram transformadas em espaços comerciais.

Em 1998, o térreo era ocupado pelo escritório de advocacia de Helder Remor de Souza e uma loja. A fachada tinha apenas uma das aberturas ainda em madeira. Por conta disso, o proprietário solicitou autorização para realizar a troca da abertura para vidro temperado. Não se sabe quando o térreo foi alterado para duas salas comerciais (Figura 55).



Figura 55 – Edificação em 1998.
Fonte: IPHAN, 1998.

A pasta da edificação mostra que em novembro de 1998, o IPHAN atendeu à solicitação do proprietário pois considerou o fato “de que as esquadrias da loja da esquerda foram anteriormente modificadas, provocando um desequilíbrio visual entre as duas metades do prédio, que tipologicamente sempre foi marcado pela igualdade e simetria”. Além disso, foi salientada a proibição da troca das aberturas do pavimento superior.

Consta também que em 2007, ao visitar a edificação, o técnico averiguou a instalação irregular de placa de identificação do comércio no térreo, notificando o proprietário para realizar as adequações. Não há documentos sobre o retorno do proprietário ou se as medidas foram tomadas.

Em 2010, houve outra solicitação. Neste caso, o objetivo era a pintura de algumas paredes internas; a substituição de telhas e trabalhos na estrutura da cobertura, troca de longarina. Sendo aprovados os pedidos. Em 2012, por conta do

estado de conservação da edificação, foi atribuído o abatimento de 100% do imposto predial (Figura 56).



Figura 56 – Edificação em 2012.
Fonte: Acervo da autora, 2012.

A edificação recebeu melhorias no último ano, inclusive na pintura externa (Figura 57). Os elementos decorativos continuam destacados pela cor mais escura. No térreo, uma das salas comerciais está vazia, mas pronta para o aluguel (Figura 58). Na outra está instalado um escritório de advocacia de Alexandre Santana (Figura 59). Percebe-se que as alterações realizadas ao longo dos anos deixaram as lojas diferentes, sem a composição simétrica inicial.



Figura 57 – Acesso lateral.
Fonte: Acervo da autora, 2019.

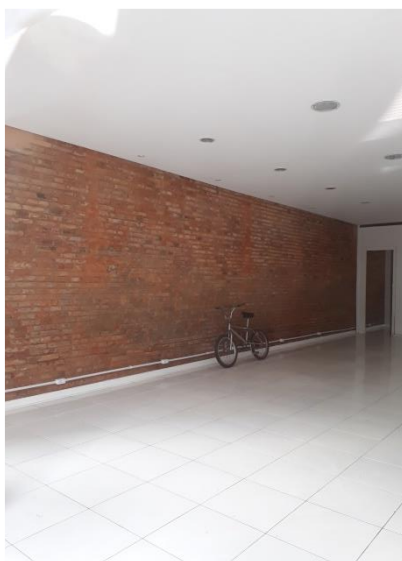


Figura 58 – Loja 01.
Fonte: Acervo da autora, 2019.



Figura 59 – Loja 02.
Fonte: Acervo da autora, 2019.

Mesmo com o Tombamento Federal que protege internamente, a edificação está descaracterizada nos dois pavimentos, sobretudo, no térreo. As modificações na fachada tiveram uma justificativa projetual, o que permitiu que a simetria permanecesse, uma adequação do novo com o antigo. O mais claro nesta construção é a manutenção constante, que é premiada com a isenção do IPTU. Aqui vê-se o papel incentivador da medida normativa, tendo seu objetivo alcançado.

Art Déco 2: Cine Teatro Mussi

A edificação que abriga o Cine Teatro Mussi está localizada na Rua Osvaldo Cabral, nº 165, na esquina com a Avenida Colombo Machado Sales. Sua construção iniciou em 1947, sendo inaugurado em 1950 com a exibição do filme 'A valsa do Imperador'. A iniciativa para a criação de um espaço para atividades culturais partiu do proprietário da firma de tecidos João Mussi S.A. Elaborado pelo projetista suíço Wolfgang Ludwig Rau, é considerado um dos maiores exemplos da arquitetura *art déco* de Santa Catarina (OFICINA DE ARQUITETOS, 2010).

Conforme a escritura do imóvel, trata-se de uma construção de alvenaria com três pavimentos, coberta com telhas cerâmicas. As duas fachadas retas convergem para a esquina do quarteirão, onde acabam num módulo curvo, no qual se inserem as portas e janelas, com vergas retas. A porta principal com verga em arco pleno, com bandeira de ferro preenchida com vidros. No interior, o prédio contém uma sala para a plateia e demais dependências. Todas com instalações próprias para a projeção – sanitárias e elétricas – área de serviços e espaço aberto¹⁴. Três apartamentos próprios para residência; e sete salas próprias para lojas ou bares – área total construída de 1.481,00m².

A horizontalidade e verticalidade da edificação são marcadas através de frisos ornamentais e elementos estruturais, que aparecem de maneira ressaltada. A valorização da esquina com o módulo curvo, a marquise de concreto que cobre as calçadas, e a tripartição vertical do edifício (base, corpo e coroamento), resultaram na monumentalidade do prédio *art déco* (Figura 60 e 61).

¹⁴ Ficaria exaustivo analisar todos os processos disponíveis sobre as intervenções nas lojas do térreo. No entanto, destacamos a preocupação com as características arquitetônicas vistas no parecer técnico de 2013, sobre a adequação do corrimão em uma das lojas, seguindo as normas dos bombeiros. O órgão autorizou a adaptação, desde que continuasse em madeira.



Figura 60 – A edificação na década de 1950. Vista da Av. Colombo Machado Sales.

Fonte: IPHAN. ACERVO DIGITAL, 2019.



Figura 61 – Década de 1960.

Fonte: IPHAN. ACERVO DIGITAL, 2019.

Internamente, o Cine Teatro Mussi foi equipado com o melhor da projeção cinematográfica daquele momento. Além disso, o interior é rico em detalhes, como a escada do *hall*, cujos degraus apresentam soleiras em mármore branco e espelhos em granito preto, guarda-corpos de ferro laminado com desenhos geométricos e florais, os corrimãos talhados em madeira com acabamento laqueado (Figura 62).

Nas paredes, molduras com duplos filetes de madeira enquadram desenhos geométricos de dimensões e formas variadas, feitos de argamassas texturizadas e pintadas na cor bordô (as molduras internas) e bege (as molduras externas). No forro do salão principal, as sancas vão aumentando de largura de forma simétrica em direção ao centro do teto – a primeira suporta as caixas de som e as seguintes a iluminação (OFICINA DE ARQUITETOS, 2010).



Figura 62 – Vista interna da edificação no início da década de 1950.

Fonte: IPHAN. ACERVO DIGITAL, 2019.

A disposição espacial interna, com um mezanino suspenso ao fundo, era caracterizada pelo contraste/distinção entre os níveis sociais dos frequentadores da cidade e, ao longo dos anos foi sofrendo modificações internas, adequando-se às tecnologias do cinema moderno. As principais intervenções foram: a ampliação da boca de cena – com o deslocamento dos vitrais laterais, que atualmente seguem o alinhamento das paredes; e o nivelamento do assoalho, com a eliminação do fosso da orquestra. Com isso, a escada central passou a encontrar a plateia (Figura 63, 64, 65 e 66) (OFICINA DE ARQUITETOS, 2010).



Figura 63 – Vista da boca do palco em 1950.
Fonte: IPHAN. ACERVO DIGITAL, 2019.

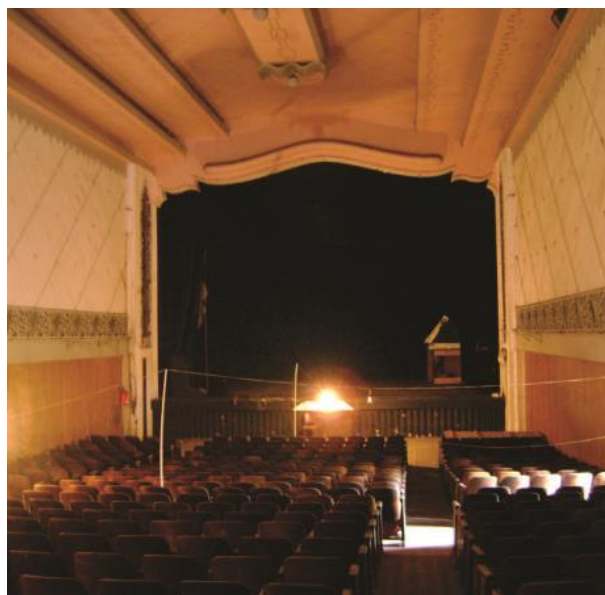


Figura 64 – Vista da boca do palco em 1955.
Fonte: IPHAN. ACERVO DIGITAL, 2019.

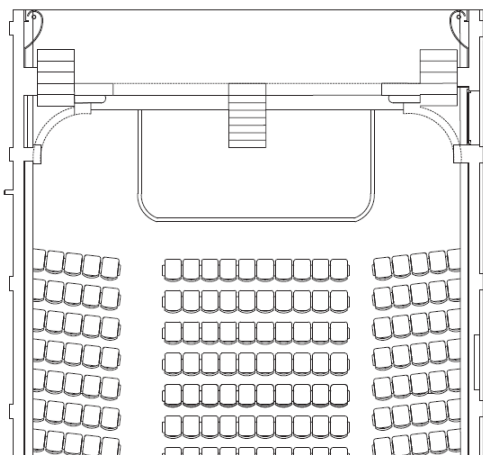


Figura 65 – Planta do palco em 1950.
Fonte: OFICINA DE ARQUITETOS, 2010.

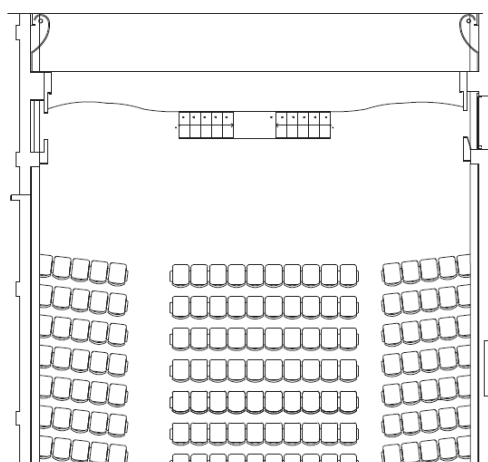


Figura 66 – Planta do palco em 2010.
Fonte: OFICINA DE ARQUITETOS, 2010.

Durante as décadas seguintes, até o início dos anos de 1990, as atividades no Cine Teatro Mussi foram constantes. A casa de espetáculos foi referência para a população local e das cidades do entorno, como Tubarão e Imbituba. Em 1987, começaram a ser desmembradas partes da edificação entre a família – uma sala e demais dependências, onde funciona o Cine Teatro (área construída de 908,55m²); um apartamento contendo cinco peças habitáveis e parte de uma escada de acesso (80,5m²); três salas na parte térrea do prédio (30,155m² cada); uma área aberta que serve de pátio interno do cinema; e a área das lojas e apartamentos (53,2m²) (OFICINA DE ARQUITETOS, 2010).

Entre 1992 e 2001 a edificação ficou fechada. A partir de outubro de 2001, foi arrendado à Igreja Universal do Reino de Deus. Uma das dependências foi utilizada, entre os anos de 2001 e 2004, pela Fundação Lagunense de Cultura. Após esse período, o Cine Teatro Mussi foi totalmente fechado, apenas as lojas que ficam em sua lateral permaneceram funcionando (OFICINA DE ARQUITETOS, 2010).

A parte do Cine Teatro passou por obras, de janeiro a junho de 2006, realizado pela Construtora Pérgola Ltda., e financiadas pelo IPHAN. Entre os documentos disponibilizados pelo Instituto, estão os diários de obras (semanais), que relatam as ações de limpeza, desinfestação, restauração dos assoalhos, substituição de telhas de fibrocimento por francesas, entre outras questões pontuais.

Em 2009, a parte do Cine Teatro Mussi foi adquirida pelo IPHAN. A compra foi celebrada com a visita do então Presidente do Instituto, Luiz Fernando de Almeida, para a assinatura da escritura pública, e a exibição de um documentário referente à história da edificação, exposição fotográfica e apresentação das etapas para a reabertura do Cine Teatro. O evento foi realizado no *foyer* e na calçada em frente ao acesso principal, com a participação da orquestra local, a Banda Carlos Gomes (OFICINA DE ARQUITETOS, 2010).

Em janeiro de 2011, o Ministério Público encaminhou ofício para o ET-IPHAN referente ao Inquérito Civil Público instaurado para a apuração da existência de risco, oriundo da falta de manutenção da estrutura do prédio; e petição inicial da Ação Civil Pública, com o deferimento da liminar para o conhecimento e respectiva manifestação, quanto ao possível risco de desabamento da marquise e da estrutura total da edificação.

A Ação Civil Pública, de setembro de 2010, solicitou a retirada, em caráter liminar, do ponto de ônibus localizado na Avenida Brito Peixoto, sob a marquise do

Cine Teatro Mussi. A justificativa principal foi a péssima situação da marquise, alertada por laudo do Corpo de Bombeiros, que poderia causar danos irreparáveis à saúde dos que por ali transitam. Pela urgência, foi determinada a retirada do ponto de ônibus no prazo de 5 dias, sob pena diária de R\$300,00 (trezentos reais), na pessoa do Prefeito Municipal.

No ofício enviado pelo ET-IPHAN à Procuradoria, em fevereiro de 2011, com esclarecimentos sobre o Cine Teatro Mussi, consta a informação de que em 2009 foi aberto um processo licitatório para a elaboração de projeto de reabilitação e restauração total do prédio. A empresa ganhadora foi Oficina de Arquitetos e, naquele momento, os projetos estavam 90% elaborados.

Quanto à estrutura, o documento trouxe parte do diagnóstico realizado pela Oficina e confirma que existiam diversas patologias como: umidade, infiltração e ataque de insetos xilófagos. Mas, que a estrutura não apresentava riscos de desabamento. Inclusive a marquise, que apesar da aparência, estava estável. Os deslocamentos estavam ocorrendo por conta do ressecamento das juntas, que favoreciam a infiltração entre as placas da marquise.

O segmento de conceituação do memorial descritivo da obra, demonstra a intenção de não realizar grandes mudanças estruturais e logísticas na edificação. Assim, as intervenções seriam pontuais, para tornar o espaço acessível a todos e apropriado às possibilidades contemporâneas de sua utilização (OFICINA DE ARQUITETOS, 2011).

Segundo a documentação encontrada no ET-IPHAN, a obra de restauração foi executada por empresas diferentes: entre dezembro de 2011 e março de 2014, pela Magapavi Construtora, Terraplanagem e Pavimentadora Ltda. Entre janeiro de 2013 e dezembro de 2014, pela Archaos Engenharia, Consultoria, Projeto e Restauração Ltda. A intervenção incluiu a instalação de equipamentos de segurança, acessibilidade, construção de camarins, modernização dos sanitários, área de suporte técnico e novas poltronas no térreo e parte do mezanino. Os assentos originais, fabricados pela conhecida Móveis Cimo, foram retirados e doados para diferentes locais, fato que gerou polêmica na cidade. Cerca de 7 milhões de reais foram investidos pelo Governo Federal.

A inauguração ocorreu em 9 de dezembro de 2014, e recebeu a população em geral que não disfarçou a felicidade de ter o espaço novamente disponível. Foi

passado um vídeo sobre a história da edificação, com relatos de moradores que viveram os tempos áureos e frequentavam o Cine Teatro¹⁵.

Em fevereiro de 2015, o SESC solicitou ao IPHAN o contato com a executora da última obra de restauração, pois, segundo o termo utilizado no documento, “patologias” estavam aparecendo após a entrega do edifício para concessão de uso. No documento assinado por Roberto Anastácio Martins, Diretor Regional do SESC, foi listado os seguintes problemas:

1. Deslocamento das bordas da marquise, em todo o contorno do prédio, causando risco aos veículos e transeuntes (Figura 67);
2. Umidade ascendente em várias paredes da edificação, interna e externamente (Figura 68);



Figura 67 – Deslocamento da borda da marquise.
Fonte: SESC, 2015.



Figura 68 – Umidade ascendente.
Fonte: SESC, 2015.

3. Vidros quebrados na cobertura de acesso aos sanitários (no documento a instituição afirma que já estavam quebrados quando da entrega);
4. Vazamento no ar condicionado de um dos camarins, danificando parcialmente o móvel;
5. Problemas com a energia elétrica: queda quando a cadeira de acessibilidade aos camarins foi acionada; queimas constantes de lâmpadas; problemas com as fitas de LED dos corredores e iluminação externa (afirmando já ter trocado a fiação externa);

¹⁵ A autora dessa dissertação estava no dia da reinauguração. Inclusive a colação de grau do curso de Arquitetura e Urbanismo cursado, foi realizada ali em julho de 2015.

6. Problemas com o elevador.

Em resposta, no parecer de março de 2016, o IPHAN informou sobre o contato feito com a empresa Archaivos, que buscou solucionar os problemas de deslocamento da marquise. Quanto à umidade ascendente, o órgão assegurou que os procedimentos realizados pela firma acordaram com o contrato. No entanto, ressaltou que esses resultavam do aterro realizado no século XIX na Lagoa Santo Antônio dos Anjos, com um nível elevado do lençol freático. Também concorriam para a situação indesejada o entupimento das bocas de lobo no entorno imediato, que seriam desentupidas pela Prefeitura Municipal, por solicitação do IPHAN.

Já os vidros quebrados, o IPHAN afirmou que estavam em bom estado quando da entrega, assim como o sistema de energia e o elevador, que foram testados antes da entrega, e funcionavam perfeitamente. O problema com o ar condicionado dos camarins foi informado à assistência responsável, que teria sanado o vazamento.

Em abril de 2016, foi realizado contato com as empresas através do ofício (nº0559/2016-IPHAN-SC e nº0563/2016-IPHAN-SC), da Superintendência do IPHAN em Santa Catarina. Em despacho (nº140/2016) de junho de 2016, a superintendente solicitou ao Engenheiro Mario Alves do Rosário Pires, técnico do IPHAN, um relatório técnico com a indicação de quais problemas seriam decorrentes da má execução da obra ou que deveriam ser corrigidos pela empresa, “considerando as responsabilidades decorrentes da assinatura de contrato com o IPHAN e da legislação vigente que trata dos prazos e garantias na construção civil”.

O engenheiro escreveu não ter acompanhado diretamente a obra, apenas prestou assessoria técnica em algumas medições e aditivos contratuais. Por isso, ratificou a necessidade de vistoria das empresas, mencionada no despacho anterior (nº140/2016).

Nos documentos disponibilizados no ET-IPHAN, está o contato realizado via ofício (nº0968/2016-IPHAN-SC) de junho, e e-mail enviado para a empresa Archaivos, em agosto de 2016. No ofício foi fixado o prazo de 10 a 60 dias, contados do recebimento do mesmo, para a manifestação oficial da empresa e a realização dos serviços necessários, respectivamente. No e-mail, a Chefe do ET-IPHAN cobrou a vinda dos técnicos da firma, pois os problemas com a marquise estavam se agravando.

Não foi encontrado o retorno da empresa referente aos dois contatos realizados pelo IPHAN. Também não foram encontrados os contatos realizados com a outra empresa citada, Magapavi. Ao mesmo tempo em que importantes informações não constam na documentação disponibilizada, a pasta apresenta uma maior organização com os pareceres técnicos a partir da adoção da Portaria nº420 de 2010.

5.2 Edificações de Pelotas

Luso-brasileira 1: Casarão dos Mendonça

Construída em 1840, na esquina das ruas Gonçalves Chaves e Sete de Setembro, está uma das edificações mais antigas de Pelotas com características luso-brasileiras. É notório que na cidade são poucos os exemplares dessa linguagem, reflexo da evolução urbana e das posturas municipais. Mas, principalmente pela valorização do ecletismo, fruto do momento econômico mais glorioso da urbe.

Nos documentos encontrados na SECULT consta que foi erguida para ser morada do casal José França e Florinda Jacinto de Mendonça. Em sua planta original, a edificação ocupa os limites do terreno de esquina e é marcada pela horizontalidade. A entrada principal pela Rua Gonçalves Chaves abria para um corredor pequeno que dava acesso para os primeiros ambientes e depois seguia para outro corredor paralelo à Rua Sete de Setembro, garantindo maior privacidade aos cômodos íntimos e de serviço. Além disso, não apresentava nenhuma alcova por conta do pátio interno presente.

Consta também que em 1918 algumas peças da estrutura do telhado e alguns revestimentos internos foram trocados; os papéis de parede foram substituídos por pinturas; o piso do corredor de tábua corrida foi trocado por piso cerâmico.

Ao longo dos anos, a edificação teve diversos usos. Em 1984, abrigou a 'Galeria Quilombo', como registra a reportagem divulgada pela DM Revista (Figura 69), encontrada no material disponibilizado pela SECULT. Nesse mesmo ano houve o Tombamento Provisório do bem, homologado pelo então Prefeito. Em 1986 foi sede da Boate 'Verdes Anos'. Um ano depois recebeu o Tombamento Municipal.



Figura 69 – Galeria Quilombo em 1984.
Fonte: DM REVISTA, 1984.

A casa noturna funcionou até o início dos anos de 1990, quando foi fechada. Pela falta de uso e manutenção, a deterioração tomou conta do prédio. Em 1998, o Ministério Público entrou com uma Ação Civil Pública para a declaração do valor histórico, arquitetônico, cultural e artístico do casarão, objetivando sua proteção. No entanto, os vinte anos seguintes após o fechamento da boate ‘Verdes Anos’, foram de total descaso pelo imóvel.

Segundo o blog sobre a história pelotense de Francisco Antônio Vidal, em 2006 o prédio foi adquirido pelo administrador de empresas Saul Moura dos Santos, e recebeu pequenas intervenções para barrar as ações de vândalos e invasores (Figura 70). Somente em 2011, foram realizadas obras emergenciais focadas na estrutura da construção, como paredes e telhado. O projeto foi realizado pelo Arquiteto Pierre Prestes. Segundo este¹⁶, um projeto de restauração foi solicitado. No entanto, com a morte do proprietário, não foi realizado.

Nos documentos disponibilizados pela SECULT consta que os requerimentos passaram a ser solicitados por Erick dos Santos a partir de 2015, e em 2017 pelo atual proprietário, Francisco Coelho, que comprou a edificação em avançado estado de deterioração. Além disso, no mesmo ano começaram as obras de restauração, para a instalação de uma nova agência da Sicredi na cidade, inaugurada em 2018. O

¹⁶ As informações foram disponibilizadas por contato via e-mail com o arquiteto.

projeto foi de responsabilidade da Fox Construções e Restaurações e JA Engenharia e Arquitetura.



Figura 70 – O 'Casarão dos Mendonça' em 2008.
Fonte: VIDAL, 2010.



Figura 71 – O 'Casarão dos Mendonça' em 2010.
Fonte: VIDAL, 2010.

Externamente, a fachada foi revitalizada. Nas janelas, uma folha de vidro fixa veda os vãos, em seguida as duas folhas de abrir de madeira e vidro - já as venezianas de madeira foram retiradas. Os vidros coloridos das bandeiras fixas também foram resgatados. Os gradis, que ainda existiam, também foram eliminados. A entrada principal continua pela Rua Gonçalves Chaves, foi mantida a porta de madeira, com apenas uma folha (Figura 72).



Figura 72 – Aberturas revitalizadas.
Fonte: Acervo da autora, 2019.

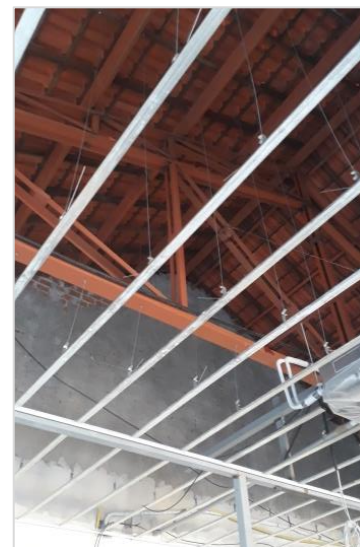


Figura 73 – A nova cobertura com estrutura metálica.
Fonte: Acervo da autora, 2019.

A estrutura metálica da cobertura substituiu a antigas tesouras e caibros de madeira (Figura 73). Nos documentos da edificação na pasta da SECULT, não há uma justificativa para essa escolha projetual. O telhado foi totalmente trocado com telhas cerâmicas em capa e bica, por conta do estado avançado de deterioração.

Internamente, todas as paredes foram derrubadas, perdendo-se as características originais (Figura 74 e 75). No grande espaço que surgiu, novos ambientes foram demarcados por divisórias de vidro, e houve a colocação de forro de gesso e piso cerâmico em toda o espaço criado.



Figura 74 – O 'Casarão dos Mendonça' em obras em 2018.
Fonte: Acervo da autora, 2018.



Figura 75 – Vista interna.
Fonte: Acervo da autora, 2019.

Em documento da SECULT de 2003, a técnica responsável ressalta a importância da preservação da edificação para a manutenção da memória da cidade. O texto destaca que “a aprovação de projetos de reforma em imóveis inventariados, deve cumprir alguns critérios como: manter a integridade do bem, sem descaracterizá-lo externamente; o novo uso deverá ser adequado à tipologia do imóvel” (SECULT, 2003).

Essa postura reflete as medidas protetivas que incidem sobre o casarão. Ou seja, a proteção da caixa mural – Lei nº 4.568 de 2000 (ZPPC 2) – incluída no Inventário do Patrimônio Cultural de Pelotas. No entanto, desconsidera o Tombamento Municipal que protege, também, as características internas.

No caso da Lei do Tombamento Municipal nº 2.708, de 1982, não foi obedecido o artigo 16, referente à alteração das características internas do prédio,

além de não se adequar à definição de restauração que a Lei traz, em seu artigo 17, inciso III.

Art. 16 - Uma vez tombado, provisória ou definitivamente, os bens não poderão ser destruídos, demolidos ou mutilados, nem ter suas características alteradas.

Art. 17 - III - obra de restauração é intervenção, também de natureza corretiva, que consiste na reconstituição de sua feição original, mediante a recuperação da estrutura afetada e dos elementos destruídos, danificados ou descaracterizados, ou do expurgo de elementos estranhos (PELOTAS, 1982).

Com a Lei Municipal nº 4.568 de 2000, houve uma atualização nos tipos de intervenções possíveis nas edificações inventariadas, mas o objeto ainda está na fachada e na volumetria. Neste sentido, a última obra realizada não desobedeceu esta Lei, mesmo verificando a descaracterização interna, pois teria passado por uma reciclagem.

Art. 5º - Poderão ser realizados, nos bens constantes do Inventário do Patrimônio Histórico e Cultural de Pelotas, os seguintes tipos de intervenção:

I - conservação: a intervenção, de natureza preventiva que consiste na manutenção do estado preservado do bem cultural;

II - reparação: a intervenção, de natureza corretiva, que consiste na substituição, modificação ou eliminação dos elementos integrantes visando à permanência de sua integridade, ou estabelecer a sua conformidade com o conjunto;

III - restauração: a intervenção, de natureza corretiva, que consiste na reconstituição de sua feição original, mediante a recuperação da estrutura afetada e dos elementos destruídos, danificados ou descaracterizados, ou do expurgo de elementos estranhos;

IV - consolidação: a intervenção de natureza corretiva que consiste na obtenção de estabilidade estrutural de bem cultural;

V - reciclagem: a intervenção que consiste no reaproveitamento do bem cultural, adaptando-o para usos compatíveis com sua tipologia formal e características ambientais, sem prejuízo de sua linguagem ou natureza, mediante atitudes de conservação, reparação e restauração acrescentando ou não novos elementos necessários à nova utilização (PELOTAS, 2000).

Em 2006, o documento que apresenta o nivelamento de preservação feito pela SECULT, para classificar as edificações inventariadas, apontou uma nota de 7,33 pontos, correspondente ao nível 2 (valor entre 6,6 – 9,6 pontos). Essa classificação libera as intervenções internas, desde que as externas sejam mantidas, permitindo a leitura da tipologia do prédio.

Luso-brasileira 2: Antigo Jockey Club de Pelotas

É na esquina das Ruas Sete de Setembro com a Félix da Cunha, que está a segunda edificação luso-brasileira analisada em Pelotas, conhecida como 'Antigo Jockey Club'. O primeiro uso da construção foi misto, comum no período colonial português, comércio no térreo e moradia no pavimento superior. Supõe-se que o sobrado tenha sido construído na década de 1830, no período de transição da vila de São Francisco de Paula à cidade de Pelotas. Propriedade do Visconde de Jaguar, "serviu como residência de seu neto, o Capitão Domingos Soares de Paiva e de sua esposa Maria Moreira de Paiva, filha do Barão de Butuí" (RODRIGUES e SANTOS, 2007).

Atualmente, a caixa mural apresenta peculiaridades da estética luso-brasileira no térreo, e características do ecletismo no andar superior. Posto que, ao longo do tempo a edificação passou por modificações, de ordem normativa ou adaptações para harmonizar com o estilo historicista que se desenvolveu na cidade a partir da década de 1870. Essas alterações comprometeram as características originais. Uma delas, de grande impacto, ocorreu com a retirada do beiral do telhado e a colocação da platibanda, provavelmente resultante da exigência de Lei Municipal de 18 de janeiro de 1871 (SANTOS, 2007).

Neste caso, o elemento vazado foi preenchido com balaústres moldados em cerâmica alouçada (Figura 76). Na fachada voltada para a Rua Sete de Setembro, uma camarinha neobarroca arrematou o módulo central da composição tripartida. Quatro estátuas moldadas em cimento – alegorias da indústria, do comércio e das artes liberais (SANTOS et al, 2014) – foram colocadas em destaque, salientando as pilastras e o cunhais da fachada principal – o módulo central e as extremidades do frontispício. Esse tipo de intervenção impositiva foi comum à época, que modificou a paisagem urbana e provinciana da cidade.

Comumente, a arquitetura luso-brasileira não utilizou altos porões, e empregou vergas abatidas sobre as portas de duas folhas que se abriam para a área de comércio, no pavimento térreo. No caso em estudo (Figura 76), esses elementos originais talhados em granito foram conservados no segmento de fachada voltado para a Sete de Setembro. As antigas janelas foram transformadas em portas (Figura 77).



Figura 76 – Edificação em 1922. Destaque para as modificações dos vãos no segmento da esquina, no qual algumas portas foram transformadas em janelas.
Fonte: SECULT, 2018.

Como mostra a fotografia de 1922 (Figura 76), na área residencial do sobrado foi mantido o antigo sistema de janelas de guilhotina. Já na foto de 1950 (Figura 77) pode ser observado que os elementos superiores foram trocados por outros mais sofisticados, com pinázios esculpidos em madeira em desenhos rebuscados. O módulo central recebeu três portas sacada, com guarda corpos individuais em ferro fundido. Na fachada secundária, as portas sacada com duas folhas, vergas retas e amplas vidraças, encimadas por bandeiras fixas preenchidas com vidros coloridos, abrem-se para um guarda corpo corrido fundido em ferro. Esses elementos funcionais e ornamentais foram comuns no ecletismo pelotense.

Não foram encontrados dados sobre o uso da edificação até o imóvel ser comprado pelo Jockey Club de Pelotas, em 1948, para instalar sua sede social. Neste momento, sofreu importantes modificações: externamente, foi retirada a camarinha e construído um novo frontão, com o nome do Jockey Club de Pelotas, além da construção de um anexo do lado esquerdo da fachada voltada para a Rua Sete de Setembro; internamente, as paredes divisórias de alguns ambientes foram demolidas, e deram espaço à um salão destinado aos bailes e festas da entidade social. Outros cômodos sofreram alterações, para serem usados como salas de conversação, reuniões, jogos e café (RODRIGUES e SANTOS, 2007).

Enquanto propriedade do Jockey Club, além da função de sede social, a edificação teve diversos usos comerciais, como o Café Derby, que ocupou a esquina da parte térrea do edifício (Figura 79), na década de 1980 – época do Tombamento Municipal através do Decreto nº2.230 de 1986.



Figura 77 – Edificação em 1950. Destaque para o anexo construído e para as aberturas do térreo.

Fonte: SECULT, 2018.



Figura 78 – Edificação em 1987. Destaque para a expansão do anexo. Novas mudanças nas aberturas do térreo.

Fonte: SECULT, 2018.

Na década de 1990, o segundo pavimento ficou sem uso, sofrendo com a falta de manutenção. Segundo reportagem do jornal Diário Popular, de 25 de fevereiro de 1997, Otávio e Augusto Diehl alugaram esse andar nobre para a instalação do Restaurante Diehl. Nesse momento realizaram a troca das telhas da cobertura e providenciaram consertos nos forros, nos pisos e nos rebocos de algumas paredes internas. Externamente, a pintura de todo o andar e o acesso principal destacavam os espaços que pertenceram ao restaurante, em uma tonalidade totalmente fora do contexto arquitetônico da edificação (Figura 79).

Por conta da situação financeira do Clube, a edificação foi à leilão em 2003, quando foi adquirida por Dario Miguel Lorenzi, com o objetivo de instalar ali o Cartório Lorenzi (RODRIGUES e SANTOS, 2007). Para isso, foi viabilizada a restauração (Figura 80) com parte financiada pelo Programa Monumenta, e outra parte paga pelo novo proprietário. Um importante exemplo de parceria entre o público e o particular para a preservação de bens edificados. O escritório responsável foi do arquiteto Rudelger Leitzke.



Figura 79 – Edificação no final da década de 1990.
Fonte: SECULT, 2018.



Figura 80 – Edificação em obras de restauro.
Fonte: SANTOS, 2007.

Na documentação da SECULT consta o convite da Prefeitura Municipal e da Caixa Econômica Federal para a solenidade de assinatura do primeiro contrato de financiamento para a recuperação de imóvel privado, realizada em fevereiro de 2007 (Figura 81). O 4º Tabelionato de Pelotas foi inaugurado em 2009.

Neste projeto, os vãos do pavimento térreo foram vedados por lâminas de vidro, que encerraram as folhas de madeira das portas originais (Figura 82). Já a porta central de madeira foi mantida, no entanto foi instalada uma porta de vidro automática para manter a climatização artificial (Figura 83), sendo também o acesso principal para o ‘Spazio Auguri – espaço arte e eventos’, que ocupou o pavimento superior do sobrado (Figura 84).



Figura 81 – Convite.
Fonte: SECULT, 2007.



Figura 82 – Abertura com vedação em vidro.
Fonte: Acervo da autora, 2019.



Figura 83 – Acesso central.
Fonte: Acervo da autora, 2019.



Figura 84 – Edificação em 2019, vista do anexo.

Fonte: Acervo da autora, 2019.



Figura 85 – Vista do salão do primeiro pavimento em 2012.

Fonte: NECO TAVARES, 2012.

Em relação aos meios normativos de proteção, mesmo com o Tombamento Municipal de 1986, as transformações modificaram as características internas e mantiveram as externas – mesmo caso do ‘Casarão dos Mendonça’.

A Lei Municipal nº4.568 de 2000 é a medida protetiva mais recente e incidente na edificação. Com a definição das Zonas de Preservação, o bem ficou inserido na ZPPC 2 e também foi inventariado (Inventário do Patrimônio Cultural de Pelotas). Nas informações disponíveis na SECULT, a edificação passou pelo nivelamento em 2006. No entanto, nenhum valor foi atribuído no formulário.

Eclética 1: O Grande Hotel

A primeira edificação de linguagem eclética analisada em Pelotas está implantada na esquina da Praça Coronel Pedro Osório com a Rua Anchieta, projetada pelo arquiteto gaúcho Theóphilo Borges de Barros – ganhador do concurso público (SANTOS, 2007).

O projeto seguiu a linha das construções parisienses da época. O torreão cilíndrico marca a esquina e a entrada principal do Grande Hotel, além de envolver a circulação vertical (escada). No topo, termina em uma cúpula metálica que esconde a caixa d’água. As duas fachadas receberam uma série de elementos decorativos característicos da linguagem historicista, sendo mais elaborados na fachada voltada para a Praça (Figura 86).

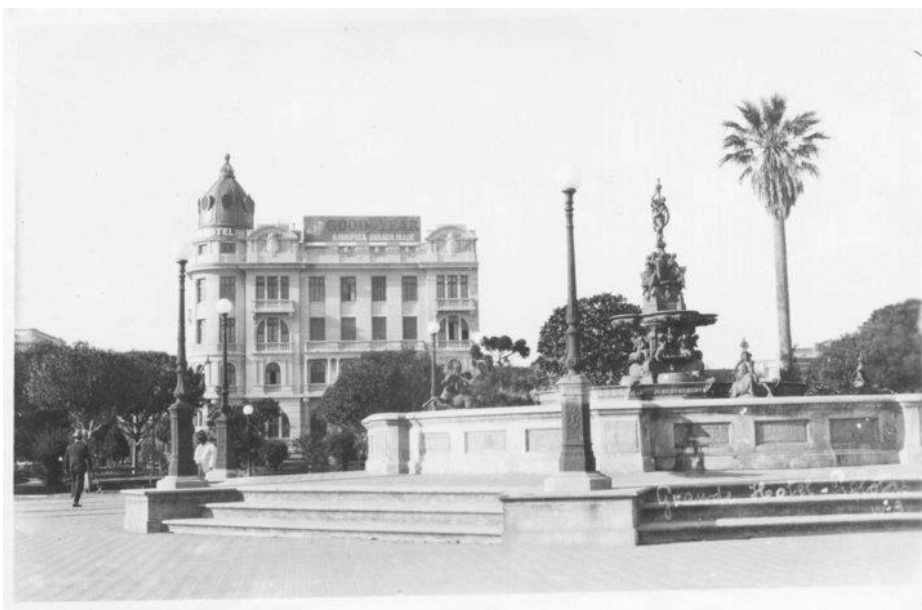


Figura 86 – O 'Grande Hotel' em 1930.
Fonte: OLHARES SOBRE PELTOAS, 2017.

Internamente, o Hotel foi distribuído entre o subsolo (áreas de serviço, lavanderia, adega e centrais das instalações da rede elétrica), andar térreo, andar nobre (primeiro pavimento) e mais dois andares com as demais unidades de habitação (segundo e terceiro pavimento) e cobertura. Os pavimentos foram dispostos ao redor de um vão central, com cobertura em estrutura de ferro e vidros coloridos cobrindo o hall de convivência na altura da laje do segundo pavimento (CALDAS e SANTOS, 2013).

Compunham o térreo, o salão de refeições, toaletes, um “bar americano” (com entrada independente na fachada voltada para a Praça), a recepção, o hall de convivência e um grande salão com um palco. Para o primeiro pavimento foram destinadas as melhores instalações de hospedagem, o único com visão para o hall de convivência no térreo, através da varanda de circulação interna. Caldas (2013) chama o ambiente formado entre o hall, a circulação e a cobertura, de ‘coração’ da edificação, por conta da sensação de acolhimento transmitida (Figura 87).

No segundo e terceiro pavimentos, a circulação era feita por um corredor central, assim tinham unidades habitacionais voltadas para a rua e outras para o vão central, garantindo iluminação e ventilação. Quanto ao sistema construtivo, o arquiteto optou pelo cimento armado para a estrutura geral e barrotes de madeira para a base e divisão entre os pavimentos. Os assoalhos foram confeccionados em madeira, enquanto que os forros eram de estuque e também de madeira. A técnica

do estuque também foi aplicada nas divisórias dos ambientes por conta de sua eficiência térmica e acústica – uma estrutura fasquiada com ripas de madeira, preenchida por argamassa de areia grossa e cal, tendo argamassa de areia fina e cal no seu acabamento (CALDAS e SANTOS, 2013).

Quando inaugurado em 26 de abril de 1928, o Grande Hotel já não fazia mais parte da Companhia Grande Hotel de Pelotas, arrendado pela municipalidade para Caetano Bianchi. A partir de 1940 até 1953, foi alugado para a empresa de Pedro Zabaleta, e comprado pelo mesmo em 1962. Neste período, menos de 40 anos após a inauguração, a edificação sofria com o desgaste do tempo e pouca manutenção. O Tombamento Municipal veio em 1986, com a Lei nº 2.708, de 1982. A partir do ano 2000 o Hotel foi fechado, sendo adquirido novamente pela Prefeitura Municipal em 2002. Em 2011 foi doado à UFPEL, através da Lei Municipal nº 5.855 (CALDAS e SANTOS, 2013).

Com o conjunto de proteção: Zonas de Preservação da Lei Municipal nº 4.568 de 2000, (ZPPC 2) e o Inventário Cultural de Pelotas, as características da edificação estariam asseguradas, pois envolvem a preservação tanto do exterior quando do interior. No entanto, obras de restauração realizadas em 2004 e 2009, que receberam incentivos do Programa Monumenta, apresentaram modificações para a identidade original do prédio.

A restauração de 2004 projetou um novo uso da edificação – um Centro Administrativo que abrigaria algumas Secretarias Municipais e um conjunto de serviços de atendimento à população. Neste momento, as modificações ficaram na restauração da estrutura em madeira da cobertura e de todo o telhado, o escoamento pluvial; nos rebocos, ornamentos, esquadrias e gradis dos vãos da fachada; e na revitalização da calçada (CALDAS e SANTOS, 2013). Já a intervenção de 2009 foi mais drástica, principalmente no interior do edifício, para uma nova alteração do uso do prédio: um Hotel Escola da UFPel.

Visando atender às necessidades do novo uso, apenas uma unidade habitacional do primeiro pavimento foi mantida – reservada para a instalação de um “espaço da memória” –, enquanto que no segundo e terceiro todas foram modificadas. As paredes de estuque foram substituídas por divisórias de gesso acartonado e todos os novos quartos receberam banheiro privativo. Essas alterações modificaram a circulação, que passou a ser igual ao do primeiro andar,

através de passarelas metálicas (Figura 88). Estruturalmente, a técnica de barroteamento foi substituída por pré-laje (CALDAS e SANTOS, 2013).



Figura 87 – Cobertura original do hall.
Fonte: MOURA e SCHLEE, 1998. p. 120.



Figura 88 – Modificação da cobertura e as novas passarelas metálicas.
Fonte: Acervo da autora, 2018.

A instalação das passarelas metálicas foi possível com a transferência da cobertura de ferro e vidro. Quando alçada ao alto do último andar da construção, aumentou o pé direito de 9 para aproximadamente 17 metros, tornando o ambiente – antes aconchegante e convidativo – frio e escuro. Além da modificação na volumetria original, mesmo que não seja perceptível ao nível do pedestre (Figura 89) (CALDAS e SANTOS, 2013).



Teto zenital na altura original



Teto zenital reposicionado

Figura 89 – Comparativo da modificação da cobertura de ferro e vidro.
Fonte: CALDAS e SANTOS, 2013, p.10.

A análise demonstra que a última obra de restauração não correspondeu às instruções da Lei do Tombamento Municipal nº 2.708, de 1982. Assim como nos outros casos, também não foi obedecido o artigo 16 e artigo 17, inciso III. Mas se encaixam na definição de reciclagem adotada na Lei Municipal nº 4.568 de 2000.

Em 2006, a SECULT classificou a edificação em nível 1.

I - Nível 1: Inclui os imóveis componentes do Patrimônio Cultural que ensejam a preservação das características arquitetônicas, artísticas e decorativas internas e externas. Os bens enquadrados neste nível não poderão, em hipótese alguma, serem destruídos, descaracterizados ou inutilizados, podendo vir a ser tombados. Sua preservação é de extrema importância para o resgate da memória da cidade.

Percebe-se a valorização das características estéticas da caixa mural. Apesar da alteração da volumetria do prédio, com a transferência da cobertura do vão central. Ao passo que as internas foram descartadas pelo projeto de adequação realizado, que privilegiou a execução de um estabelecimento com cinco estrelas, em detrimento dos elementos originais da edificação. As peculiaridades internas, que são reflexos da linguagem arquitetônica da época, não receberam a devida importância na interferência projetada.

Eclética 2: Casas Geminadas

As Casas Geminadas estão localizadas no entorno da Praça Coronel Pedro Osório, na esquina com a Rua Félix da Cunha. As duas edificações (Casa 01 e Casa 03) foram erguidas simultaneamente para abrigar as residências de Judith de Assumpção e Francisca Augusta de Assumpção, duas das filhas do então Senador e Diretor do Banco Pelotense Joaquim Augusto de Assumpção (SANTOS, 2007).

O projeto trazido da Inglaterra foi executado, entre os anos de 1911 e 1912, por Caetano Casaretto (projetista do Clube Caixeiral). As características ecléticas harmonizam com o conjunto arquitetônico formado com as moradias vizinhas (Figura 90), que também foram encomendadas pelo Senador para presentear outras filhas. As duas casas geminadas foram as últimas a serem construídas (SANTOS, 2007).

Mesmo que se trate de duas moradas independentes, a caixa mural foi tratada como um só edifício, com porão alto, a fachada propriamente dita – com dois pavimentos –, e a platibanda vazada preenchida por balaústres e ornada com três frontões. Sendo que o central se identifica com o eixo imaginário que divide a

composição do frontispício em duas metades simétricas. Ao mesmo tempo, esse frontão arremata e distingue o módulo central da composição.



Figura 90 – Casas geminadas e seu entorno. Foto sem data. Acervo de Guilherme Pinto de Almeida. Fonte: OLHARES SOBRE PELOTAS, 2018.

No térreo, os vãos com vergas em arcos plenos são vedados por duas janelas, à cada lado do módulo central, onde se inserem as duas portas idênticas que levam ao interior de cada uma das residências. No andar superior, os vãos com vergas em arco abatido encerram seis portas sacadas, que se abrem para três balcões com guarda corpos corridos de ferro fundido, dispostas em pares em cada um dos três módulos que constituem a fachada. Bossagens em estuque complementam a decoração do frontispício.

Como o prédio foi construído em esquina de quarteirão, os cômodos da moradia junto à esquina recebem luz solar através das aberturas existentes na fachada secundária, voltadas para o leste, para a Rua Félix da Cunha. Do lado oposto, um portão e corredor lateral garantiam o afastamento do prédio vizinho e a insolação dos ambientes voltados para o lado oeste. Com o passar do tempo, e com a demolição dos casarões e a construção de um prédio em altura, a insolação da casa de nº 3 foi prejudicada (Figura 91).



Figura 91 – Casas geminadas e seu entorno em 1987.
Fonte: SECULT, 2018.

Internamente, nos pavimentos térreos ficavam as áreas sociais e de serviço das duas residências. No andar superior se distribuíam os quartos e banheiros. Algumas paredes internas eram revestidas com escaiolas, sobretudo, nos corredores de circulação. Os muros das principais salas eram revestidos por tecidos (Figura 93). Os forros eram pintados à mão na técnica da *marouflage* (GALLI, 2015). Ou seja, foram pintados à mão livre sobre telas ou oleados (Figura 94), que depois foram coladas sobre as superfícies dos tetos e emolduradas por elementos de madeira. Os motivos exploravam ramalhetes de flores (Figura 102), paisagens (Figura 97) e naturezas mortas (Figura 94), condizentes com a função de cada ambiente. Mesmo que desbotados ou manchados por infiltrações de umidade, esses elementos ornamentais dos tetos perduraram até a restauração das casas geminadas, quando foram eliminados.

Durante o passar dos anos as casas ficaram abandonadas, não se sabe desde quando, mas ainda sob posse da família Assumpção. No entanto, nos documentos disponibilizados pela SECULT, a partir de 2010 os pedidos de isenção do IPTU passaram a ser em nome Lucas e Ricardo Perez de Moura, Bruno de Moura Umpierre e Mauro Sérgio Lima Umpierre, que adquiriram o imóvel no ano citado e promoveram a restauração do edifício.



Figura 92 – Vestíbulo da Casa 01.
Fonte: SANTOS, 2006.



Figura 93 – Tecido de parede da Casa 01.
Fonte: SANTOS, 2006.



Figura 94 – Forro da Casa 01.
Fonte: SANTOS, 2006.

Em 2017 foram finalizadas as obras de recuperação do prédio. A Casa 01 foi aberta nesse mesmo ano, para visita na época do Natal, com uma exposição de guirlandas natalinas (com entrada paga). E, em agosto de 2018 as duas casas foram abertas para visita gratuita na Semana do Dia do Patrimônio, evento realizado anualmente pela Prefeitura Municipal e SECULT.

Com a visita foi possível ver as alterações e recuperações realizadas de todos os pavimentos da Casa 01, inclusive da cobertura, e apenas o térreo da Casa 03 – os outros andares ainda estavam em obras de adaptação para a instalação de diversos escritórios, inclusive de arquitetura.

No geral, foi realizada a revitalização das fachadas; a maioria das paredes internas perderam as escaiolas, sendo pintadas com tinta acrílica cinza (Casa 01) e branca (Casa 03); as esquadrias e os rodapés de madeiras foram deixados na cor natural, contrastando com a cor clara das paredes (Figuras 95 e 96); a retirada dos bandôs e cortinas das portas internas e dos lustres (Figuras 97 e 98); a troca do assoalho de madeira por piso cerâmico (Figura 98); novas instalações nos banheiros.



Figura 95 – Vista interna da abertura da Casa 01 em 2006.
Fonte: SANTOS, 2006.



Figura 96 – Vista dos murais e abertura após intervenção da Casa 01.
Fonte: Acervo da autora, 2018.



Figura 97 – Paisagem pintada no teto da sala. Paredes revestidas com tecidos, na Casa 01.
Fonte: SANTOS, 2006.

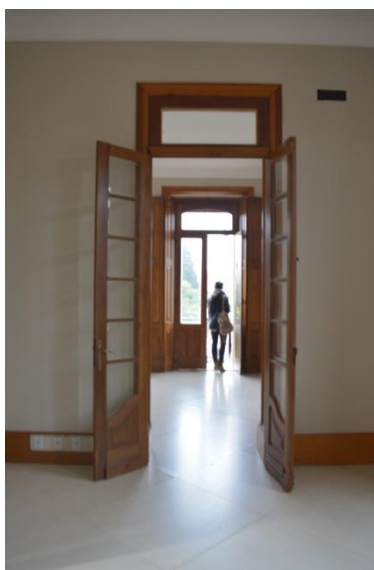


Figura 98 – Ambiente após intervenção da Casa 01.
Fonte: Acervo da autora, 2018.

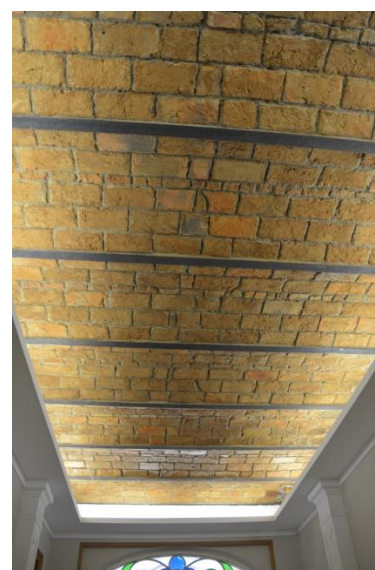


Figura 99 – Vista do sistema construtivo da laje da Casa 01.
Fonte: Acervo da autora, 2018.

Como forma de mostrar o sistema construtivo da edificação, alguns ambientes foram deixados sem forro para mostrar a laje original (Figura 99 e 106). Na cobertura as paredes também foram expostas com a retirada de todo o reboco, contrastando com a nova cobertura metálica com aberturas zenitais (Figuras 100 e 101).



Figura 100 – Acesso cobertura da Casa 01.
Fonte: Acervo da autora, 2018.



Figura 101 – As aberturas zenitais da cobertura da Casa 01.
Fonte: Acervo da autora, 2018.

Durante a recuperação, características arquitetônicas e curiosidades foram redescobertas, como escaiolas originais (Figura 103) e até uma releitura da obra “Sindicato dos Tecelões”, de Rembrandt, em uma das paredes, explicou durante a visita um dos atuais proprietários, Ricardo Moura.



Figura 102 – Forro do vestíbulo da Casa 01.
Fonte: SANTOS, 2006.



Figura 103 – Forro e escaiolas recuperados do vestíbulo e dos corredores da Casa 01.
Fonte: Acervo da autora, 2018.



Na Casa 03, apenas as escaiolas do vestíbulo foram mantidas, ainda que com alguma deterioração (Figura 104).



Figura 104 – Escaladas do vestíbulo da Casa 03.
Fonte: Acervo da autora, 2018.



Figura 105 – Vista do salão principal da Casa 03.
Fonte: Acervo da autora, 2018.



Figura 106 – Sistema construtivo da laje da Casa 03.
Fonte: Acervo da autora, 2018.

A proteção incidente na edificação é o Inventário Cultural de Pelotas de 2000 e a inserção na ZPPC 2, duas medidas que valorizam a caixa mural. Dessa maneira as obras realizadas internamente, apesar das descaracterizações, não infringem as normativas se encaixando como reciclagem.

Art déco 1: Correios e Telégrafos do Brasil

Conforme exposto no capítulo 1 deste trabalho, a linguagem *art déco* teve papel de destaque na identidade do novo Governo Federal na década de 1930, e em Pelotas não foi diferente. “Este edifício é parte de um ambicioso projeto de normatização arquitetônica realizado pelo governo Getúlio Vargas, visando o reequipamento e aperfeiçoamento das infraestruturas federais” (MOURA; SCHLEE, 1998, p. 146).

Instalado na Rua Tiradentes - esquina com Rua Anchieta e com a Félix da Cunha – o prédio dos Correios foi construído em 1938 e, diferente das outras edificações até então analisadas, não teve outro uso, abrigou desde a sua inauguração até os dias atuais a sede dos Correios na cidade (Figura 107).



Figura 107 – A edificação em 1938.
Fonte: OLHARES SOBRE PELOTAS, 2012.

O edifício apresenta uma composição simétrica e tripartida, com módulos centrais destacados pelos frontões mais elevados do que as platibandas, sistema compositivo comum nessa linguagem. Segundo Silveira Jr. (2012), originalmente as esquadrias das portas e janelas eram de ferro – destaque para as janelas basculantes e a ausência de bandeira fixa. Em toda a caixa mural, apresentava decorações com motivos geométricos. Além disso, a grama distribuída em nível, assim como os degraus de acesso, suavizava e integrava a edificação ao passeio.

No registro do ano de 1987 (Figura 108), percebe-se que algumas alterações foram feitas nas fachadas. Originalmente (Figura 107), as janelas continuavam, como bandeiras, acima do friso horizontal saliente, nos dois pavimentos. Mas, na fotografia de 1987, vê-se que esses vãos foram fechados. Talvez para diminuir a incidência do sol para os espaços internos. Outra alteração foi o volume da caixa d'água, acima do frontão da fachada principal. Além da ausência dos canteiros verdes, para inviabilizar possíveis infiltrações ascendentes.



Figura 108 – A edificação em 1987. Destaque para o volume da caixa d'água.
Fonte: SECULT, 1987. Modificada pela autora, 2019.

A pesquisa revelou que a edificação ficou anos fechada, mas não foi possível determinar o período. Sabe-se apenas que no final de 2009 a agência foi reaberta. Neste momento, foram realizadas pequenas modificações: substituição de algumas esquadrias originais; implantação de portas de correr automáticas, com caixilhos de alumínio, duas folhas de vidro e cortinas de ferro, substituindo as antigas portas com gradis em motivos geométricos. Os registros (Figura 109) de Silveira Jr. (2012) comparam os dois acessos e o impacto visual na fachada.



Figura 109 – Comparação das aberturas. 2002 – 2010.
Fonte: SILVEIRA JUNIOR, 2012, p. 291.

Na documentação da SECULT consta o projeto de adequação de acessibilidade do acesso pela Rua Félix da Cunha, com a colocação de rampa, além da revitalização da fachada. A intervenção que ocorreu em 2012, necessária por se

tratar de um edifício público, não alterou as características arquitetônicas. O escritório responsável foi Júlio Dalton e Ramos Collares Bernardes Arquitetura Ltda. Internamente nada foi modificado.

A proteção incidente é a Lei nº4.568 de 2000, estando inserida na ZPPC 2 e no Inventário do Patrimônio Cultural de Pelotas. Assim como nos outros casos, são medidas de proteção para o exterior. Mesmo assim, as características originais da edificação estão visivelmente preservadas, o que denota a importância do uso e consequente manutenção da edificação.

Art déco 2: Edifício multifamiliar

A última edificação analisada da cidade de Pelotas está situada na Rua Doutor Cassiano, nº154. Datada de 1952, a construção é propriedade do Sr. Alcides de Mendonça Lima. Com dois pavimentos – um apartamento por andar – teve o projeto assinado pelo construtor licenciado José Severgnini (MOURA; SCHLEE, 1998) (Figura 109).

O edifício segue o alinhamento frontal das edificações vizinhas e possui garagem com acesso lateral. A planta conta com um pátio interno na extrema esquerda do terreno. O andar superior, avançado em relação ao térreo, serve de marquise para os pedestres, protege as janelas da insolação e do escoamento das chuvas, como também abriga a escada de acesso à edificação (Figura 111) (MOURA; SCHLEE, 1998).

O soco foi marcado pelas pedras de granito preto, e contrasta com os degraus da escada da entrada, cujos espelhos e soleiras alternam o granito negro e o mármore branco. O módulo central, mais alto do que os laterais, garante a simetria da composição da fachada, no qual se insere o acesso principal, elevado do nível da calçada. A escada interna está situada nesse módulo e recebe iluminação natural através da grande janela de ferro com basculantes.

Os ornamentos, em frisos horizontais salientes nas partes superiores da fachada, das marquises, dos balcões e do pórtico, contrastam com os elementos verticais que destacam o módulo central e com aqueles, sobrepostos ou escalonados, que ladeiam a porta de entrada do prédio. As janelas têm venezianas que podem ser abertas através de dois sistemas: em gelosia ou rótula (Figura 112).



Figura 110 – A edificação em 1998. Fonte: MOURA e SCHLEE, 1998, p. 161.

Figura 111 – Acesso à edificação. Fonte: MOURA e SCHLEE, 1998, p. 160.

Figura 112 – Janelas de veneziana. Fonte: MOURA e SCHLEE, 1998, p. 160.

Existe a necessidade de uma revitalização na fachada. No mais, o edifício mantém as formas originais de planta e fachada, mesmo tendo apenas a inserção na ZPPC 1 como ação protetiva. Segundo Carolina, arquiteta da SECULT, a edificação não foi inventariada no ano 2000, mas está em estudo para a sua inclusão na atualização do Inventário do Patrimônio Cultural de Pelotas, a ser realizada com os imóveis classificados como *art déco*.

6 Considerações finais

A gestão da conservação acontece através da articulação entre a formulação, a implementação e o acompanhamento de medidas voltadas para a proteção dos bens edificados de valor patrimonial. Ao mesmo tempo, essas normas se adaptam às novas necessidades urbanas e sociais, resultando na elaboração de um plano ideal de Gestão. No entanto, mesmo com o reconhecimento de ‘cidades históricas’, Laguna e Pelotas não possuem um Plano de Gestão da Conservação, o que demonstra uma falha na competência dos órgãos responsáveis pela preservação dos bens patrimoniais nas duas localidades.

Para averiguar as políticas e ações que compõem essas gestões foi preciso, primeiramente, apurar a constituição dos conjuntos urbanos de interesse histórico, que culminou no reconhecimento de Laguna e Pelotas como cidades históricas, os dois lugares que foram o foco dessa dissertação. A influência dos diferentes momentos econômicos foi o fio condutor do primeiro capítulo. Quando em recessão, os ‘centros históricos’ das duas cidades tenderam ao esvaziamento e à estagnação, pois o custo de vida fica caro, e o uso e, sobretudo, a manutenção das edificações são comprometidos. Já quando em crescimento, a especulação imobiliária impulsiona as demolições e as novas construções.

A partir da definição das zonas de preservação instituídas em cada cidade – Laguna e a Poligonal de Tombamento Federal; Pelotas e as ZPPC’s 1 e 2 – foram analisadas as ações de proteção destinadas para essas áreas, incluindo as três esferas públicas (Municipal, Estadual e Federal). Essa análise resultou em uma linha do tempo comparativa que destacou os papéis preponderantes na preservação dos bens imóveis de cada urbe.

A averiguação das duas gestões determinou o rumo da pesquisa. A análise das edificações escolhidas partiu do material encontrado nos órgãos verificados como centralizadores das ações de preservação, ou seja, das informações que o gestor tem sobre o bem. No caso lagunense, o Escritório Técnico do IPHAN, sob a ótica do Tombamento Federal. Já em Pelotas, a municipalidade, mesmo antes da criação da SECULT, em 2001, através do Inventário Municipal.

Percebeu-se que a gestão da conservação tem se caracterizado pela criação e implantação de instrumentos normativos de proteção dos edifícios de valor patrimonial nos centros históricos das duas urbes estudadas. No entanto, a

articulação entre as instâncias ocorreu, principalmente, na implantação dos Programas Monumenta e PAC-CH.

O segundo capítulo mostrou estratégias comuns entre as duas gestões, como a redução do IPTU definida pelo estado de conservação da edificação. No caso de Laguna, verificou-se que a possibilidade de revogação – a qualquer momento – do benefício, transmite incerteza aos proprietários, e questiona a visão da municipalidade em relação à preservação dos prédios.

Como recorte, necessário para a viabilidade da pesquisa, foi a definição das linguagens arquitetônicas presentes nas duas localidades enfocadas – luso-brasileira, eclética e *art déco* – como um dos critérios para a escolha das edificações a serem analisadas. Por conta disso, o terceiro capítulo trouxe as principais características de cada uma dessas estéticas, possibilitando averiguar quais transformações geraram danos à identidade dos bens. Partiu-se do pressuposto de que a preservação dos monumentos não está apenas na manutenção das características de cada estilo, mas também dos bens agregados à arquitetura – interna e externamente –, além da preservação dos métodos e técnicas construtivos de cada período.

Foi realizado um inventário das construções selecionadas para o estudo, organizadas em fichas com os dados relativos à cada edifício, que utilizou modelo disponibilizado pelo IPHAE/RS. O inventário, apresentado como apêndice da dissertação, foi o instrumento que fundamentou o quarto capítulo desse trabalho. As análises das edificações foram embasadas na documentação encontrada nos órgãos que se destacaram no capítulo dois, em livros de história e de arquitetura, em trabalhos acadêmicos e em periódicos.

A intenção foi gerar uma análise do material que os órgãos de preservação das duas cidades possuem das construções, como os projetos de intervenção. As ausências também foram notadas, principalmente as informações sobre os projetos de intervenção. Em vários casos, não foi possível detectar se os projetos encontrados foram executados. E, em todas as edificações, foi necessária uma avaliação organoléptica complementar durante as visitas técnicas aos monumentos. Diferentemente da SECULT, em Pelotas, o ET-IPHAN dispõem de um acervo mais completo das edificações históricas lagunenses, principalmente com a Portaria nº420, a partir de 2010.

Com as análises, concluiu-se que ambos os sistemas normativos apresentam ferramentas capazes de proteger as edificações de valor patrimonial. Mas, que precisam ser atualizados, como a definição pecuniária dos danos causados às edificações em reformas ou em interferências restaurativas, ou por puro descaso dos proprietários. Em Laguna, o Tombamento Federal obriga o proprietário a pagar uma multa baseada apenas no valor do dano.

No entanto, algumas lacunas nas normativas acabam por permitir a descaracterização. Como no caso da Lei nº 4.568 de 2000, em Pelotas, que traz nos artigos que a constituem, os conceitos que definem intervenções de conservação, reparação, restauração, consolidação e reciclagem. O último conceito, mesmo defendendo a compatibilidade do uso com a tipologia da edificação, autoriza o acréscimo ou não de novos elementos para a nova utilização.

Uma das limitações das análises foi a averiguação interna das edificações, visto que nem todas apresentam planta baixa e fotos para gerar comparação, como no caso das ‘Casas Geminadas’, em Pelotas. Muitas dessas características internas foram obtidas pelos levantamentos realizados pelos órgãos responsáveis. Ou por meio de registros fotográficos de estudiosos da área e, em alguns casos, registradas nas visitas *in loco*. Visto que, parte da documentação guardada pelos organismos técnicos responsáveis está desatualizada.

Ainda em Laguna, a maior dificuldade na averiguação esteve no caráter subjetivo aplicado pelo ET-IPHAN na aprovação dos processos de intervenção, confirmado pelo Chefe Interino. Mesmo com as “Diretrizes Gerais de Preservação” e a Portaria do IPHAN nº 420, cada caso é avaliado individualmente. Ao mesmo tempo em que essa postura considera as particularidades de cada edificação, ela deixa dúvidas quanto ao que é permitido ou não realizar no bem, causando reclamações por parte dos proprietários.

No caso de Pelotas, as medidas protetivas – Lei nº 4.568 de 2000 e Inventário do Patrimônio Cultural de Pelotas – demonstram uma postura de proteção destinada, sobretudo, aos exteriores das caixas murais. Apenas os casos de tombamentos isolados – municipais e federais – respeitam e conservam os bens agregados aos interiores dos edifícios.

Verificou-se que algumas edificações possuem, mesmo sendo na esfera municipal, dois tipos de proteção: o Tombamento e o Inventário. Isso denota a importância do bem para o contexto histórico e social da cidade. Mas, analisando as

intervenções realizadas, a medida mais restritiva ficou na desvantagem, não sendo seguida. Assim, há a valorização apenas das características estéticas da caixa mural.

Dessa maneira, muitos elementos ornamentais das principais salas internas das edificações estão desaparecendo nos restauros realizados. Eles restam somente nos registros fotográficos efetuados por pesquisadores ou estudiosos desse campo do conhecimento. Mas que, na maior parte dos casos não foram documentados pelos restauradores, ou registrados e guardados pelos técnicos das instituições responsáveis pelos bens patrimoniais nas duas cidades estudadas.

Em Pelotas, as edificações inventariadas são protegidas em sua volumetria e ornamentações externas, mas as decorações internas não são relevadas: pinturas parietais ou dos tetos, e os adornos estucados. Segundo as normas da SECULT, os prédios tombados devem ser preservados em sua totalidade. Porém, em alguns exemplares, essa regra não foi respeitada, como na interferência restaurativa do Grande Hotel, na qual foi privilegiado o objetivo de transformar a construção em um hotel escola de primeira categoria, em detrimento das peculiaridades estéticas originais. O que implicou no desaparecimento desses bens e na alteração da volumetria do prédio.

As críticas feitas aqui estão diretamente ligadas à visão projetual desse tipo de intervenção restaurativa, que considera o novo e desconsidera o antigo, valoriza a nova utilização do bem patrimonial e rejeita as características ornamentais internas do monumento, peculiares à uma determinada época, não havendo a possibilidade da reversibilidade. Entende-se que o patrimônio não deve ser rígido ou que não deve levar em conta as necessidades atuais dos usos e usuários, como a adequação às novas tecnologias ou à acessibilidade. A preservação vem do uso, e o uso deve ser acessível a todos.

Valem algumas observações em relação ao material encontrado nas pastas do ET-IPHAN. Primeiro, a quantidade de notificações por conta da negligência dos proprietários e o conseqüente estado de deterioração que muitas edificações apresentam. Isso demonstra como a falta de manutenção afeta as condições originais, fazendo com que pequenos reparos se transformem em grandes obras de restauração.

A pesquisa resultou também na confecção de um acervo sobre algumas edificações que não são comumente pesquisadas, no que tange a preservação do

patrimônio edificado nas duas cidades, como outras construções exaustivamente investigadas: o Casarão do Conselheiro Maciel, em Pelotas; e o Museu Casa de Anita Garibaldi, em Laguna.

O assunto não se esgota nesse trabalho. Ao contrário, a pesquisa realizada abre espaço para novas investigações sobre o tema da Gestão da Conservação dos bens imóveis e dos bens agregados à arquitetura, que apresentam valor histórico e estético e, por essa razão devem ser preservados. E, quem sabe, que a dissertação desenvolvida possa instigar as administrações das duas cidades analisadas elaborem um plano ideal de gerenciamento dos bens patrimoniais.

Por fim, essa pesquisa foi desenvolvida a partir do interesse da autora pelo patrimônio edificado instigado dentro do curso de Arquitetura e Urbanismo, através das disciplinas ofertadas e dos projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos no Campus da UDESC, instalado na cidade de Laguna. Bem como a pós-graduação, através do Programa de Memória Social e Patrimônio Cultural da UFPel, ambas Universidades Públicas. Além do financiamento da CAPES.

O mesmo interesse pela preservação do patrimônio cultural demonstrado aqui está perceptível no crescente número de profissionais da área que estão permanecendo nessas cidades. A importância da manutenção – e continuação – da Educação Pública é fundamental para a perpetuação desse trabalho.

Referências

ALBERNAZ, Maria Paula; LIMA, Cecília Modesto. **Dicionário ilustrado de arquitetura**. São Paulo: Pro Editores, 1998.

ALMEIDA; Liciane Machado; BASTOS, Michele de Souza. **A experiência da cidade de Pelotas no processo de preservação patrimonial**. In: Revista CPC, São Paulo, v.1, n.2, mai/out 2006, p. 96-118.

AZEVEDO, Angélica Fernandes. **Memória Art Déco em Goiânia**: a busca por uma identidade. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

BENÍCIO, Danielle et al. Acervo de processos do Escritório Técnico do IPHAN em Laguna: aprovação rumo à proteção? In: **Anais do Fórum Mestres e Conselheiros**: turismo, patrimônio e desenvolvimento local. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

BRASIL. Ministério do Planejamento. **PAC Cidades Históricas – Santa Catarina**. 2018. Disponível em: <<http://pac.gov.br/infraestrutura-social-e-urbana/pac-cidades-historicas/sc>>. Acesso em: 12 mar. 2017.

BUARQUE, Sergio. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**: material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal. Brasília: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 1999.

CALDAS, Karen Velleda. **Contrapontos entre teoria e prática da conservação/restauração do patrimônio histórico edificado**: o caso do Grande Hotel de Pelotas/RS. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Pelotas, 2013.

CALDAS, Karen Velleda; SANTOS, Carlos Alberto Ávila. **Cartas patrimoniais, legislação e a restauração do Grande Hotel de Pelotas**: Breves Considerações. Disponível em: <<http://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Arte/article/viewFile/3049/2605>>. Acesso em: 18 jun 2018.

CITTADIN, Ana Paula. **Laguna, paisagem e preservação**: o patrimônio cultural e natural do município. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

CHARQUEADA BOA VISTA. **História**. Pelotas: 2018. Disponível em: <<http://charqueadaboavista.com.br/historia/>>. Acesso em: 07 out. 2017.

COSTA, Lúcio. Documentação necessária. In: **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional**. Rio de Janeiro, 1937.

CRUZ, Glenda Pereira da. **Espaço construído e a formação econômico-social do Rio Grande do Sul**: uma metodologia de análise e o espaço urbano de Pelotas. Dissertação (Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1993.

_____. Pelotas Espaço Construído no Início da República. In: WEIMER, Günter (org.). **Urbanismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/Prefeitura de Porto Alegre, 1992.

DALL'ALBA, João. **Laguna antes de 1880**. Documentário. Florianópolis: Lunardelli/UDESC, 1979.

D'AZEREDO, Francisco de Paula. **Em trânsito pelo Rio Grande do Sul em 1826**. Porto Alegre: Globo, 1957.

DE LA MORA, Luis. A gestão da conservação do patrimônio e seus instrumentos. . In: LACERDA, Norma; ZANCHETTI, Sílvia. (Orgs). **Plano de gestão da conservação urbana**: conceitos e métodos. Olinda: Centro de estudos avançados da conservação integrada, 2012.

DIA DO PATRIMÔNIO. **"Dia do Patrimônio em Pelotas - RS"**. 2013. Disponível em <<https://www.archdaily.com.br/134622/dia-do-patrimonio-em-pelotas-rs>>. Acesso em: 07 out. 2017.

FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi Ferreira. Sobre memória e patrimônio: que usos fazemos do passado? In: **Jornal do Dia do Patrimônio**. Pelotas, 2013.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Minc – Iphan, 2009.

GALLI ALVES, Fábio. Decorações murais: técnicas pictóricas de interiores. Pelotas/RS (1878-1927). Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Pelotas, 2015.

GUEDES, Valmir. Arquivo Público (Casa Candemil), está fechado há mais de quatro meses. In: **Blog do Valmir Guedes**. Laguna, 2017. Disponível em: <<http://valmirkuedes.blogspot.com/2017/04/arquivo-publico-casa-candemil-esta.html>>. Acesso em: 12 jan. 2019.

GUTIERREZ, Ester J. B. **Negros, charqueadas e olarias**: um estudo sobre o espaço pelotense. Pelotas: Ed. UFPel, 1993.

_____. **Barro e sangue**: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas 177-1888. Pelotas: Ed. UFPel, 2004.

IPHAЕ. **Bens tombados**. Disponível em: <<http://iphae.rs.gov.br/Main.php?do=BensTombadosAc&Clr=>>>. Acesso em: 04 set. 2018.

IPHAN. **Acervo digital** – Rede de Arquivos IPHAN. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://acervodigital.iphan.gov.br/xmlui/discover>>. Acesso em: 22 abr 2017.

_____. **Agenda**: 2ª edição do Iphan de Portas Abertas, em Santa Catarina. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/sc/agendaEventos/detalhes/374/iphan-de-protas-abertas-2a-edicao>>. Acesso em: 15 jun 2017.

_____. **Artes do mar**: Laguna/SC. Brasília, DF: Iphan/Programa Monumenta, 2009.

_____. **Portaria nº420 de 2010**. Dispõe sobre os procedimentos a serem observados para a concessão de autorização para realização de intervenções em bens edificados tombados e nas respectivas áreas de entorno.

_____. **Notícias**. Conjunto Histórico de Pelotas (RS) agora é Patrimônio Cultural do Brasil. 2018. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/4652/conjunto-historico-de-pelotas-rs-agora-e-patrimonio-cultural-do-brasil>>. Acesso em: 15 mai 2018.

LAGUNA. **História**. Laguna: 2017. Disponível em: <<http://laguna.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/96142>> Acesso em: 24 mai. 2017.

_____. **Lei Complementar nº33 de 1997**. Institui o Código Tributário do Município de Laguna.

_____. **Lei Complementar nº105 de 2003**. Institui o Código Tributário do Município de Laguna.

_____. **Lei Complementar nº294 de 2014**. Acrescenta o art. 101-a à Lei Complementar nº105 de 2003.

LUCENA, Liliane M. F. **Laguna**: de ontem a hoje espaços públicos e vida urbana. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina, 1998.

MAGALHÃES, Mário Osório. **Opulência e cultura na província de São Pedro do Rio Grande do Sul**: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890). Pelotas: Editora da UFPel e Livraria Mundial, 1993.

MOURA, Rosa Maria; SCHLEE, Andrey Rosenthal. **100 imagens da arquitetura pelotense**. Pelotas: Pallotti, 1998.

OFICINA DE ARQUITETOS. Relatório de Identificação e Conhecimento do Bem. **Análise tipológica, identificação de materiais e sistema construtivo**. Cine Teatro Mussi. Laguna – SC. 2010.

_____. Relatório de Identificação e Conhecimento do Bem. **Pesquisa histórica**. Cine Teatro Mussi. Laguna – SC. 2010.

OLHARES SOBRE PELOTAS. **As Casas Geminadas**. Pelotas, 2018. Disponível em: <<https://www.facebook.com/Olharessobrepelotas/photos/basw.>>. Acesso em: 15 set. 2018.

_____. **O Grande Hotel**. Pelotas, 2017. Disponível em: <<https://www.facebook.com/Olharessobrepelotas/photos/bc.>>. Acesso em: 12 jul. 2018.

_____. **Correios e Telégrafos**. Pelotas, 2012. Disponível em: <<https://www.facebook.com/Olharessobrepelotas/photos/basw.>>. Acesso em: 22 out. 2018.

PELOTAS. **História**. Pelotas: 2017. Disponível em: <<http://www.pelotas.rs.gov.br/cidade/historia.php>> Acesso em: 17 jul. 2017.

_____. **Lei nº 2.565 de 1980**. Institui o II Plano Diretor de Pelotas.

_____. **Lei nº. 2.708 de 1982**. Dispõe sobre a proteção do patrimônio histórico e cultural do município de pelotas e da outras providencias.

_____. **Lei nº 3.128 de 1988**. Altera a Lei Municipal nº 2708, de 10 de maio de 1982.

_____. **Lei nº 3.484 de 1992**. Dispõe sobre a Fundação De Cultura, Esporte, Lazer e Turismo de Pelotas.

_____. **Lei nº 4.093 de 1996**. Dispõe sobre a regulamentação do artigo 207 da Lei Orgânica Municipal.

_____. **Lei nº11.377 de 1999**. Declara integrante do patrimônio cultural do estado a casa que pertenceu ao escritor João Simões Lopes Neto.

_____. **Lei nº 4.568 de 2000**. Declara área da cidade como zonas de preservação do patrimônio cultural de pelotas - ZPPCs - lista seus bens integrantes e dá outras providências.

_____. **Lei nº 4.630 de 2001**. Altera a redação de dispositivos da Lei nº 3.381 de 1991, criando a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, a Secretaria Municipal de Obras, a Secretaria Municipal de Qualidade Ambiental - SQA, a Secretaria Municipal de Planejamento Urbano - SEURB, a Secretaria Municipal da Cultura - SECULT, a Secretaria Municipal de Direitos Humanos, Cidadania e Assistência Social, altera a competência da Procuradoria Geral do Município, cria cargos em comissão.

_____. **Lei nº 4.878 de 2002**. Introduce alterações no Código Tributário Municipal, Lei nº 2.758 de 1982, relativas ao IPTU.

_____. **Lei nº 5.196 de 2005**. Disciplina a cobrança do IPTU, estimula a criação de loteamentos, e dá outras providências.

_____. **Lei nº 5.502 de 2008.** Institui o III Plano Diretor Municipal e estabelece as diretrizes e proposições de ordenamento e desenvolvimento territorial no Município de Pelotas, e dá outras providências.

_____. **Lei nº 6.389 de 2016.** Institui o Sistema Municipal de Cultura de Pelotas (SMC).

_____. **Manual do usuário de imóveis inventariados.** Prefeitura Municipal de Pelotas, Secretaria de Cultura. Pelotas: Nova Prova, 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

PRIETTO, Pedro Luís. **Casa dos Torres.** Pelotas: Viva o charque, 2004. Disponível em: <<http://vivaucharque.com.br/cenarios/casadotorres.php>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

PONTUAL, Virgínia. Plano de gestão da conservação integrada. In: LACERDA, Norma; ZANCHETTI, Sílvia. (Orgs.) **Plano de gestão da conservação urbana: conceitos e métodos.** Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2012.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da Arquitetura no Brasil.** São Paulo: Perspectiva, 1987.

REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia. Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC). In: **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural.** Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbete).

RIBEIRO, Bárbara Leber Müller. **Escola inclusiva Antônio dos Anjos: reabilitação do Casarão Eclético da Rua Santo Antônio.** TCC (Arquitetura e Urbanismo) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Laguna, 2015.

RIBEIRO, Francine Morales Tavares. **Políticas públicas referentes ao patrimônio cultural edificado na cidade de Pelotas, RS: o caso da isenção do IPTU.** Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2013.

_____. **O plano de gestão como instrumento de política no planejamento e gestão das áreas urbanas classificadas como Patrimônio da Humanidade.** Tese (Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 11.499 de 2000.** Disponível em: http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=3334&hTexto=&Hid_IDNorma=3334. Acesso em 18 mar de 2013.

RODRIGUES, Ana Clara Ferreira; SANTOS, Carlos Alberto Ávila. **Pelotas: o sobrado da esquina das ruas Sete de Setembro e Félix da Cunha**. In: Anais do Seminário de História da Arte. Pelotas, 2007.

RUBIRA, Luís. **Almanaque do Bicentenário de Pelotas** - v. 1. Santa Maria: Gráfica e Editora Pallotti, 2012.

SAINT'HILAIRE, Auguste. **Viagem à Província de Santa Catarina (1820)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

SANTA CATARINA. **Decreto nº7.439 de 1979**. Cria a Fundação Catarinense de Cultura.

_____. **Lei nº5.846 de 1980**. Dispõe sobre a proteção do patrimônio cultural do estado.

_____. **Lei nº9.342 de 1993**. Altera o art. 2º e o inciso I, do art. 5º, da lei nº 5.846, de 22 de dezembro de 1980.

_____. **Lei nº11.377, de 1999**. Declara integrante do patrimônio cultural do Estado do Rio Grande do Sul a casa que pertenceu ao escritor João Simões Lopes Neto.

_____. **Lei nº11.499, de 2000**. Declara integrantes do patrimônio cultural do Estado áreas históricas da cidade de Pelotas.

_____. **Lei nº11.895, de 2003**. Declara integrante do patrimônio cultural do Estado o Arroio Pelotas.

_____. **Lei nº11.919, de 2003**. Declara integrante do patrimônio cultural do Estado os doces artesanais de Pelotas.

_____. **Lei nº12.673, de 2006**. Declara a União Gaúcha João Simões Lopes Neto da cidade de Pelotas, integrante do patrimônio cultural do estado do Rio Grande do Sul.

SANT'ANNA, Márcia. **A cidade-atração: a norma de preservação de centros urbanos no Brasil dos anos 90**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

SANTOS, Carlos Alberto Ávila. **Ecletismo em Pelotas: 1870 – 1931**. Pelotas: Editora Universitária/Universidade Federal de Pelotas, 2014.

_____. **Ecletismo na fronteira meridional do Brasil (1870-1931)**. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

_____. Patrimônio arquitetônico e preservação. In: **Jornal do Dia do Patrimônio**. Dia do Patrimônio. Pelotas, 2013.

SCHLEE, Andrey Rosenthal. **O Ecletismo na Arquitetura Pelotense até as décadas de 30 e 40**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura. Porto Alegre, 1993.

_____. **O último eclético**. Porto Alegre n.4, p. 136- 144, 2003. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/propar/publicacoes/ARQtextos/PDFs_revista_3-4/14_Andrey%20Rosenthal%20Schlee.pdf>. Acesso em: 10 out. 2017.

_____. **Pela Memória de Pelotas. Como sempre!** I Colóquio sobre história e historiografia da arquitetura brasileira. Brasília, 2008. Disponível em: <http://sites.google.com/site/coloquiohh08> acesso em 10/10/2009. Acesso em: 24 fev de 2018.

SILVEIRA JUNIOR, Antonio Carlos Porto. **Referência, mídia e projeto:** compreendendo a estética da Arquitetura protomodernista em Pelotas-RS. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas. 2012.

ULYSSÉA, Ruben. **Laguna:** memória histórica. Brasília: Letra Ativa, 2004.

ULYSSÉA, Saul. **A Laguna de 1880**. Laguna: 1943.

UNESCO. **Convenção relativa à proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, de 1972**. Disponível em: <http://www.ipa.min-cultura.pt/cnans/Docs_de_Base/Convencao_UNESCO.pdf>. Acessado em: 02 mar 2018.

_____. **Guia Operacional do Patrimônio Mundial**. Paris: World Heritage Centre, 2005.

VIDAL, Francisco Antônio. **Ruínas coloniais à espera de um resgate**. Pelotas: Pelotas Capital Cultural, 2010. Disponível em: <<https://pelotascultural.blogspot.com/2010/05/ruinas-coloniais-espera-de-um-resgate.html>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

VIEIRA, Natália. **Gestão de sítios históricos:** a transformação dos valores culturais e econômicos nas fases de formulação e implementação de programas de revitalização em áreas históricas. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

VILLEGAS J., Maria Matilde. **Entre os morros e a lagoa:** Laguna cidade documento. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2016.

WEIMER, Günter. **Origem e evolução das cidades rio-grandenses**. Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2004.

Apêndice

Apêndice A – Fichas linguagem luso-brasileira

1/4		LINGUAGEM LUSO-BRASILEIRA	
Endereço / Localização		Data da foto: 24/01/2019	
Rua Raulino Horn, 10 – Centro Histórico - Laguna/SC (esquina com Rua Rio Branco)			
Data da construção			
Meados do século XIX			
1º Proprietário	Uso original		
Acácio Soares Moreira	Comercial		
Proprietário atual	Uso atual		
Fundação Catarinense do Trabalho (FUCAT)	Posto de Atendimento ao Trabalhador do SINE-SC		
Proteção existente			
- Poligonal de Tombamento Federal em 1985: Decreto-Lei nº 25 de 1937.			
Histórico e dados gerais			
- 'Casa da Esquina do ABC': as iniciais dos moradores das quatro esquinas (Acácio, Américo, Bem-bem e Candemil); - O uso inicial foi o comércio do português Acácio Soares Moreira; - Em janeiro de 1867 foi instalada a 1ª Estação Telegráfica de Laguna, a única da comarca naquele momento; - No registro de 1917, são vistas modificações na elevação voltada à Rua Raulino Horn, com um acesso principal central, duas janelas guilhotinas ao lado esquerdo e duas portas-janelas ao lado direito. Na fachada junto à Rua Barão do Rio Branco, a partir da esquina ficaram uma porta, duas portas-janelas e duas janelas guilhotina, e depois a porta de acesso ao pátio; - 1981 dois comércios: uma lavanderia e alfaiataria. Novas modificações nas aberturas (cada fachada ficou com apenas uma porta e o restante janelas). Na fachada lateral voltada para o terreno baldio, pela Raulino Horn, foram feitas três janelas; - No mesmo ano foi elaborado um projeto de restauração pela Fundação Catarinense de Cultura, envolvendo o então SPHAN, a Fundação Nacional Pró-Memória e a Prefeitura Municipal (executora); - Em 1985 o proprietário, Francisco Carlos Cabral Nunes, foi notificado pelo SPHAN pelas condições precárias da edificação; - 1985/1986 foi comprada pela Fundação Catarinense do Trabalho (FUCAT)			
Intervenção Ano: 1986			
Financiador: Fundação Catarinense do Trabalho (FUCAT) e Fundação Nacional Pró-Memória			
Responsável técnico:			
Principais modificações:			
- Restauração da estrutura do telhado, tendo 100% das peças em madeiras trocadas; - Cintamento em concreto armado e a substituição de parte das paredes em tijolos, que originalmente eram em taipa; - Recuperações dos pisos, forros, esquadrias e rebocos.			

2/4

LINGUAGEM LUSO-BRASILEIRA

Endereço / Localização

Rua Fernando Machado, 75v– Centro Histórico - Laguna/SC
(esquina com a Travessa Manoel Pinho)

Data da foto: 2018

Data da construção

Meados do século XIX

1º Proprietário

Manoel José Dias de Pinho
Caetana Pinho

Uso original

Residencial

Proprietário atual

IPHAN

Uso atual

Acervo Público de Laguna

Proteção existente

- Tombamento Municipal: Decreto Municipal nº17, de 1976;
- Poligonal de Tombamento Federal em 1985: Decreto-Lei nº25 de 1937.

**Histórico e dados gerais**

- Construída em alvenaria de pedras argamassada com barro e cal e rebocada com cal (paredes externas);
- O beiral do telhado foi alterado para a colocação da platibanda vazada;
- Foi adquirida pela família Candemil na década de 1940. A sala da frente da residência era o Escritório da Empresa Lagunense de Navegação. Também funcionou o escritório da empresa Boff & Candemil;
- Em 1976, foi tombada pelo Decreto Municipal nº17;
- A partir de 1985 ficou fechada, já em estado de degradação;
- Entre 1988 e 1990 a edificação passou seu pior momento, com o desmoronamento do telhado e várias paredes;
- A edificação foi doada ao IPHAN em 1997 e restaurada no mesmo ano;
- Em 2000, foi cedido à Prefeitura Municipal. Tornou-se oficialmente no Arquivo Público Municipal em 2004 (Lei Municipal nº1.047);
- Problemas de umidade e condições inadequadas para a conservação do acervo entre 2008 e 2017, ano que foi fechada;
- Obras de restauração pelo PAC-CH iniciadas em 2018.

Intervenção Ano: 1997

Financiador: IPHAN

Responsável técnico:

Principais modificações:

- Restauração do telhado;
- Restauração da platibanda;
- Reconstrução das paredes externas.

3/4

LINGUAGEM LUSO-BRASILEIRA

Endereço / Localização

Rua Gonçalves Chaves, 703 – Centro Histórico
Pelotas/RS (esquina com Rua Sete de Setembro)

Data da foto: 21/12/2018

Data da construção

1840

1º Proprietário

Florinda Jacinto de Mendonça
José França de Mendonça

Uso original

Residencial

Proprietário atual

Francisco Coelho

Uso atual

Comercial

Proteção existente

- Tombamento Municipal: 1987
- Zona de Preservação (Lei nº 4.568 de 2000): ZPPC 2
- Inventário do Patrimônio Cultural de Pelotas - 2000

**Histórico e dados gerais**

- Em 1918 algumas peças da estrutura do telhado e alguns revestimentos internos foram trocadas; os papéis de parede foram substituídas por pinturas; o piso do corredor de tábua corrida foi trocado por piso cerâmico;
- Em 1984, abrigou a 'Galeria Quilombo'; Mesmo ano do Tombamento Provisório, homologado pelo então Prefeito;
- De 1986 até início de 1990 foi sede da Boate 'Verdes Anos';
- Objetivando sua proteção, em 1998, o Ministério Público entrou com uma Ação Civil Pública para a declaração do valor histórico, arquitetônico, cultural e artístico do prédio;
- Desde então, a edificação ficou fechada e abandonada;
- Em 2006 a edificação foi adquirida pelo administrador de empresas Saul Moura dos Santos;
- Obras emergenciais ocorreram em 2011;
- E em 2017 começaram as obras de restauração, destinada a uso comercial;
- Em outubro de 2018 foi inaugurada uma nova agência da Sicredi na cidade.

Intervenção Ano: 2011**Financiador:** Proprietário**Responsável técnico:** Arquiteto Pierre Prestes**Principais modificações:**

- Obras emergenciais na estrutura: telhado e paredes.

Intervenção Ano: 2018**Financiador:** Proprietário**Responsável técnico:** JA Engenharia e Arquitetura**Principais modificações:**

- Revitalização da fachada;
- Retirada das venezianas de sistema gelosia e dos gradis das janelas;
- Colocação de forro de gesso e piso cerâmico em toda edificação;
- Retirada das paredes internas ainda presentes para a colocação de divisórias;
- Estrutura metálica no telhado.

4/4

LINGUAGEM LUSO-BRASILEIRA

Endereço / Localização

Rua Sete de Setembro, 151 – Centro Histórico
Pelotas/RS (esquina com Rua Félix da Cunha)

Data da foto: 06/06/2018

Data da construção

Início de 1830

1º Proprietário

Visconde de Jaguarí

Uso original

Residencial

Proprietário atual

Família Lorenzi

Uso atual

Comercial

Proteção existente

- Tombamento Municipal: Decreto nº2.230 de 1986
- Zona de Preservação (Lei nº4.568 de 2000): ZPPC 2
- Inventário do Patrimônio Cultural de Pelotas - 2000

**Histórico e dados gerais**

- Década de 1870 recebeu a colocação da platibanda e de elementos ornamentais característicos do ecletismo;
- Na década de 1920 já apresenta modificações nas aberturas do pavimento térreo;
- Em 1948 adquirido pelo Jockey Clube de Pelotas. Modificações: a retirada da camarinha, um novo frontão, construção de um anexo (lado esquerdo da fachada voltada para a Rua Sete de Setembro); internamente os salões do primeiro pavimento foram adaptados para o uso de festas, bailes e eventos; outro cômodos modificados para serem salas de jogos e café;
- Vários usos na década de 1980, como o Café Derby ;
- Alugado em 1997 para ser o Restaurante Diehl;
- Em 2003 foi a leilão, sendo comprado por Dario Miguel Lorenzi, dono do Cartório Lorenzi;
- Em 2006 recebeu restauração viabilizada pela Prefeitura Municipal e da Caixa Econômica Federal, financiada em parceria com o Programa Monumenta e o proprietário.
- Em 2009 foi inaugurado o 4º Tabelionato de Pelotas.

Intervenção Ano: 1997

Financiador: Otávio e Augusto Diehl
(Inquilinos - Restaurante Diehl)

Responsável técnico:

Principais modificações:

- Adequação para restaurante em um dos salões;
- Troca da telha e forro, reforma do piso e do reboco de algumas paredes internas;
- Pintura externa destaca a entrada e o andar do restaurante.

Intervenção Ano: 2006

Financiador: Programa Monumenta e Dario Miguel Lorenzi

Responsável técnico: Arquiteto Rudelger Leitske

Principais modificações:

- Revitalização da fachada e modificação das aberturas;
- Restauração da cobertura.

Apêndice B – Fichas linguagem eclética

1/4		LINGUAGEM ECLÉTICA	
Endereço / Localização		Data da foto: 06/06/2018	
Praça Vidal Ramos, 118 – Centro Histórico - Laguna/SC			
Data da construção			
1917			
1º Proprietário	Uso original		
Clube Blondin	Clube Blondin		
Proprietário atual	Uso atual		
IPHAN	ET-IPHAN		
Proteção existente			
- Poligonal de Tombamento Federal em 1985: Decreto-Lei nº 25 de 1937.			
Histórico e dados gerais			
- Foi a primeira sede do Clube Blondin, até 1943; - Na década de 1980 as proprietárias eram Odília Brasileira Westphal e Custódia Brasileira; - Em 1988 foi adquirido pela Fundação Nacional Pró-Memória, para instalação do Escritório Técnico do IPHAN, concretizada em 1990, necessitando de obras emergenciais na cobertura (realizadas pela empresa Chão e Teto Construtora e Empreendimentos Imobiliários Ltda.); - Em 1991 foi identificado a necessidade de reparações, que iniciaram em 1995;			
Intervenção Ano: 1995		Intervenção Ano: 2005	
Financiador: IPHAN		Financiador: IPHAN	
Responsável técnico:		Responsável técnico:	
Principais modificações:		Principais modificações:	
- Serviço de drenagem; - Estabilização da platibanda da fachada posterior; - Distribuição do peso da caixa d'água apoiada na estrutura do telhado.		- Colocação do deck lateral no acesso principal; - Obras gerais na cobertura, rebocos, instalações elétricas e hidráulicas, esquadrias, forros, assoalhos e pintura.	
Intervenção Ano: 2012			
Financiador: IPHAN			
Responsável técnico: Central Engenharia Ltda. ME			
Principais modificações:			
- Melhorias nas instalações elétricas; - Instalação de rede lógica, sonorização e televisão; - Projeto estrutural para escada em concreto armado; - Preventivo de incêndio; - Sistema de proteção contra descargas atmosféricas.			

2/4

LINGUAGEM ECLÉTICA

Endereço / Localização

Rua Santo Antônio, 10 – Centro Histórico - Laguna/SC

Data da foto: 06/06/2018**Data da construção**

1890

1º Proprietário**Uso original**

Residencial

Proprietário atual

SESC

Uso atual

Centro de atividades SESC

Proteção existente

- Poligonal de Tombamento Federal em 1985: Decreto-Lei nº25 de 1937.

**Histórico e dados gerais**

- Em 1992 a Sra. Elisa Cabral da Fonseca deixou de herança para os filhos que venderam para o advogado Sidney Cravo em 1994;
- Desde 2014 pertence ao Serviço Social do Comércio (SESC);
- Neste ano foi desenvolvido projeto para reforma de implantação de um Espaço de Atividades administrado pelo SESC;
- Em 2015 as obras de paisagismo foram embargadas por conta da colocação de revestimento cerâmico 'incompatível' no muro junto à edificação vizinha.

Intervenção Ano: 1990**Financiador:** Proprietário**Responsável técnico:****Principais modificações:**

- Recomposição de boa parte da alvenaria;
- Reposição de algumas telhas francesas;
- Construção de um anexo nas fundações de pré-existência no terreno - dependência do caseiro, uma oficina e uma garagem.

Intervenção Ano: 2015**Financiador:** SESC**Responsável técnico:** Arquiteto Marcelo Farias (co-autoria da arquiteta Luana Batalha)**Principais modificações:**

- Implantação de um Espaço de Atividades com biblioteca, sala de leitura, sala de pesquisa, café, entre outros espaços;
- Adaptação do mobiliário.
- Projeto paisagístico;

3/4

LINGUAGEM ECLÉTICA

Endereço / Localização

Praça Coronel Pedro Osório, 51 – Centro Histórico
Pelotas/RS

Data da foto: 06/06/2018

Data da construção

1925

1º Proprietário**Uso original**

Companhia Grande Hotel de Pelotas

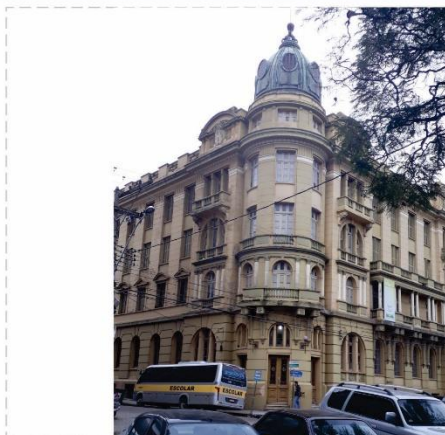
Proprietário atual**Uso atual**

UFPEL

Sede do Curso de Hotelaria

Proteção existente

- Tombamento Municipal: Lei nº2.708 de 1986
- Zona de Preservação (Lei nº4.568 de 2000): ZPPC 2
- Inventário do Patrimônio Cultural de Pelotas - 2000

**Histórico e dados gerais**

- 1921 foi formada a Companhia Grande Hotel de Pelotas, formada por figuras da classe alta da cidade;
- 1925 iniciou a construção da edificação. O Projeto foi assinado pelo Arquiteto Theóphilo Borges de Barros;
- 1928 a 1939 o Hotel foi arrendado pela municipalidade para Caetano Bianchi;
- 1940 a 1962 foi alugado pela firma P. Zabaletta & Cia;
- 1962 foi adquirido pelo Sr. Pedro Elba Zabaletta;
- 1986 foi tombado a nível municipal através da Lei nº2.708 de 1986;
- 2000 foi fechado;
- 2002 foi adquirido pela Prefeitura Municipal novamente, para ser transformado em um Centro Administrativo do órgão;
- 2011 foi adquirido pela UFPEL, através de doação da Prefeitura autorizada pela Lei nº5.855.

Intervenção Ano: 2004

Financiador: Programa Monumenta

Responsável técnico:

Principais modificações:

- Restauração da fachada (rebocos, rusticações, ornamentação, esquadrias e gradis dos vãos);
- Restauração da cobertura (estrutura em madeira da cobertura e todo o telhado; escoamento pluvial);
- Revitalização da calçada.

Intervenção Ano: 2009

Financiador: Programa Monumenta

Responsável técnico: Heberle & Roman Arquitetura

Principais modificações:

- Readequação para Hotel-Escola;
- Instalação de novas redes elétricas e hidráulicas;
- Elevação da cobertura metálica, de ferro e vidro, do hall ao nível da cobertura do último pavimento;
- Demolição das paredes originais de estuque;
- Criação de novas unidades habitacionais com divisões em gesso acartonado;
- Criação de passarelas metálicas para circulação interna.

4/4

LINGUAGEM ECLÉTICA

Endereço / Localização

Praça Coronel Pedro Osório, 01 e 03 – Centro
Histórico - Pelotas/RS

Data da foto: 06/06/2018

Data da construção

1911/1912

1º Proprietário

Judith de Assumpção

Francisca Augusta de Assumpção

Uso original

Residencial

Proprietário atual

Lucas e Ricardo Perez de Moura

Bruno e Mauro Umpierre

Uso atual

Sem uso

Proteção existente

- Zona de Preservação (Lei nº4.568 de 2000): ZPPC 2
- Inventário do Patrimônio Cultural de Pelotas - 2000

**Histórico e dados gerais**

- Duas casas geminadas construídas para as filhas, Judith e Francisca Augusta, do Comendador Joaquim Assumpção;
- Ficaram abandonadas mas não se sabe desde quando;
- A partir de 2010 os pedidos de isenção do IPTU passaram a ser em nome Lucas e Ricardo Perez de Moura, Bruno de Moura Umpierre e Mauro Sérgio Lima Umpierre;
- A partir de 2017 as duas residências passaram por reforma, no entanto, cada uma teve um projeto diferente;
- A Casa 01 ficou aberta em 2017, para visitação na época do Natal, com uma exposição de guirlandas (entrada paga);
- Agosto de 2018 as duas casas ficaram abertas para visitação gratuita na Semana do Dia do Patrimônio.

Intervenção Ano: 2017

Financiador: Proprietário

Responsável técnico:**Principais modificações: Casa 01**

- Revitalização das fachadas;
- A maioria das paredes internas perderam as escaiolas, sendo pintadas com tinta acrílica cinza;
- Troca do assoalho de madeira por piso cerâmico;
- Dois ambientes foram deixados sem forro para mostrar o sistema construtivo da laje original;
- Nova estrutura e cobertura metálica, com aberturas zenitais;
- Retirada do revestimento das paredes do último pavimento;
- A edificação ainda mantém as características de uso residencial.

Intervenção Ano: 2017

Financiador: Proprietário

Responsável técnico:**Principais modificações: Casa 03**

- Revitalização das fachadas;
- A maioria das paredes internas perderam as escaiolas, sendo pintadas com tinta acrílica branca;
- Troca do assoalho de madeira por piso cerâmico;
- Um ambiente foi deixado sem forro para mostrar o sistema construtivo da laje original;
- A edificação foi adaptada para a instalação de diversos escritórios.

Apêndice C – Fichas linguagem Art Déco

1/4		LINGUAGEM ART DÉCO	
Endereço / Localização		Data da foto: 24/01/2019	
Rua Raulino Horn, nº148 – Centro Histórico - Laguna/SC			
Data da construção			
Década de 1950			
1º Proprietário	Uso original		
	Térreo: comercial 1º pvt: residencial		
Proprietário atual	Uso atual		
Norton Chede Pereira	Comercial		
Proteção existente			
- Poligonal de Tombamento Federal em 1985: Decreto-Lei nº25 de 1937.			
Histórico e dados gerais			
- Propriedade de Norton Chede Pereira desde 1980; - Teve uso misto: comércio no térreo e residência no primeiro pavimento, com acesso lateral independente; - Em 1995 as salas do andar superior também se tornaram comerciais; - Em 1998 o térreo era ocupado pelo escritório de advocacia de Helder Remor de Souza e um loja; a fachada tinha apenas uma das aberturas ainda em madeira, por conta disso o proprietário realizou a troca da abertura para vidro temperado; - Em 2007, o proprietário foi notificado pelo IPHAN pela instalação irregular de placa de identificação do comércio no térreo; - 2010 realizaram a pintura de algumas paredes internas; a substituição de telhas e trabalhos na estrutura da cobertura, troca de longarina; - Em 2012 foi atribuído o abatimento de 100% do imposto predial; - 2019: uma das salas comerciais está vazia mas pronta para o aluguel; na outra está instalado o escritório de advocacia de Alexandre Santana. - As alterações realizadas ao longo dos anos deixaram as lojas diferentes, sem a composição simétrica inicial.			
Intervenção Ano: 2010			
Financiador: Proprietário			
Responsável técnico:			
Principais modificações:			
- Pintura de algumas paredes internas; - Substituição de telhas e trabalhos na estrutura da cobertura, troca de longarina.			

2/4

LINGUAGEM ART DÉCO

Endereço / Localização

Rua Osvaldo Cabral, 165 – Centro Histórico - Laguna/SC

Data da foto: 25/01/2019**Data da construção**

1947 - 1950

1º Proprietário

João Mussi

Uso original

Cinema e Teatro

Proprietário atual

IPHAN

Uso atual

Cinema e Teatro

Proteção existente

- Poligonal de Tombamento Federal em 1985: Decreto-Lei nº 25 de 1937.

**Histórico e dados gerais**

- Elaborado pelo projetista suíço Wolfgang Ludwig Rau (área total construída de 1.481,00m²);
- O volume abriga o Cine Teatro Mussi; três apartamentos próprios para residência; e sete salas próprias para lojas ou bares;
- Foi equipado com o melhor da projeção cinematográfica daquele momento;
- Em 1955 recebeu a ampliação da boca de cena e o nivelamento do assoalho com a retirada do fosso da orquestra;
- Até o início dos anos 1990, virou referência para a população local e arredor, como Tubarão e Imbituba;
- Em 1987 começam a ser desmembradas partes da edificação entre a família;
- Entre 1992 e 2001 a edificação ficou fechada. A partir de outubro foi arrendado à Igreja Universal do Reino de Deus. Uma das dependências foi utilizada entre os anos de 2001 e 2004 pela Fundação Lagunense de Cultura. Depois voltou a ficar fechado;
- Em 2009, a parte do Cine Teatro Mussi foi adquirido pelo IPHAN;
- Em 2011, Inquérito Civil Público instaurado para a apuração da existência de risco da estrutura do prédio e da marquise (retirada do ponto de ônibus);
- Concessão de uso ao SESC em 2014. Patologias apareceram já em 2015.

Intervenção Ano: 2006**Financiador:** IPHAN**Responsável técnico:** Construtora Pérgola Ltda.**Principais modificações:**

- Ações de limpeza, desinfestação;
- Restauração dos assoalhos;
- Substituição de telhas de fibrocimento por francesas;
- Outras pontuais.

Intervenção Ano: 2011**Financiador:** IPHAN**Responsável técnico:**

- Magapavi Construtora, Terraplanagem e Pavimentadora Ltda: Dezembro de 2011 e março de 2014;
- Archaios Engenharia, Consultoria, Projeto e Restauração Ltda: Janeiro de 2013 e dezembro de 2014.

Principais modificações:

- Instalação de equipamentos de segurança;
- Adequação para acessibilidade;
- Construção de camarins;
- Adaptação dos sanitários;
- Área de suporte técnico;
- Substituição das poltronas originais no térreo e parte do mezanino.

3/4

LINGUAGEM ART DÉCO

Endereço / Localização

Rua Tiradentes, 2515 – Centro Histórico - Pelotas/RS
(Esquina com Rua Anchieta e com a Félix)

Data da foto: 06/06/2018

Data da construção

1938

1º Proprietário

Correios e Telégrafos do Brasil

Uso original

Correios e Telégrafos do Brasil

Proprietário atual

Correios e Telégrafos do Brasil

Uso atual

Correios e Telégrafos do Brasil

Proteção existente

- Zona de Preservação (Lei nº4.568 de 2000): ZPPC 2
- Inventário do Patrimônio Cultural de Pelotas - 2000

**Histórico e dados gerais**

- A linguagem *art déco* refletiu o momento político e econômico do país na década de 1930;
- 1987 alterações nas janelas do fachada, novo volume da caixa d'água e retirada dos canteiros;
- Ficou anos fechada mas não se sabe a partir de quando;
- 2009 voltou a abrigar a Sede dos 'Correios e Telégrafos';
- Em 2012 foram realizadas obras de acessibilidade, conforme NBR9050.

Intervenção Ano: 2009

Financiador: Correios e Telégrafos do Brasil

Responsável técnico:**Principais modificações:**

- Revitalização das fachadas;
- Colocação da porta de correr no acesso principal;
- Substituição de algumas esquadrias originais.

Intervenção Ano: 2012

Financiador: Correios e Telégrafos do Brasil

Responsável técnico: Julio Dalton e Ramos Collares Bernrdes Arquitetura Ltda.

Principais modificações:

- Revitalização das fachadas;
- Construção de rampa de acesso na fachada da Rua Félix da Cunha.

4/4

LINGUAGEM ART DÉCO

Endereço / Localização

Rua Cassiano do Nascimento, 154 – Centro Histórico
Pelotas/RS

Data da foto: 04/07/2018

Data da construção

1952

1º Proprietário

Alcides de Mendonça Lima

Uso original

Residencial

Proprietário atual**Uso atual**

Residencial

Proteção existente

- Zona de Preservação (Lei nº 4.568 de 2000): ZPPC 2

**Histórico e dados gerais**

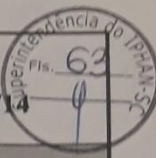
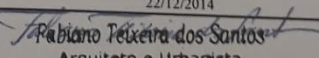
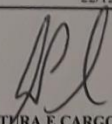
- Dois pavimentos: um apartamento por andar;
- Projeto assinado pelo construtor licenciado José Severgnini;
- Mantém as formas originais de planta e fachada.

Intervenção Ano:**Financiador:****Responsável técnico:****Principais modificações:**

Anexo

Anexo A – Parecer técnico ET-IPHAN

Serviço Público Federal Ministério da Cultura INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL				PARECER TÉCNICO	
NOME DO INTERESSADO				IDENTIFICAÇÃO DO BEM (SE HOUVER)	
SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO - SESC				Centro Histórico de Laguna	
Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO				ENDEREÇO DO BEM	
01510.000001/2014-71				Rua Santo Antônio, 10	
ENDEREÇO DO INTERESSADO				PROCEDÊNCIA	
Rua Santo Antônio, 10				Solicitação requerente	
TELEFONE				Regularização	
99239607				Solicitação Prefeitura Municipal	
MUNICÍPIO/UF				MOTIVO SOLICITAÇÃO	
Laguna/SC				Informação Básica	
QUADRA Nº				Reforma Simplificada	
33				Consultas Prévia	
SETOR				Equip. Publicitário/Sinalização	
CH				Reformas ou construções novas	
COD. ID. DO BEM				Obras de Restauração	
USO ATUAL DO IMÓVEL				ESTADO DE PRESERVAÇÃO	
Residencial				Integro	
Religioso				Pouco Alterado	
Educacional				Muito Alterado	
Outros:				Descaracterizado	
Comercial				ESTADO DE CONSERVAÇÃO	
Institucional				Bom	
PROPÕE-SE MUDANÇA DE USO?				Regular	
QUAL?				Ruim	
DESCRIÇÃO SUCINTA DO IMÓVEL (INSERIR QUANTAS LINHAS FOR NECESSÁRIO)				Em arruinamento	
Imóvel inserido na Poligonal de Tombamento do Centro Histórico de Laguna. Tombamento Federal por conjunto, IPHAN – 1985. Trata-se de uma edificação de uso institucional de um pavimento, com porão alto, de linguagem arquitetônica eclética, marcada por ornamentação e balcões. Edificação classificada como nível de proteção P1, referente à edificações excepcionais e de relevância para a configuração da paisagem tombada.					
IMAGENS (Se necessário)					
					
Edificação em estudo					

 Serviço Público Federal Ministério da Cultura INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL		 435/14
PARECER TÉCNICO		
Decreto Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937:		
FUNDAMENTO LEGAL		
Artigo 17 - As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum, ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de cinquenta por cento do dano causado. Artigo 18 - Sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objeto, impondo-se neste caso multa de cinquenta por cento do valor do mesmo objeto.		
ANÁLISE		
DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA INTERVENÇÃO PROPOSTA (INSERIR QUANTAS LINHAS FOR NECESSÁRIO) O requerente solicita aprovação de projeto arquitetônico e projeto de interiores com remodelação do mobiliário no espaço interno e externo da edificação. No local está previsto a instalação de um Espaço Cultural administrado pelo SESC em Laguna com implantação de biblioteca, sala de leitura, sala de pesquisa, café, espaço de leitura infantil, entre outros. (Doc. anexado: 01510.000154/2014-18)		
A obra em questão foi classificada na categoria de Reforma ou Reparação de acordo com a portaria Nº 420, de 22/12/2010 em seu Art. 3º.		
CONCLUSÃO		
MOTIVAÇÃO E RECOMENDAÇÕES (INSERIR QUANTAS LINHAS FOR NECESSÁRIO) As intervenções solicitadas irão promover uma melhoria substancial no imóvel em questão, uma vez que reforçam e valorizam elementos importantes na configuração do bem, além de oferecer um novo espaço cultural de alta significância para população Lagunense. O IPHAN não só valoriza como também incentiva a implantação de espaços com estas características em imóveis tombados no Centro Histórico de Laguna. Diante do exposto, aprovamos as intervenções apresentadas no projeto arquitetônico e memorial descritivo. Solicitamos apenas que o forro de PVC instalado na varanda de acesso ao imóvel seja substituído por forro de madeira.		
☐ DESAPROVADO O PROJETO/PROPOSTA DE INTERVENÇÃO ☐ APROVADO O DESENVOLVIMENTO DO ANTEPROJETO ☐ APROVADA A PROPOSTA DE INTERVENÇÃO ☐ APROVADO O ANTEPROJETO ☐ APROVADO O PROJETO EXECUTIVO ☐ OUTRA (ESPECIFICAR)	FABIANO TEIXEIRA DOS SANTOS Arquiteto e Urbanista 22/12/2014  Fabiano Teixeira dos Santos Arquiteto e Urbanista ASSINATURA E CARGO DO CHEFE IMEDIATO Matrícula 7571359	
APROVAÇÃO		
EM VISTA DA CONCLUSÃO APRESENTADA NO PARECER TÉCNICO ACIMA, E ATENDENDO ÀS NORMAS DE PRESERVAÇÃO DO IPHAN:		
☐ INDEFIRO O REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERVENÇÃO ☐ APROVO O DESENVOLVIMENTO DO ANTEPROJETO ☐ APROVO O ANTEPROJETO, INFORMANDO DA NECESSIDADE DE SER APRESENTADO O PROJETO EXECUTIVO NO PRAZO DE SEIS MESES. ☐ AUTORIZO O REQUERENTE A EXECUTAR A OBRA ☐ AUTORIZO O REQUERENTE A COLOCAR O EQUIPAMENTO PUBLICITÁRIO OU A SINALIZAÇÃO ☐ AUTORIZO O REQUERENTE A CONSTRUIR/MONTAR AS INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS	ANA PAULA CITTADIN Chefe do Escritório Técnico de Laguna Mat. Siane 1522724 22/12/2014  ASSINATURA E CARGO DO CHEFE IMEDIATO	
A PRESENTE AUTORIZAÇÃO NÃO EXIME O REQUERENTE DOS DEVIDOS PROCEDIMENTOS PARA APROVAÇÃO JUNTO AOS DEMAIS ÓRGÃOS PÚBLICOS		